

DOCUMENTOS do ETENE

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR
O CASO DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO DE
AGRONEGÓCIOS CARIRI CEARENSE



WENDELL MÁRCIO ARAÚJO CARNEIRO

Nº 22

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DO PÓLO
DE DESENVOLVIMENTO DE
AGRONEGÓCIOS CARIRI CEARENSE

Série: Documentos do Etene.

Obras já publicadas na série:

- V. 1 – Possibilidades da Mamona como Fonte de Matéria-Prima para a Produção de Biodiesel no Nordeste Brasileiro
- V. 2 – Perspectiva para o Desenvolvimento da Carcinicultura no Nordeste Brasileiro
- V. 3 – Modelo de Avaliação do Prodetur/NE-II: base conceitual e metodológica
- V. 4 – Diagnóstico Socioeconômico do Setor Sisaleiro do Nordeste Brasileiro
- V. 5 – Fome Zero no Nordeste do Brasil: construindo uma linha de base para avaliação do Programa
- V. 6 – A Indústria Têxtil e de Confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades
- V. 7 – Infra-Estrutura do Nordeste: estágio atual e possibilidades de investimentos
- V. 8 – Grãos nos Cerrados Nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias
- V. 9 – O Agronegócio da Caprino-Ovinocultura no Nordeste Brasileiro
- V. 10 – Proposta de Zoneamento para a Cajucultura
- V. 11 – Pluriatividade no Espaço Rural do Pólo Baixo Jaguaribe, Ceará
- V. 12 – Apicultura Nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades
- V. 13 – Cotonicultura nos Cerrados Nordestinos: produção, mercado e estruturação da cadeia produtiva
- V. 14 – A Indústria de Calçados no Nordeste: características, desafios e oportunidades
- V. 15 – Fruticultura Nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas
- V. 16 – Floricultura: caracterização e mercado
- V. 17 – Floricultura: perfil da atividade no Nordeste brasileiro
- V. 18 – Setor Sucroalcooleiro Nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas
- V. 19 – Vitivinicultura nordestina: características e perspectivas
- V. 20 – Extrativismo da Carnaúba: relação de produção, tecnologia e mercados
- V. 21 – Cachaça e rapadura na área de jurisdição do BNB: produção, tecnologia e mercado
- V. 22 – Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri cearense

Wendell Márcio Araújo Carneiro
Economista, Mestre em Economia Rural e Pesquisador do BNB-ETENE

PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DO PÓLO
DE DESENVOLVIMENTO DE
AGRONEGÓCIOS CARIRI CEARENSE

Série Documentos do ETENE

Nº 22

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2008

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana

Luiz Carlos Everton de Farias

Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva

Oswaldo Serrano de Oliveira

Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Pedro Rafael Lapa

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Sydrião de Alencar Júnior

Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais

Airton Sabóya Valente Júnior

Coordenadora da Série Documentos do ETENE

Maria Odete Alves

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro da Nóbrega

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho (Bibliotecário) e Maria Luiza Vaz

Diagramação: Franciana Pequeno

Tiragem: 1.500 exemplares

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta/Ouvidoria: 0800.7283030 e clienteconsulta@bnb.gov.br

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994,
de 14 de Dezembro de 2004

Copyright © 2008 by Banco do Nordeste do Brasil

Carneiro, Wendell Márcio Araújo.

C289p

Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri cearense / Wendell Márcio Araújo Carneiro. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

168p. (Série documentos do ETENE; 22).

ISBN 978-85-7791-019-9

1. Pluriatividade. 2. Agricultura Familiar. 3. Pólos de Desenvolvimento. I. Título. II. Série.

CDD: 338.1 813

Conselho Editorial

José Sydrião de Alencar Júnior

Sâmia Araújo Frota

Francisco das Chagas Farias Paiva

Ozeas Duarte de Oliveira

José Maurício de Lima da Silva

José Maria Marques de Carvalho

Aírton Saboya Valente Júnior

Biágio de Oliveira Mendes Júnior

Paulo Dídimo Camurça Vieira

Ademir da Silva Costa

À minha mãe, Conceição de Maria Araújo Carneiro, pelo esforço empreendido para dar-me as condições necessárias para alcançar mais esta conquista, dedico este trabalho.

Entoemos um hino de louvor ao abençoado pequeno estabelecimento que consegue extrair de condições 'as mais modestas', ou seja, da miséria suja e degradante, um pequeno superávit! (Karl Kautsky).

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e confiança depositados em mim, em especial à minha mãe, pela força, coragem e perseverança nas lutas da vida.

À professora Maria Irlés Mayorga, pela orientação e valiosas contribuições para elaboração deste trabalho, mesmo estando empenhada em outras funções.

Ao professor Luiz Antônio Maciel de Paula, e ao Dr. Paulo Roberto Fontes Barquete, por aceitarem o convite para participar da Banca Examinadora, e pelas contribuições para a elaboração deste trabalho e disposição dispensada.

A todos os professores e demais funcionários do Departamento de Economia Rural, pelos esforços empreendidos para dar qualidade ao curso de mestrado.

A Maria Odete Alves, pela compreensão, apoio e estímulo à realização do mestrado e contribuições na elaboração da dissertação.

À Superintendência e funcionários do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste pelo apoio e ensinamentos nas tarefas diárias e na realização do mestrado.

Aos colegas de trabalho da Coordenação de Estudos Rurais e Agroindustriais do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Banco do Nordeste do Brasil, pelo apoio dispensado.

Ao amigo David Carlos da Silva Bandeira, pela colaboração na pesquisa de campo realizada no Cariri cearense.

Aos amigos que conquistei nas aulas do mestrado: Andréia, Heliana, Miriam, Gisela, Marta, Etevaldo, Rodrigo, João, Pedro, Willy, Nilson e Carlos Alberto.

Aos grandes amigos de convivência na República do Líbano: Gláucia, Renata, Viviane, Fábio e Bruno pelas conquistas que alcançamos juntos e pelas lutas que vencemos para superar mais uma etapa de nossas vidas.

Às famílias rurais do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense pela paciência, compreensão e solicitude em responder os questionários e dispor sobre as experiências de suas vidas para a elaboração deste trabalho.

Por fim, mas não menos importante, a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização do mestrado e elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
1 – INTRODUÇÃO	29
1.1 – O Problema e sua Importância	32
1.2 – Justificativa.....	36
1.3 – Hipóteses.....	36
1.3.1 – Básica	36
1.3.2 – Secundárias	37
1.4 – Objetivos	37
1.4.1 – Geral	37
1.4.2 – Específicos.....	37
2 – REVISÃO DA LITERATURA	39
2.1 – Agricultura Familiar	39
2.1.1 – Pluriatividade na agricultura familiar	45
2.1.2 – Multifuncionalidade da agricultura familiar	49
2.2 – Pólos de Desenvolvimento	52
3 – METODOLOGIA	61
3.1 – Área de Estudo	61
3.2 – População e Amostra	62
3.3 – Método de Análise	65
3.4 – Variáveis	65
3.5 – Fontes de Dados	66
4 – RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO E DISCUSSÕES	67
4.1 – Características Gerais do PDA Cariri Cearense	67
4.2 – Perfil dos Entrevistados	74
4.3 – Informações sobre a Família Extensa	76
4.4 – Caracterização das Famílias Rurais quanto à Propriedade da Terra	83
4.5 – Identificação das Atividades	85
4.6 – Informações sobre as Atividades Não-Agrícolas	90
4.7 – Operações Bancárias	94
4.8 – Organização, Planejamento e Controle das Atividades	97
4.9 – Produção e Mercados	100
4.10 – Capacitação e Assistência Técnica	105

4.11 – Conhecimento dos Produtores Rurais a respeito do PDA	
Cariri Cearense	107
4.12 – Organização Social	107
4.13 – Emprego e Renda	109
5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	127
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	143
ANEXOS	157

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Algumas Atividades Não-Agrícolas Desempenhadas no PDA Cariri Cearense	80
Foto 2 – Estabelecimento Rural Arrendado para a Atividade de Bar, Localidade de Quixabinha, Município de Mauriti, PDA Cariri Cearense	84
Foto 3 – Serviço de Cata do Amendoim pelas Produtoras Rurais, Localidade de Monte Alverne, Município de Crato, PDA Cariri Cearense	87
Foto 4 – Cultivo da Banana Irrigada na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense	87
Foto 5 – Pequena indústria de Produção de Rapadura na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense.....	99
Foto 6 – Condições das Estradas de Acesso às Propriedades, na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense	103
Foto 7 – Condições de Moradia e Infra-Estrutura na Comunidade de Quixaba, Município de Mauriti, PDA Cariri Cearense ...	110

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Origem das Rendas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005, Valores Mensais 114
- Gráfico 2 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005 116
- Gráfico 3 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005, com Corte de Renda de R\$ 1.000,00 117
- Gráfico 4 – Dispersão das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005 118
- Gráfico 5 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Não-Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005 120
- Gráfico 6 – Dispersão das Rendas Brutas Não-Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005.... 121
- Gráfico 7 – Composição das Rendas, em Porcentagem, das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense que Receberam Aposentadorias e Pensões no Ano de 2005..... 123
- Gráfico 8 – Composição das Rendas, em Porcentagem, das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense que Receberam Transferências Governamentais no Ano de 2005 124
- Gráfico 9 – Representatividade das Rendas Brutas Não-Agrícolas nas Rendas Totais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense no Ano de 2005..... 125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porcentagem de Unidades Produtivas cujo Chefe Exerce, paralelamente, outra Atividade Produtiva. Comunidade Européia, 1989.....	48
Tabela 2 – Distribuição da Amostra nas Comunidades Seleccionadas, nos Respective Municípios do PDA Cariri Cearense	64
Tabela 3 – População, Área e Densidade Demográfica dos Municípios Pertencentes ao PDA Cariri Cearense	67
Tabela 4 – Perfil da População dos Municípios do PDA Cariri Cearense, Censo Populacional 2000.....	68
Tabela 5 – Dados Socioeconômicos dos Municípios do PDA Cariri Cearense.....	69
Tabela 6 – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do PDA Cariri Cearense, Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal.....	71
Tabela 7 – Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Rurais do PDA Cariri Cearense, Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal.....	72
Tabela 8 – Produção agrícola do PDA Cariri Cearense pelos Maiores Valores de Produção, Anos 2002 e 2003	72
Tabela 9 – Produção Pecuária do PDA Cariri Cearense pelos Maiores Rebanhos, Anos 2002 e 2003.....	73
Tabela 10 – Produtos de Origem Animal do PDA Cariri Cearense, Anos 2002 e 2003.....	73
Tabela 11 – Classificação dos Entrevistados quanto à Profissão/ Ocupação	74
Tabela 12 – Estado Civil e Número de Filhos dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense.....	74
Tabela 13 – Distribuição dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense por Faixa Etária e Gênero	75
Tabela 14 – Escolaridade dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense, segundo o Gênero.....	76
Tabela 15 – Faixa Etária e Escolaridade dos Membros das Famílias Extensas do PDA Cariri Cearense, Segundo o Gênero.....	77
Tabela 16 – Situação dos Membros da Família Extensa quanto ao Domicílio, à Renda e Carteira de Trabalho	79

Tabela 17 – Classificação das Atividades Desempenhadas e Categorias dos Membros das Famílias Extensas no PDA Cariri Cearense	81
Tabela 18 – Fontes de Renda dos Membros das Famílias Extensas do PDA Cariri Cearense, em 2005.....	82
Tabela 19 – Condição das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense por Tamanho da Propriedade Rural	85
Tabela 20 – Principal Atividade Produtiva Desempenhada pelos Entrevistados do PDA Cariri Cearense.....	86
Tabela 21 – Atividades Agropecuárias Praticadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005.....	88
Tabela 22 – Atividades Não-Agrícolas Desempenhadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005.....	89
Tabela 23 – Motivos que Levam as Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense a Desempenhar Atividades Não-Agrícolas.....	90
Tabela 24 – Tempo e Periodicidade de Prática de Atividades Não-Agrícolas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense ...	91
Tabela 25 – Principais Problemas Encontrados pelas Famílias Rurais para Desenvolverem suas Atividades Não-Agrícolas no PDA Cariri Cearense	92
Tabela 26 – Opinião sobre o Prejuízo que a Atividade Não-Agrícola Poderia Ocasionar à Atividade Agrícola das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	93
Tabela 27 – Motivos pelos quais a Atividade Não-Agrícola Não Prejudicam as Atividades Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense	93
Tabela 28 – Principais Fontes de Financiamento das Atividades Exercidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense...	94
Tabela 29 – Finalidade do Financiamento Adquirido pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	95
Tabela 30 – Opinião sobre a Fonte de Financiamento quanto a Adequação, Suficiência e Oportunidade das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	96
Tabela 31 – Finalidades de Novos Financiamentos para as Atividades das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	96
Tabela 32 – Justificativa das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense pela qual não Adquiririam Novos Financiamentos.....	97

Tabela 33 – Áreas em que as Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Realizam Planejamento de suas Atividades	98
Tabela 34 – Quem Participa do Planejamento das Atividades Rurais das Famílias Agrícolas do PDA Cariri Cearense	98
Tabela 35 – Entidades que Oferecem Orientação para o Planejamento das Atividades das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	99
Tabela 36 – Áreas em que São Realizadas Atividades de Controle Gerencial das Atividades Exercidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense	100
Tabela 37 – Condições para a Aquisição de Insumos/Fornecimento de Matérias-Primas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	100
Tabela 38 – Dificuldades Encontradas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense para Aquisição dos Insumos e Matérias-Primas	101
Tabela 39 – Principais Produtos Agrícolas e Atividades Produtivas Realizadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, por Ordem Crescente de Importância.....	102
Tabela 40 – Destino da Produção das Atividades Desenvolvidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense	102
Tabela 41 – Formas de Comercialização dos Produtos das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	104
Tabela 42 – Dificuldades Encontradas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense na Comercialização de seus Produtos.....	105
Tabela 43 – Participação das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em Reuniões, Cursos, Seminários e Congressos no Ano de 2005	106
Tabela 44 – Formas de Apoio Técnico Recebidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense.....	106
Tabela 45 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Têm Conhecimento sobre a Política de Pólos de Desenvolvimento	107
Tabela 46 – Participação em Organizações Associativas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense e Motivos pelos quais não Participam	108

Tabela 47 – Formas de a Organização Associativa Contribuir para o Sucesso do Negócio da Família Rural do PDA Cariri Cearense	109
Tabela 48 – Quantas Famílias do PDA Cariri Cearense Pagam a Alguma Instituição para Fins de Aposentadoria	109
Tabela 49 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Recebem Benefícios Previdenciários e Transferências Governamentais	111
Tabela 50 – Quais os Benefícios e Transferências Recebidos pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense	111
Tabela 51 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Possuem Renda Constante durante o Ano	112
Tabela 52 – Causas de Oscilações das Rendas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense	112
Tabela 53 – Percepção da Representatividade da Renda Não-Agrícola na Renda Total pela Família Rural do PDA Cariri Cearense	113
Tabela 54 – Número de Pessoal Ocupado Permanente e Temporário em Atividades Não-Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, por Faixa Salarial.....	113
Tabela 55 – Rendas Brutas Oriundas de Atividades Agropecuárias das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005... 115	
Tabela 56 – Rendas Brutas Mensais Oriundas de Atividades Não-Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005	119
Tabela 57 – Rendas Mensais Oriundas de Transferências Governamentais e Benefícios Previdenciários das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005.....	122
Tabela 58 – Agricultores Familiares – Estabelecimentos, Área e VBP segundo as Regiões.....	160
Tabela 59 – Agricultores Familiares – Percentual dos Estabelecimentos e Área segundo a Condição do Produtor	160
Tabela 60 – Agricultores Familiares – Percentual de Estabelecimentos e Área segundo Grupos de Área Total	160
Tabela 61 – Agricultores Familiares – Percentual do VBP em relação ao VBP Total do Produto, Produção Animal, Fruticultura e Cultura Permanente	161

Tabela 62 – Agricultores Familiares – Percentual do VBP em relação ao VBP Total do Produto, Culturas Temporárias.....	161
Tabela 63 – Agricultores Familiares – Percentual de Estabelecimentos Produtores entre os Agricultores da Categoria – Principais Produtos.....	161
Tabela 64 – PRONAF – Valores Contratados no Brasil, Período: 2001 a 2005.....	166
Tabela 65 – PRONAF – Valores Contratados no Brasil, por Agente Informante, Período: 2001 a 2005.....	166
Tabela 66 – PRONAF/BNB – Contratações no PRONAF, Exercício de 2005	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPTI	Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
APL	Arranjo Produtivo Local
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CATP	Contrato de Alienação de Terras Públicas
CEPAL	Comisión Económica para América Latina e el Caribe
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DataSUS	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não-Governamental
PAM	Produção Agrícola Municipal
PDA	Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios
PDE	Pólos de Desenvolvimento Econômico
PDI	Pólos de Desenvolvimento Integrado
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPM	Produção Pecuária Municipal

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa Saúde da Família
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDPC	Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>
SEAGRI-CE	Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
VBP	Valor Bruto da Produção

APRESENTAÇÃO

Originalmente apresentado como dissertação de mestrado junto à Universidade Federal do Ceará (UFC), o livro “Pluriatividade na Agricultura Familiar: o Caso do Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios (PDA) Cariri Cearense” tem em seu objetivo analisar como se manifesta a pluriatividade nas famílias rurais dos municípios pertencentes ao Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense. O autor parte do pressuposto de que as atividades não-agrícolas no meio rural traçam um novo perfil para os produtores familiares, o de serem pluriativos. Com isso, essas novas atividades levam ao incremento na renda das famílias, fenômeno observado também no PDA Cariri Cearense.

O autor faz uma revisão da literatura sobre a agricultura familiar, pluriatividade e pólos de desenvolvimento, analisando as características das famílias agrícolas nas diversas sociedades, seu comportamento, e como se manifesta a pluriatividade nessas unidades familiares. Identifica, também, o conceito de pólo de desenvolvimento como uma visão diferenciada das teorias ora apresentadas sobre desenvolvimento econômico.

Complementarmente, o autor busca alcançar seu objetivo com a aplicação de um questionário semi-estruturado junto às comunidades agrícolas dos municípios pertencentes ao PDA Cariri Cearense. Com este instrumento, aprofunda o conhecimento da dinâmica de funcionamento das unidades familiares do pólo.

A partir dos dados levantados, o autor descreve o perfil dos entrevistados e de suas famílias, observando a característica das propriedades rurais e as atividades agrícolas e não-agrícolas praticadas pelas famílias rurais. Destaca as relações das famílias com as instituições bancárias, associações/cooperativas e outras organizações sociais, a forma de planejar e organizar suas atividades, a produção das famílias e formas de inserção no mercado, o apoio recebido com assistência técnica e capacitação, geração de emprego e renda e conhecimento das famílias rurais quanto ao programa PDA Cariri Cearense.

Por fim, o autor conclui que o meio rural do Cariri cearense apresenta características do novo rural brasileiro, com a inserção de novas atividades consideradas anteriormente como urbanas, que engendram maior dinamismo ao campo, com a geração de renda para a população rural. Por outro lado, observa que os empregos agrícolas estão se reduzindo, em virtude das transformações ocorridas no meio rural. Como estratégia para se manter no campo, as famílias buscam desempenhar atividades fora do contexto agrícola. Portanto, o perfil das

atividades não-agrícolas e o tipo de pluriatividade observados no pólo não são conseqüências, exclusivamente, de uma política de desenvolvimento local aplicada na região, mas também de estratégias que a população utiliza para melhorar suas condições. Isto remete a um tipo de pluriatividade com características de transição da observada em sociedades subdesenvolvidas e aquela observada em sociedades em desenvolvimento.

Nota-se que não existe, por parte dos governos, políticas adequadas abrangendo todas essas características do meio rural. O pouco que se observa são iniciativas contingentes, circunstanciais, desestruturadas e desorganizadas. Torna-se necessário, portanto, a mudança do modelo vigente, direcionado apenas para uma característica do meio rural, ampliando as opções para o trabalhador do campo, abrindo mais oportunidades para sua manutenção no meio rural e inserção no mercado, bem como desenvolvimento de um espaço rural dinâmico.

Este livro apresenta como mérito uma análise diferenciada da dinâmica do meio rural, observando características não consideradas nas políticas voltadas para o campo, servindo como instrumento de reflexão e discussão para que novos modelos de políticas sejam criados, abrangendo todas as características que envolvem o meio rural nordestino.

José Sydrião de Alencar Júnior

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

1 – INTRODUÇÃO

Delimitar, atualmente, as populações urbana e rural de um município tornou-se uma difícil tarefa, haja vista a crescente inserção das populações rurais em atividades ditas puramente urbanas e vice-versa. As atividades rurais se tornaram mais complexas no decorrer das últimas décadas no Brasil. O modelo agrícola adotado pelo Governo Federal, entre as décadas de 1960 e 1980, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), impôs uma modernização e especialização das lavouras, tornando as atividades agrícolas mais intensas em tecnologia e capital, com utilização de pouca mão-de-obra. A forma como o Estado interveio na agricultura moldou as técnicas produtivas adotadas pelos produtores rurais (MATTEI, 2006). Estas políticas, porém, deixaram uma parcela dos estabelecimentos rurais¹ à margem do processo, principalmente os familiares, uma vez que não dispunham de recursos para acompanhar a mecanização dos estabelecimentos mais dinâmicos. Isto limitou a utilização de novas tecnologias, tornando-os defasados comparativamente aos estabelecimentos apoiados pelo SNCR. Logo, a produtividade daqueles ficou bem aquém dos estabelecimentos maiores e mais mecanizados, dificultando a reprodução da família, em alguns estabelecimentos, com apenas as atividades agrícolas. Para Guanziroli et al. (2001), a opção do governo de modernização agrícola com base em setores de grande produção, tendo como justificativa a maior eficiência técnica e econômica, resultou, na verdade, além da ineficiência social, em ineficiência econômica, pela subutilização de fatores abundantes (mão-de-obra) e intensa utilização de fatores escassos (capital), de forma subsidiada.

Algumas famílias agrícolas que não tiveram acesso ao processo de modernização das zonas rurais viram suas atividades prejudicadas, e uma parcela dos seus componentes, sem funções definidas, voltou-se para outras atividades. Esse excedente de mão-de-obra rural procura, então, novas atividades, mesmo não estando relacionadas à agropecuária. Essas atividades servem como complemento da renda familiar, por vezes tornando o trabalho agrícola apenas uma atividade secundária. No Nordeste brasileiro, esta situação é mais crítica, em virtude da minifundização² observada nos estabelecimentos rurais, o que impossibilita as

1 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considerou como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio portes; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Para este trabalho, será adotado o mesmo conceito. (IBGE, 1996).

2 Processo pelo qual as propriedades rurais sofrem redução em seu tamanho, ocasionado por repartição de heranças ou venda de parcelas da propriedade.

famílias rurais sobreviverem unicamente do trabalho em atividades agrícolas. A realização de outras atividades é uma estratégia utilizada por essas famílias para se manterem no campo.

Outros componentes também tiveram influência nas modificações ocorridas no meio rural. As atividades agrícolas não servem mais unicamente para definir o espaço rural. Estas atividades reduzem-se comparativamente a outras que se inseriram, em virtude da reorientação da capacidade produtiva da população rural. Além disso, novas opções surgem na área rural como atrativo para a população urbana, com algumas dessas pessoas se estabelecendo definitivamente no campo. (CARNEIRO, 1997). O movimento de descentralização industrial, a flexibilização produtiva e a informalização do trabalho, denominado de "novo modelo de desenvolvimento", explicariam também as modificações ocorridas no meio rural. (SCHNEIDER, 2004). Essas modificações são observadas de forma mais intensa em regiões agrícolas dinâmicas, como no Sul e Sudeste do Brasil.

Embora alguns autores tratem essas características como resultado das transformações ocorridas em virtude do modelo agrícola adotado ou modificações no meio rural brasileiro, outros autores consideram que elas são intrínsecas aos estabelecimentos familiares. As famílias negociam entre seus indivíduos diferentes apostas como forma de minimizar os riscos e se ajustar às mudanças no desenvolvimento do ciclo familiar, o que permite a manutenção da unidade familiar na exploração agrícola. A prática de outras atividades, em complemento à atividade agrícola, assegura a continuidade da família rural entre gerações. Estas condições são observadas de forma mais freqüente nos estabelecimentos rurais nordestinos. (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006)

Essas características da população rural, em que se praticam atividades não-agrícolas, agricultura em tempo parcial e empregos múltiplos, vêm sendo classificadas por diversos autores como pluriatividade. (ALVES, 2002). Observa-se essa crescente tendência em diversificar as atividades dentro ou fora dos estabelecimentos rurais. Isto serve como garantia da reprodução e continuação do sistema familiar na produção agrícola. Esta prática torna os estabelecimentos rurais mais interligados e interdependentes do meio urbano.

As transformações econômicas ocorridas nas áreas rurais são objeto de estudo de autores diversos. No Brasil, o destaque é para o grupo coordenado por Graziano da Silva, cujas pesquisas estão inseridas no Projeto RURBANO, criado em 1997. O projeto, inicialmente, visava a reconstruir séries históricas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs), para o período 1981-1995, relativos à população ocupada, emprego e renda (Fase I).

O estudo verificou que o emprego agrícola vem caindo progressivamente desde metade da década de 1980, porém com a População Economicamente Ativa (PEA) rural evoluindo positivamente no mesmo período. Essa contradição poderia ser explicada pelo surgimento de outras formas de emprego no meio rural brasileiro, que estariam compensando a queda no emprego estritamente agrícola. (GRAZIANO DA SILVA; HOFFMANN, 2005). Em estudos mais recentes, Del Grossi e Graziano da Silva (2006) apontam para uma estabilização da PEA agrícola do final da década de 1990 até os dias atuais, apresentando como causa o ótimo desempenho do agronegócio no Brasil com a elevação dos preços das principais *commodities* comercializadas internacionalmente.

A pluriatividade é, para os agricultores familiares e descapitalizados, portanto, uma alternativa de manutenção no campo, uma forma de reprodução social. Garantiria possibilidades de permanência dos produtores no meio rural, exercendo tanto atividades ligadas diretamente à terra (agrícola) como outras atividades, diferentemente da agrícola. Isto causaria maior estabilidade na reprodução familiar em face das dificuldades do mercado de trabalho no campo. (NASCIMENTO, 2005).

Alves; Valente Junior e Brainer (2006, p. 9) apontam que:

Em áreas rurais do Nordeste cujas economias são mais dinâmicas, as atividades não-agrícolas tendem a se diversificar, adensar e apresentar crescente complexidade, além de possuírem significativo papel em termos de composição da renda das famílias.

Portanto, sugerem que a pluriatividade tende a ser mais forte em áreas que apresentam certo dinamismo econômico. Dada essa afirmação, parte-se para o estudo deste fenômeno em regiões do Nordeste que apresentam, ultimamente, significativo crescimento econômico no meio rural – os Pólos de Desenvolvimento Econômico (PDE).

Os pólos de desenvolvimento podem surgir de formas diferentes – ao acaso ou estimulados por políticas públicas. Este conceito está ligado às teorias de desigualdades regionais, estudadas primeiramente por François Perroux, nas décadas de 1950 e 1960. Os pólos de crescimento, como foram chamados inicialmente, são focos de desenvolvimento socioeconômico, apoiados pelo arcabouço político-institucional que se relacionam em centros privilegiados de um determinado espaço geográfico. (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006). Estes centros possuem dinâmica econômica estabelecida e que influenciam sub-regiões próxi-

mas a eles. Essa influência cria fluxos econômicos que levam ao desenvolvimento, também, dessas sub-regiões.

Os pólos de desenvolvimento já são estudados no Nordeste brasileiro desde 1955, pelo Padre Lebrecht. Atualmente, políticas de desenvolvimento criadas pelo Governo Federal, por meio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), utilizam este conceito para investimentos em setores estratégicos em determinados espaços da região. O Programa Pólos de Desenvolvimento Integrado (PDI), do BNB, caracteriza-se por duas dimensões inter-relacionadas: a físico-econômica e a político-institucional. A primeira envolve o espaço geográfico ou sub-região delimitada, enquanto a segunda indica que as ações devem ser desenvolvidas de forma cooperativa, envolvendo toda a base institucional do pólo. (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006).

1.1 – O Problema e sua Importância

As definições utilizadas para o rural e o urbano, atualmente, não explicam a contento as modificações ocorrentes nestes espaços. A inter-relação de atividades desses dois ambientes e o fluxo de pessoas torna imprecisa a delimitação do que é realmente urbano ou rural. A melhoria nos meios de comunicação e a expansão dos centros urbanos, adentrando os espaços rurais, deram possibilidades para a população rural, que antes desempenhava apenas trabalhos agrários, de se envolver em outras ocupações. Para Carneiro (1997), no entanto, as modificações ocorridas no rural em virtude das inter-relações com o meio urbano, não resultam, necessariamente, numa descaracterização do seu sistema social e cultural.

Outros fatores que explicam esse processo podem ser a busca da sustentação das famílias, dada a reduzida área dos estabelecimentos familiares, para o maior incremento na renda, bem como modificações no processo produtivo e relações sociais no meio rural. Segundo Graziano da Silva (1997), as mudanças no processo produtivo ocorreram justamente em etapas com elevada demanda de mão-de-obra. O avanço da tecnologia foi mais intenso na colheita e transporte. Ainda segundo o autor, houve uma tendência mundial com a redução dos preços das principais *commodities* comercializadas, não dando mais condições de o agricultor se manter somente com atividades agrícolas, em alguns casos. (GRAZIANO DA SILVA, 1997). As unidades familiares flexibilizam suas atividades no intuito de manter o nível de renda satisfatório, conservando sua reprodução social. Essas novas atividades são realizadas fora ou nos estabelecimentos rurais e, se não estiverem relacionadas à agricultura, são consideradas não-agrícolas.

Para entender melhor esse ponto, cabe salientar a dinâmica existente nos estabelecimentos familiares. O volume de produção não se relaciona diretamente com o mercado. O consumo da família é o fator predominante para explicar o processo de produção desses estabelecimentos. Conforme expressa Chayanov (1974, p. 39, tradução nossa), “na prática econômica da unidade econômica camponesa, se realiza um balanço entre o que se trabalha e o que se consome, o qual determina em grande parte, o volume da atividade econômica familiar³”, ou seja, a família realiza um balanço do que necessita trabalhar para garantir o consumo suficiente dos seus membros. A necessidade de consumo indica o dispêndio de trabalho da família. Uma vez satisfeitas suas necessidades, maior intensidade de trabalho familiar torna-se mais onerosa. Chayanov (1974) acentua ainda que o volume da atividade da família depende, em primeiro lugar, do seu número de consumidores e não do número de trabalhadores. Apesar disto, essa dinâmica não isola socialmente a unidade familiar. Existem relações comerciais entre as unidades familiares e o mercado, porém reguladas de acordo com as necessidades das primeiras. Chayanov (1974) apud Abramovay (1998), considera a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades familiares como fatores determinantes para as escolhas da família referentes ao seu grau de inserção no mercado. As unidades econômicas familiares, por sua vez, ligam-se ao mercado capitalista de mercadorias, além do que, em muitos países, elas recebem influência do capital financeiro por conta dos empréstimos tomados e coexistem também com a indústria e a agricultura capitalistas. (CHAYANOV, 1974).

A busca pela sua manutenção, portanto, faz as famílias diversificarem suas atividades até o ponto onde suas necessidades são satisfeitas. É preciso dissociar, porém, a visão de agricultura familiar e a precariedade da propriedade rural. Estudos realizados na Grã-Bretanha indicam que o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas britânicos não se opõe ao movimento de concentração do processo produtivo. Mesmo aquelas que operam em regime parcial de trabalho agrícola realizam investimentos para garantir sua sustentação. Para Abramovay (1998, p. 173, grifo do autor):

O caso britânico sugere de maneira interessante que a própria associação tão freqüente entre *part-time farming*⁴ e precariedade

3 Alguns autores diferenciam exploração camponesa de familiar, explicando que nem todas as explorações familiares são camponesas. Para maiores informações, consultar Lamarche (1993).

4 “A expressão *part-time farming* refere-se às características que assume a propriedade, que pode funcionar em tempo integral ou parcial conforme o grau de envolvimento dos membros da família nas atividades ali praticadas”, onde as atividades agrícolas deixam de ser apenas as tarefas desempenhadas pelos membros da família rural. (SCHNEIDER, 2004, p. 113). Considera-se a ocorrência de agricultura em tempo parcial quando pelo menos metade da força de trabalho ativa da família não tem, na propriedade rural, seu principal local de trabalho. (SCHNEIDER, 2004, p. 112).

econômica e técnica é indevida. A agricultura familiar oferece a flexibilidade de compor de maneira diversificada sua renda global. O simples fato de essa composição não se localizar estritamente na agricultura mostra que não se trata aí do balanço chayanovista entre trabalho/consumo. O próprio desenvolvimento técnico impede que o problema da penosidade seja o determinante nas opções do agricultor. O estudo destas determinações exige que se coloque em realce um elemento até aqui ausente [...]: a capacidade da política agrícola moderna de moldar as estruturas sociais da produção agrícola.

Para a realidade nordestina, senão brasileira, a estrutura fundiária limita a escolha das famílias em inserirem-se no mercado de forma completa. As formas de produção, somadas ao tamanho dos estabelecimentos, não lhes dão condições de terem liberdade de escolha. Daí a busca por novas atividades que dêem condições de reprodução da unidade familiar. A pluriatividade é um dos meios encontrados por eles para garantir a continuidade da família. A importância das atividades não-agrícolas é trazida por Carneiro (1999, p. 336), para quem

O trabalho extra-agrícola executado por um ou vários membros da unidade familiar pode desempenhar diferentes funções de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar. A renda dele obtida tanto pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de secundarização da atividade agrícola na reprodução social [...]. O recurso da atividade não-agrícola não indica, por si só, a falência da atividade agrícola mas aponta para a plasticidade dessa forma de produção familiar que não se enquadra nem nos moldes do agricultor-empresário de ponta nem no padrão da chamada agricultura 'tradicional'. É justamente o caráter familiar dessa forma de produção que lhe dá maior capacidade de resistir a situações críticas possibilitando a seus membros usufruir das condições favoráveis do mercado de trabalho ou retomar a atividade agrícola em momentos de crise de desemprego.

Como ressaltado por Carneiro, as atividades não-agrícolas dão maiores condições de reprodução da unidade familiar pelas diferentes opções que apresentam.

Há de se considerar um fato importante, no caso brasileiro, que o distingue dos observados para os países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Segundo Guanzioli et al. (2001), a renda não-agrícola gerada pelo sistema de *part-time* contribuiu para a elevação das rendas das famílias rurais européias e americanas com base em intenso apoio do Estado, diferentemente do Brasil, onde as famílias rurais buscaram se apoiar em atividades não-agrícolas em complemento da renda,

justamente por não ter ocorrido o apoio do Estado, com políticas para o meio rural. Mesmo nessas condições, a renda de atividades não-agrícolas em muitos casos supera a agrícola, pelo que se tem observado. No caso da região Nordeste do País, uma política adotada pelo Governo Federal como forma de preencher essa lacuna foi a de pólos de desenvolvimento.

Os Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios⁵ (PDA) são instrumentos de políticas de desenvolvimento aplicadas no Nordeste a partir da década de 1990. De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2004), “na região Nordeste existem áreas que apresentam dinamismo econômico em função da existência e conjugação de alguns fatores, quais sejam: a existência de recursos naturais disponíveis (solo e água); a implantação de projetos, a exemplo de irrigação; a iniciativa empresarial e a existência de pesquisa local, entre outros”. Estes fatores foram observados na região do Cariri e, em 1999, foram iniciados *workshops*⁶ com a participação de entidades das diversas esferas sociais do Estado, para implantação do PDA Cariri Cearense.

A partir da implantação do pólo, houve incremento significativo no valor da produção agrícola das lavouras permanentes, principalmente nos municípios onde foram implantados projetos de irrigação (IBGE, 2004a). O número de turistas saltou de 13,0 mil nos dois principais municípios atrativos do pólo (Juazeiro do Norte e Crato), em 1999, para 21,4 mil, em 2000, incremento de 64,2%, continuando crescente nos anos seguintes (CEARÁ, 2007). As duas atividades citadas como exemplos, certamente, demandaram serviços nos municípios do pólo, o que fez ampliar também o setor de serviços, principalmente daqueles que lhes dão apoio.

A partir desta leitura, surgem os seguintes questionamentos: qual o perfil dessas atividades desempenhadas pelos produtores familiares, não relacionadas às atividades agrícolas, neste pólo? Quais os efeitos que essas atividades têm sobre a produção agrícola e a renda das unidades familiares? As políticas que vêm sendo adotadas pelo Governo alcançam essas características das famílias rurais?

A importância deste tema está relacionada à aplicação de políticas públicas adequadas às novas características do meio rural. Nota-se forte tendência, nas

5 No documento referencial de criação do PDA Cariri cearense, consta a dicção Pólo de Desenvolvimento Integrado Cariri Cearense. No trabalho desenvolvido por Alves; Valente Junior. e Brainer (2006), os autores utilizam o primeiro termo. Considerando que o Programa Pólos de Desenvolvimento Integrados do BNB abarca distintas atividades (fruticultura, bovinocultura, grãos, turismo etc), preferiu-se, neste trabalho, adotar a mesma expressão utilizada por Alves; Valente Junior e Brainer (2006), haja vista não haver qualquer prejuízo ao conceito do programa, além de limitar a expressão às atividades agrícolas.

6 Oficinas de trabalho.

famílias rurais nordestinas, em buscarem diferentes alternativas de sobrevivência, uma vez que as atividades agrícolas não apresentam o resultado necessário para a manutenção da família no campo. Tendência esta que se fortalece à medida que se observa maior dinamismo da economia local pelo surgimento da necessidade de novos produtos e serviços, bem como dinheiro circulando mais facilmente. Essas famílias não se identificam como puramente agrícolas, exercendo atividades em outras áreas econômicas, como o serviço doméstico, turismo rural, empreitadas, assalariados, dentre outros. Saber o porquê dessas características, através de um levantamento sistemático do perfil dessas famílias, pode servir de norte para a aplicação de políticas adequadas à manutenção dessas famílias no meio rural, bem como melhorar a sua qualidade de vida.

1.2 – Justificativa

A política de pólos de desenvolvimento insere-se no âmbito de desenvolvimento regional, integrando as diversas esferas produtivas de uma região dinâmica. Os setores primário, secundário e terciário se relacionam, produzindo um fluxo comercial regular e consistente, fortalecendo a economia daquela região específica, podendo se estender por áreas vizinhas. Como esta política integra os três setores básicos de uma economia, percebe-se a importância de se ter um setor primário dinâmico e que acompanhe a demanda dos outros setores. A pluriatividade das famílias agrícolas, apesar de garantir melhores condições de sobrevivência da unidade familiar, pode contribuir para a redução da produção agrícola, enfraquecendo os elos entre os setores. Daí a importância de se analisar o comportamento dessas atividades dentro de uma política maior, que é o pólo de desenvolvimento de agnegócios.

Portanto, surge a necessidade de se levantar o perfil das atividades rurais no PDA Cariri Cearense, verificando de que forma elas podem flexibilizar a reprodução familiar e quais os reais efeitos da mudança no perfil do trabalhador rural na produção e na geração de renda desses estabelecimentos.

1.3 – Hipóteses

1.3.1 – Básica

As atividades não-agrícolas no meio rural traçam um novo perfil para os produtores familiares, o de serem pluriativos. Com isso, essas novas atividades levam ao incremento na renda das famílias, em detrimento das suas produções agrícolas. Este fenômeno é também observado no PDA Cariri Cearense.

1.3.2 – Secundárias

- a) as transformações ocorridas no meio rural do PDA Cariri Cearense estão levando os produtores familiares a desempenharem novas atividades não relacionadas à produção agrícola, tornando essas famílias pluriativas;
- b) a busca de novas fontes de renda, que não sejam apenas as agrícolas, fazem aumentar o nível de renda dos produtores familiares que desempenham atividades não-agrícolas no meio rural do PDA Cariri Cearense;
- c) o dispêndio de tempo dos produtores familiares em atividades não-agrícolas tem efeito negativo na produção agrícola dos estabelecimentos; e
- d) a política pública baseada no modelo de pólos de desenvolvimento influencia as atividades das famílias rurais do PDA Cariri Cearense.

1.4 – Objetivos

1.4.1 – Geral

Considerando as questões expressas anteriormente, pretendeu-se, por meio deste trabalho, analisar como se manifesta a pluriatividade nas famílias rurais dos municípios pertencentes ao Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense.

1.4.2 – Específicos

Considerando-se o objetivo principal deste trabalho, os objetivos específicos foram os seguintes:

- a) verificar as características gerais do PDA Cariri Cearense;
- b) verificar o perfil dos produtores rurais do PDA Cariri Cearense, observando suas categorias e principais atividades;
- c) identificar e levantar as principais atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por produtores familiares dos municípios pertencentes ao pólo;
- d) analisar a contribuição que as atividades não-agrícolas dão à produção e à geração de renda nos estabelecimentos familiares do pólo;

- e) analisar até que ponto as políticas de desenvolvimento baseadas em pólos de desenvolvimento influenciam as atividades das famílias rurais do PDA Cariri Cearense.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

Por ser um tema abrangente, com ocorrências em todo o território nacional e diferentes vertentes de análise, é importante que se faça uma limitação daquilo que se quer estudar. Portanto, a proposta deste projeto é estudar o perfil das atividades não-agrícolas desempenhadas por produtores familiares nos municípios pertencentes ao PDA Cariri Cearense. Importante, também, é verificar quais os efeitos dessas atividades na renda das famílias rurais do pólo. Surge, então, a necessidade de definir os conceitos que serão utilizados nesta pesquisa.

2.1 – Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar é tratado por diversos autores em diferentes países. Por conta disso, e levando em consideração a história de cada nação e suas características socioeconômicas, estes conceitos tendem a ser objeto de variações. Abramovay (1998) estudou a evolução da agricultura familiar nos países desenvolvidos, mais precisamente nos Estados Unidos, Inglaterra e Comunidade Européia. O autor observa que nestes países diferentes conceitos são atribuídos à agricultura familiar, conforme as suas estruturas fundiárias.

Para Nikolitch (1969 apud Abramovay, 1998, p. 140), estudando os estabelecimentos agrícolas nos Estados Unidos, a definição de estabelecimento familiar não está relacionada ao seu tamanho físico, volume de vendas ou o montante de recursos investidos, mas sim ao “grau em que a gestão e o trabalho nos estabelecimentos apóiam-se efetivamente na família e em seus membros”. Diz ainda, que “as *family farms* (unidades de produção familiares) são as que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família” (NIKOLITCH, 1969 apud ABRAMOVAY, 1998, p. 140), diferentemente da unidade patronal, onde os membros das famílias não exercem atividades diretamente ligadas ao estabelecimento ou, se exercem, o fazem em menor proporção do que a mão-de-obra contratada. Este conceito, porém, fica restrito, uma vez que Nikolitch (1969) não considerava o trabalho de filhos menores de 15 anos e das esposas dos chefes dos estabelecimentos. Mesmo assim, o estudo apontou que a agricultura nos Estados Unidos era predominantemente familiar.

As características da agricultura familiar naquele país, conforme identificou Nikolitch (1969), se distanciam da visão corrente de agricultura atrasada, preocupada com o auto-sustento e com forte exploração de mão-de-obra. Nota-se, ao

contrário, que a agricultura familiar se utiliza do avanço tecnológico, aplicando a mecanização nos trabalhos agrícolas.

Em estudo sobre a propriedade rural na Grã-Bretanha, Gasson et al. (1988 apud ABRAMOVAY, 1998, p. 166), dizem que:

O estabelecimento familiar caracteriza-se por três traços básicos: a) os membros estão relacionados por parentescos ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família.

Conforme mesmo indica Abramovay (1998), porém, os critérios adotados por aqueles autores poderiam ser postos em xeque, haja vista que estes estabelecimentos, teoricamente, poderiam ser apoiados no trabalho assalariado.

Lamarche (1993) explica que, apesar das diferenças existentes em cada país, seja nos sistemas sociopolíticos, formações sociais ou evoluções históricas, a produção agrícola assegura-se nas explorações familiares, em menor ou maior grau. Existem, entretanto, diferenças significativas entre as explorações familiares desses países, partindo de uma agricultura familiar arcaica e baseada na subsistência de seus membros, até aquela com uso de alta tecnologia e integrada ao mercado. O autor considera uma tarefa difícil conceituar a agricultura familiar abarcando todas as nuances verificadas nesta categoria. Para fins de estudo, entretanto, faz-se necessária uma delimitação de conceito. Assim, para ele,

A exploração familiar, tal como a concebemos, **corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família**. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p. 15, grifo do autor).

Estudos no Brasil indicam conceitos similares aos adotados no exterior. Di Sabatto (1999) faz uma delimitação do universo da agricultura familiar em seu relatório para a proposta de metodologia para o Projeto Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/*Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO)⁷. Para o referido autor, o universo familiar caracteriza-se pelos estabelecimentos que atendem às seguintes proposições, simultaneamente: direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor e o trabalho

⁷ O projeto INCRA/FAO dimensiona a agricultura familiar brasileira, por meio dos dados do Censo Agropecuário 1995/1996. No Anexo C, há uma relação de tabelas com dados sobre a agricultura familiar brasileira, informado o número de estabelecimentos, valor bruto da produção, acesso à terra e principais atividades.

familiar superior ao trabalho contratado. Ele delimitou, ainda, em seu trabalho, a área máxima que deveria ter o estabelecimento para se caracterizar como familiar. Para a região Nordeste, esta área foi estabelecida em 694,5ha. Apesar dessa delimitação, o autor considera que o conceito de agricultura familiar não é definido pelo tamanho do estabelecimento e sim pela extensão máxima de área que a família pode explorar com seu próprio trabalho, utilizando aquele parâmetro apenas para o Projeto INCRA/FAO. Apesar de Guanziroli et al. (2001) confirmarem o conceito de Di Sabatto (1999), os autores garantem que o universo agrário é extremamente complexo para se definir uma tipologia para os agricultores familiares, em virtude dos diferentes interesses e estratégias de sobrevivência e produção encontrados neste grupo.

Para o projeto INCRA/FAO, há uma separação conceitual entre agricultura familiar e patronal. As características gerais da agricultura familiar são: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do trabalho produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade da vida; decisões imediatas, adequadas ao elevado grau de imprevisibilidade do processo produtivo; trabalho assalariado complementar; tomada de decisões *in loco*, condicionada pelas especificidades do processo produtivo e ênfase no uso de insumos internos. As características gerais da agricultura patronal são: completa separação entre gestão e trabalho; organização centralizada; ênfase na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis; tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento; trabalho predominantemente assalariado; tecnologias voltadas principalmente para a redução das necessidades de mão-de-obra e pesada dependência de insumos externos. (BARROS, 2000).

Nakajima, apud Mayorga (1980), classifica os agricultores em quatro grupos, segundo a proporção da produção consumida e a proporção de mão-de-obra utilizada, por meio de uma figura de quatro quadrantes, na qual se observa que a agricultura familiar pode transitar desde um modelo mais tradicional (auto-consumo e maioria de mão-de-obra familiar), que é o terceiro quadrante, até um modelo que se confunde com a agricultura patronal, pois utiliza maior proporção de mão-de-obra contratada, além da produção voltada para o mercado, que é o primeiro quadrante. O modelo de Nakajima é observado na Figura 1.

Segundo Barros (2000), o Projeto INCRA/FAO estimou os estabelecimentos familiares no Brasil em 6,5 milhões, segmentados em três categorias:

- a) agricultura familiar consolidada – constituída de aproximadamente 1,5 milhão de estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com

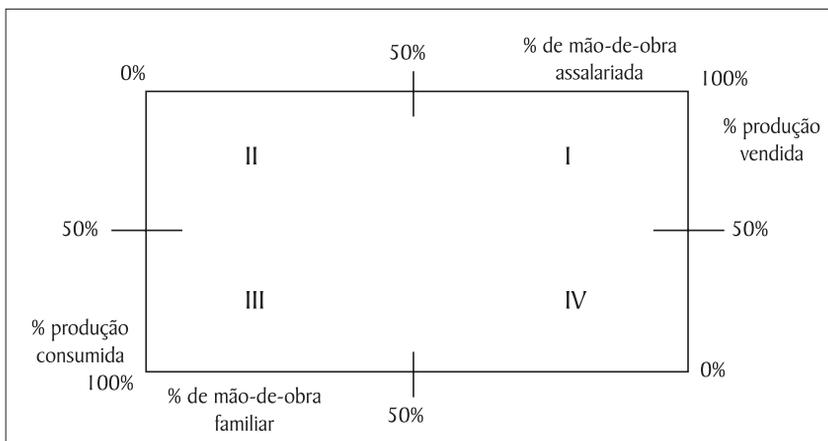


Figura 1 – Classificação de Empresas Rurais, segundo a Proporção da Produção Consumida e a Proporção da Mão-de-Obra Familiar

Fonte: Mayorga (1980).

acesso às inovações tecnológicas e políticas públicas, funcionando em sua maioria em padrões empresariais;

- b) agricultura familiar em transição – constituída por aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos familiares, com acesso apenas parcial às inovações tecnológicas e do mercado, sem acesso à maioria das políticas e programas governamentais e não consolidados como empresas, mas possuem um amplo potencial para sua viabilidade econômica;
- c) agricultura familiar periférica – constituída por aproximadamente 2,5 milhões de estabelecimentos rurais, geralmente inadequados em relação à infra-estrutura e inviáveis economicamente, cuja integração produtiva à vida nacional depende das ações de um eficiente programa de reforma agrária.

O desenvolvimento dos países impõe características distintas para a agricultura familiar. No caso do Brasil, o qual Lamarche (1993) classificou como de sociedade de sistema capitalista dependente, a agricultura familiar apresenta-se de forma profundamente heterogênea, ora com características de um modelo de funcionamento do tipo camponês, ora com estruturas de produção mais modernas e bem integradas à economia de mercado. O tipo camponês é encontrado, por exemplo, no Nordeste, em uma sub-região denominada de Cariri⁸. Ali, a repro-

8 O autor realizou seu estudo na sub-região do Cariri paraibano.

dução familiar das menores unidades é constantemente realizada utilizando-se artifícios, como a cooperação mútua (como a indivisão do patrimônio familiar) ou a pluriatividade, o que possibilita melhora nos rendimentos, mesmo estes se situando, muitas vezes, nos limites da subsistência. (LAMARCHE, 1993).

Carneiro (1999, p. 329) elabora um conceito abrangente, incluindo a dinâmica social do grupo familiar. Ela exprime que a agricultura familiar é entendida como “uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”, semelhante ao conceito apresentado por Lamarche (1993). Não apenas fatores econômicos, mas também as dinâmicas de reprodução social, com estratégias próprias de produção, considerando-se fortemente o parentesco e os valores morais, explicam o que é a agricultura familiar. Carneiro (1999, p. 340) classifica, ainda, as unidades familiares agrícolas “segundo os princípios que orientam sua reprodução social”. Há distinções entre as unidades familiares, repousadas nas maneiras de se combinar as alternativas disponíveis pela condição “sócio-econômica (sic) (condições extra-familiares) e pelo campo de possibilidades (condições internas à família) específicos para realizarem suas escolhas e formularem suas estratégias particulares”. Considerando este recorte, Carneiro reconhece as seguintes categorias dentro da agricultura familiar:

- a) família agrícola de caráter empresarial – cuja lógica segue a orientação do mercado, buscando satisfazer seus melhores índices de rentabilidade e produtividade crescentes; “caracteriza-se por uma conjunção de fatores econômicos, técnicos e uma situação patrimonial (e social) favorável à rentabilidade da exploração”;
- b) família camponesa – sua lógica baseia-se no esforço de manter a reprodução da sua unidade em determinadas condições culturais e sociais, ou seja, conservar a propriedade familiar e a exploração agrícola. “A família é um valor que se impõe à produção embora seja indissociável da propriedade e da exploração agrícola”. Possui fracas condições de produção, o que a faz buscar novas estratégias para garantir sua reprodução social, tentando preservar seu patrimônio territorial familiar;
- c) família agrícola “rurbana” – não se orienta meramente pelos princípios de mercado, tampouco se caracteriza como família camponesa, mesmo tendo alguns valores semelhantes (forte vínculo com uma localidade particular). Orienta sua produção para a melhoria da qualidade de vida do grupo, podendo basear-se na realidade mercantil, na busca de melhores

retornos e rendimentos, bem como em novas fontes de renda (recurso à pluriatividade). “Essa nova forma de unidade familiar de produção agrícola se caracterizaria não mais pela organização coletiva (familiar) do trabalho e do consumo, mas pela capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural visando à reprodução biológica e social dos indivíduos”.

O tipo de atividade desempenhada pelos agricultores familiares também serve como delimitação do seu conceito. Graziano da Silva e Del Grossi (2004a) dão as seguintes definições para caracterizar as famílias no meio rural: famílias agrícolas, quando todos os membros exercem atividades agropecuárias como ocupação principal; o oposto é considerado como famílias não-agrícolas. Já famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro uma não-agrícola. Consideram, também, como famílias pluriativas aquelas nas quais pelo menos um membro declara exercer dupla atividade (ocupação principal e secundária).

Para finalizar as discussões acerca das delimitações da agricultura familiar e dar suporte legal à categoria, o Congresso Nacional aprovou no dia 4 de julho de 2006 o projeto de Lei nº 11.326/06, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, sancionada pelo Presidente da República, em 24 de julho de 2006. A lei apresenta os seguintes parâmetros para o enquadramento do agricultor ou agricultura familiar: não deter área maior do que quatro módulos fiscais⁹ (unidade-padrão para todo o território brasileiro); utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirigir o estabelecimento ou empreendimento com o auxílio de pessoas da família. Por meio desta lei, a agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo, o que proporciona: participação dos agricultores familiares na formulação e implementação das políticas; fortalecimento das relações de trabalho e organizacionais no segmento com a aplicação de várias políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da previdência social e a adoção do conceito, pelos órgãos governamentais, para aplicar outras medidas

9 Módulo fiscal – unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; o conceito de propriedade familiar. (INCRA, 2006).

em benefício ao segmento, além do PRONAF¹⁰ (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006).

Analisando as diferentes interpretações sobre a agricultura familiar, neste trabalho foram adotados aqueles autores cujos conceitos mais se aproximaram ou trabalham a dinâmica observada no Cariri cearense, os quais são Lamarche (1993) e Carneiro (1999). Para a conceituação da família a partir de suas atividades, foi adotado o mesmo conceito apresentado por Graziano da Silva e Del Grossi (2004a).

2.1.1 – Pluriatividade na agricultura familiar

Kautsky (1998) já apresentava em seus estudos as transformações que vinham ocorrendo no campo, no final do século XIX. O autor analisou a trajetória histórica do homem do campo até chegar à conformação que se conhece atualmente. Nessa trajetória, identificam-se diferentes características de produtores, dadas as necessidades, partindo-se de um produtor agrícola puro para outro, de caráter pluriativo.

Chayanov (1974) observou que, quanto menor a área disponível para o produtor rural trabalhar, maior é o volume de atividades artesanais e comerciais; ou seja, quando a terra não dá condições suficientes para o produtor usar toda a sua capacidade de trabalho, garantindo um rendimento adequado, ele parte para desempenhar outras atividades, mesmo como empregado em outros estabelecimentos, para salvar-se do desemprego em sua própria propriedade.

Para melhor entender o conceito de pluriatividade, faz-se necessário apreender primeiramente o significado de atividades não-agrícolas, em virtude de existir ainda certa confusão entre ambos os conceitos. Para Graziano da Silva (1997), as atividades não-agrícolas são aquelas não diretamente ligadas à atividade agrícola, muito menos derivadas delas, mas que expressam as novas funções assumidas pelo meio rural. Para outros autores (SILVA NETO; FRANTZ, 2003), características inerentes a determinadas populações propiciam o surgimento de atividades não-agrícolas, com a demanda de bens e serviços no meio rural. Referidos autores concluíram que a renda dos agricultores e a forma de distribuição desta renda são importantes para determinar a dinâmica das atividades não-agrícolas no meio rural.

¹⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, aprovado pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Maiores informações sobre PRONAF ver Anexo D.

Alguns fatores influenciam em maior ou menor grau de intensidade o desenvolvimento de atividades não-agrícolas no meio rural. Em estudo realizado por Schneider (2004, p. 112), “as facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas [...] e a existência de um amplo mercado de trabalho” permitem a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre membros das famílias rurais.

Schneider e Navarro (1998, p. 621) apontam diferenças quando comparados os fatores que levariam à emergência das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos e no Brasil. Para os autores, foram cinco os fatores principais que contribuíram para a emergência e expansão dessas atividades nos países desenvolvidos: a disseminada e intensa modernização tecnológica da agricultura; o crescimento da produtividade agrícola e do volume global da produção agrícola, com base em políticas de incentivo à melhoria dos formatos tecnológicos adotados; os estímulos das políticas públicas como estratégia de “desintensificação” da atividade agrícola, na Comunidade Européia; as características intrínsecas ao modo de funcionamento das unidades familiares nesses países que, historicamente, associavam as atividades agrícolas a outras, não-agrícolas, e a dinâmica do trabalho não-agrícola nos países desenvolvidos (descentralização industrial). No Brasil, em algumas regiões, a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural “está associada às transformações estruturais das formas de ocupação e emprego da agricultura brasileira”, como a queda da rentabilidade dos principais produtos da agropecuária brasileira. Isto, associado ao aumento da produtividade com o uso de novas tecnologias, reduziu o número de empregos agrícolas no País. Noutras regiões do país, onde não ocorreu essa modernização da lavoura, a necessidade de complementação da renda e reprodução familiar levaria a expansão das atividades não-agrícolas.

A pluriatividade é um fenômeno identificado em diversos países, sejam eles de economias maduras ou não. Para alguns autores, esta característica é inerente à agricultura familiar. Assim, Carneiro (1999, p. 326) expressa que

[...] a noção de pluriatividade não designa um fenômeno específico, assim como o termo pluriativo não define uma nova categoria social no meio rural. Existem diferentes possibilidades de se associar a atividade não-agrícola no interior da unidade familiar agrícola, que implica uma diversidade de significados que este tipo de combinação poderá assumir na reprodução social e, conseqüentemente, na posição de cada unidade familiar na estrutura social na agricultura. A pluriatividade, nesta perspectiva interpretativa, não é um fato positivo, um tipo, e sim uma noção que designa um processo social plural, o que

significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não-agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar.

Segundo Carneiro (1999), a pluriatividade está relacionada com a própria dinâmica de funcionamento do estabelecimento familiar. É algo inerente a ele, dadas as funções de cada membro familiar nas atividades agrícolas ou ligadas à geração de renda para a família.

Marsden et al. (1987 apud ABRAMOVAY, 1998, p. 170), exprimem que a prática de *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) dá flexibilidade ao estabelecimento familiar, criando fontes não-agrícolas de renda, permitindo sua permanência na atividade. “O estabelecimento agrícola estaria perdendo sua ‘centralidade’ no sentido de que há um conjunto de fontes de renda que contribuem para a reprodução da família”. Essa descentralidade é observada em todas as faixas de tamanho de estabelecimentos e se caracterizaria como estratégia de acumulação, permitindo ao produtor manter-se no mercado. Pela Tabela I tem-se uma idéia do percentual de unidades produtivas cujo chefe exerce mais de uma atividade, nos países da Comunidade Européia. A representatividade varia de 19%, em Luxemburgo, a 58%, na Espanha, denotando forte propensão à pluriatividade nestes países.

O produtor pluriativo é aquele que combina a agricultura com uma multiplicidade de tarefas para garantir sua renda. (SCHNEIDER, 2004). Para o autor, o termo pluriatividade é o que melhor define as modificações relativas às atividades no campo, incorporando tanto as características do *part-time farming*, que são as unidades que dedicam parte do seu tempo ao desempenho de atividades fora do estabelecimento, quanto às características da *multiple job holding*, que são as unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento, conceitos inicialmente utilizados para designar as modificações observadas nas atividades do meio rural.

Mattei (2004, 2006) define a pluriatividade como a conjugação, numa mesma pessoa, do duplo caráter, de trabalhador com estatuto de empregado e de trabalhador por conta própria, ao mesmo tempo. No caso do agricultor pluriativo, ele passa a combinar as atividades agrícolas com as não-agrícolas, tanto interna como externamente ao estabelecimento. O autor acentua que a pluriatividade está no cerne dos debates sobre as novas funções do espaço rural e as mudanças ocorridas neste espaço que redefinem o trabalho rural e o papel dos seus agentes sociais.

Tabela 1 – Porcentagem de Unidades Produtivas cujo Chefe Exerce, paralelamente, outra Atividade Produtiva. Comunidade Européia, 1989

País	%
Bélgica	32
Dinamarca	31
Alemanha (pré-reunificada)	42
Grécia	34
Espanha	58
França	31
Irlanda	32
Itália	26
Luxemburgo	19
Países Baixos	20
Portugal	44
Reino Unido	31
CEE	37

Fonte: Abramovay (1998).

Outros autores apontam a pluriatividade como a múltipla inserção dos membros de uma mesma família agrícola no mercado de trabalho. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GOSSI, 2004b). Para a agricultura familiar, a pluriatividade é identificada quando os componentes de determinado estabelecimento familiar deixam de desempenhar atividades puramente agrícolas. Outras atividades inserem-se na dinâmica de reprodução daquela família.

A pluriatividade é “a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família.” (SCHNEIDER; CONTERATO, 2005, p. 5). Essas múltiplas inserções, porém, ocorrem de formas distintas, o que os autores classificaram de situação clássica de pluriatividade ou intersetorial e pluriatividade de base agrária. O primeiro conceito designa a combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas, ou seja, o trabalhador ocupando-se em atividades de setores diferentes da economia. O segundo conceito caracteriza-se pela junção de atividades distintas, mas ambas classificadas como agrícolas, que ocorre pelas externalizações do processo produtivo agrícola. Exemplo deste conceito são as pessoas que trabalham como contratadas em serviços de plantio e colheita agrícola, além de possuírem seus próprios estabelecimentos rurais.

Partindo destes conceitos, Kageyama (2004) identifica os domicílios rurais no Brasil. O domicílio agrícola é aquele onde existe pelo menos uma pessoa há

dez anos ou mais ocupada na agricultura como ramo de atividade principal. Já os domicílios pluriativos são aqueles rurais onde pelo menos um dos residentes tenha como atividade principal um setor não-agrícola.

2.1.2 – Multifuncionalidade da agricultura familiar

Observando estes conceitos, percebe-se que a agricultura familiar apresenta diversas funções, tanto de caráter econômico quanto social. Alguns estudiosos identificam o caráter multifuncional da agricultura, desde o início da década de 1990. As primeiras observações foram realizadas na Europa, mais precisamente na França, onde a agricultura familiar tem papel importante na dinâmica da economia nacional. Naquele país, o modelo adotado de agricultura foi o produtivista de modernização da agricultura, para garantir a segurança alimentar interna. Este modelo, no entanto, apresentou alguns inconvenientes econômicos (superprodução e, conseqüentemente, redução dos preços agrícolas), sociais (redução do trabalho agrícola e expansão dos espaços vazios) e ambientais (desgaste dos recursos naturais).

Dadas essas questões, era necessário se repensar a agricultura e o seu papel na sociedade moderna. Ocorreu a polarização de concepções em duas correntes distintas: a visão econômica da crise da agricultura – baseada nas leis de mercado – e a visão sociopolítica – defensora do princípio de que a agricultura não se esgota em seu papel de provedora de alimentos, mas também oferece outros bens imateriais à sociedade, tornando a agricultura multifuncional. (CARNEIRO; MALUF, 2003).

A agricultura passa a ter responsabilidades diversas, com o objetivo de atender as demandas formuladas pela sociedade, não somente aquelas colocadas por Munhoz (1982), de suprir a população com alimentos e de fornecer insumos para os outros setores da economia. As novas demandas estão distribuídas em três grupos: meio ambiente – os agricultores como meio de garantir a preservação ambiental e a manutenção das paisagens rurais; qualidade dos produtos – confiança naquilo que é produzido, associada a valores específicos, como localização, tradição, processos de produção técnica e socialmente aceitáveis e, em terceiro, a ocupação e dinamização dos espaços vazios. A partir desta visão, já se percebe um conceito mais abrangente de atividade agrícola, aplicada pela legislação francesa, a qual diz:

São consideradas agrícolas todas as atividades correspondentes ao controle e à exploração de um ciclo biológico de caráter vegetal ou animal e constituindo uma ou várias etapas

necessárias ao desenvolvimento deste ciclo, assim como as atividades exercidas por um produtor agrícola que constituem o prolongamento do ato de produção ou que tenham por suporte o estabelecimento (Lei nº 88-1202 de 30 de dezembro de 1988). (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 13).

Para alguns estudiosos, o conceito de multifuncionalidade está imbuído de significações políticas para proteger a agricultura dos países ricos e dar respaldo para que ela continue sendo financiada (subsidiada), apesar de não ter mais o retorno econômico esperado. Para fins de subsídios, portanto, são consideradas outras funções importantes da agricultura como mantenedora da família no campo. “O próprio acordo sobre a agricultura na Organização Mundial do Comércio sustenta a necessidade de estabelecer um sistema de trocas agrícolas orientadas pelo mercado” (ABRAMOVAY, 2003, p. 125), reconhecendo a importância das funções não comerciais da agricultura, bem como de segurança alimentar e ambiental. A Comunidade Européia utilizou-se deste conceito como forma de legitimar os subsídios agrícolas, argumentando que o setor não deveria ter um tratamento meramente comercial. (SOARES, 2000/2001).

As discussões sobre multifuncionalidade da agricultura ganharam repercussão quando foram confrontadas duas vertentes distintas sobre o uso do conceito. Um destes usos é a estratégia para encobrir o protecionismo, enquanto o outro uso é das novas demandas da sociedade quanto à utilização do meio rural. Abramovay (2003) ressalta que os subsídios dados aos produtores agrícolas dos países da Comunidade Européia não estão servindo para o pagamento das funções múltiplas não comerciais da agricultura, mas sim para garantir a renda dos agricultores. Todas essas discussões, no entanto, servem para trazer à pauta o papel que a agricultura desempenha para a sociedade e o sentido das ajudas públicas para o setor, principalmente na Europa.

A partir da década de 1980, teve início uma reestruturação das políticas públicas, no intuito de se aplicar modelos de produção que considerassem outros fatores e não somente aqueles relacionados à produção agrícola (MATTEI, 2006), os quais são: o espaço rural tem outras funções além da produção agrícola; estão ocorrendo mudanças significativas no processo de trabalho; o meio ambiente passou a ter papel importante nas decisões de políticas de desenvolvimento rural; está ocorrendo um fortalecimento do sistema agroalimentar em escala mundial e políticas agrícolas pós-guerra estão sendo reformuladas, com destaque na Comunidade Européia e nos Estados Unidos, visualizando essas novas funções do espaço rural.

No Brasil, as discussões acerca das novas funções e características do meio rural apoiaram-se no conceito de ruralidade, o qual abarca as questões sociais da gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, os aspectos econômicos e produtivos e transações comerciais das unidades agrícolas, as questões do patrimônio histórico e cultural e, por fim, a dimensão ambiental. (SCHNEIDER; BLUME, 2005).

Para Carneiro e Maluf (2003), os estudos demonstram que a agricultura apresenta quatro dimensões básicas, que enfatizam o seu caráter multifuncional: dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais e relações com o território e a natureza. Percebe-se, portanto, que houve apenas uma mudança nos conceitos utilizados fora e dentro do País. Aqui, convencionou-se chamar de nova ruralidade as transformações no meio rural brasileiro, enquanto que, em outros países, fala-se em multifuncionalidade.

Para Schmidt (2003), a multifuncionalidade da agricultura é a ligação entre um projeto de sociedade e as funções econômicas, sociais e ambientais da agricultura. A dinâmica rural não está baseada apenas em sua função primária de suprir a sociedade de alimentos, mas também no objetivo de compartilhar as políticas de desenvolvimento e de proteção ambiental da nação.

As políticas adotadas no Brasil para a agricultura se assemelharam àquela francesa, baseada na alta produtividade da lavoura, utilizando a mecanização em detrimento da mão-de-obra rural. Por aqui observam-se os mesmos inconvenientes daquele modelo, como elevada produção, desgaste dos solos e esvaziamento espacial, iniciado com a implantação do SNCR, na década de 1960. A mecanização da lavoura levou à superprodução, principalmente de itens para exportação, ora alardeada como positiva por contribuir para a balança comercial. Resultou, ainda, no esvaziamento do espaço rural por conta da falta de opções de trabalho para o agricultor, considerando a estrutura fundiária nacional. Além disso, a produção agrícola baseou-se no uso intensivo do solo, ocasionando seu desgaste prematuro.

Pergunta-se até que ponto esses novos conceitos aplicados ao meio rural têm efeito prático para minimizar os fatores negativos observados ali. Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2000), ainda existe no meio rural brasileiro uma parcela significativa de pessoas com acesso precário à terra ou mesmo sem este acesso. São 1,3 milhão de estabelecimentos familiares com acesso precário à terra. Destes, 1,1 milhão possuem áreas insuficientes. Nota-se a importância de se

trazer novamente a discussão sobre a reforma agrária no Brasil. As famílias que se caracterizam como público-alvo de uma reforma agrária, segundo os autores, chegam a 6,1 milhões, combinando dados do Censo Agropecuário 1995/1996 e da PNAD de 1995 (incluindo famílias que vivem prioritariamente da agricultura, famílias de desempregados rurais e aquelas com área insuficiente e/ou acesso precário à terra).

Cardim; Vieira e Viégas (2004) assinalam que o problema fundiário brasileiro tem origem na modernização conservadora da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960, e foi agravado pelo incentivo à especulação fundiária – Fundo 157, Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP), a qual deu prioridade aos grandes grupos econômicos.

Graziano da Silva (2001) apresenta três vertentes que explicam o problema da questão agrária no Brasil. Ele cita três outros autores: Alberto Passos Guimarães – situa como problema central a concentração da terra, fonte do poder político dos seus proprietários, tidos como feudais; Caio Prado Jr. – argumenta que o latifúndio brasileiro sempre foi capitalista desde o período colonial e que o Estado deve atuar em socorro dos trabalhadores rurais, que são desorganizados, por meio de legislação que garanta os mesmos direitos conquistados pelos assalariados urbanos; Ignácio Rangel – apresenta o problema agrário como o excedente populacional decorrente da rapidez da modernização da agricultura nacional. Graziano da Silva (2001) considera pertinente a argumentação feita por Rangel, acrescentando a esta análise as razões conjunturais resultantes das políticas públicas atuais (forma de inserção brasileira no mercado internacional)¹¹.

Atualmente, cabe salientar que, em virtude das novas características do meio rural brasileiro, deve-se pensar reforma agrária não apenas no sentido estritamente agrícola, mas abrangendo todas as formas de ocupações possíveis de inserção da população rural no processo produtivo, o que pode vir a baratear o custo por família assentada. Não se deve limitar a reforma agrária apenas às famílias minifundistas ou sem terra. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2000).

2.2 – Pólos de Desenvolvimento

Observando a dinâmica do crescimento econômico brasileiro, percebe-se forte desigualdade entre as grandes regiões¹² geográficas do País. Até mesmo os

11 Para uma análise mais aprofundada sobre as experiências de reforma agrária no Brasil, suas características e resultados, ver Guanziroli et al. (2001).

12 Para discussões acerca do conceito de região, ver Haddad (1989).

Estados apresentam umas áreas mais dinâmicas do que outras em seu território. Essas condições tendem a contribuir para elevar os custos sociais, originando tensões de ordem política, bem como para reduzir a eficiência das regiões mais dinâmicas por conta do maior fluxo de demandas econômicas e sociais, advindas de outras áreas menos desenvolvidas.

Partindo das observações de desigualdades regionais, buscou-se compreender o que leva determinadas áreas a possuir estas características. Surgiu, então, a importância em se estudar os espaços econômicos e a territorialidade¹³ para entender os efeitos espaciais das políticas macroeconômicas nacionais de estabilização e setoriais de crescimento (agrícola, industrial etc), em virtude de os resultados alcançados para cada região serem distintos. (HADDAD, 1989). Segundo Haddad (1989), as políticas macroeconômicas e setoriais para a economia nacional são concebidas de maneira “unicontingencial”, aplicadas uniformemente para todo o País, com algumas diferenciações eventuais. Constatou-se, porém, que essas políticas, apesar de se pretenderem “a-espaciais”, não são neutras em relação aos efeitos regionais. Para Haddad (1989, p. 47), “a economia espacial e a regional fornecem elementos substanciais para o entendimento dos processos de consolidação das atividades nas regiões”. Segundo Hoover (1970 apud HADDAD, 1989, p. 47):

Cumprir à análise espacial estudar os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas, ou seja, questionar os problemas relativos à proximidade, concentração e dispersão das atividades e às semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades.

Há duas distinções na análise espacial: locacional e regional. Esta última preocupa-se com os agrupamentos ou aglomerações de atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas inter-relacionados e próximos, inseridos em áreas geográficas, que constituem subespaços contínuos do espaço nacional.

A economia regional estuda a diferenciação e a inter-relação de áreas em um universo, onde os recursos estão distribuídos desigualmente, e possui mobilidade imperfeita, com ênfase na aplicação ao planejamento dos investimentos em capital social¹⁴ básico, para atenuar os problemas sociais criados por essas circunstâncias (DUBEY, 1970 apud HADDAD, 1989); ou seja, deve-se analisar

¹³ Para discussões acerca do conceito de território, ver Schneider e Tartaruga (2005).

¹⁴ Sobre o conceito de capital social, veja Abramovay (2003).

o fenômeno espacial, no intuito de se alocar de forma eficiente os recursos disponíveis com fins alternativos e de forma convencional.

Segundo Rossetti (1989, p. 343), a concentração de atividades nas áreas mais dinâmicas e, por conseqüência, o enfraquecimento das áreas periféricas, tende a intensificar os desequilíbrios regionais, os problemas econômicos e os sociais. “O dinamismo dos centros desenvolvidos geralmente exerce *efeitos regressivos* sobre as áreas carentes, assimilando seus recursos humanos e de capital e dificultando seus processos de acumulação”. Os efeitos propulsores dessas regiões tendem a ser neutralizados pelos efeitos regressivos. Esta tendência foi observada no Brasil, cuja região mais dinâmica, a Sudeste, atraiu os recursos humanos das regiões periféricas, fenômeno mais fortemente observado no Nordeste.

Identificando essas condições, as políticas de combate às desigualdades regionais trabalham no sentido de bloquear esses efeitos regressivos e impulsionar os efeitos propulsores. Portanto, além da aplicação do investimento, é de suma importância saber onde investir para controlar esses efeitos. A dimensão espacial assume papel decisivo nas questões de atenuar os desequilíbrios regionais.

Observando estes fenômenos, buscou-se explicá-los mediante a teoria da polarização. Estes estudos foram realizados, primeiramente, por François Perroux, na tentativa de responder às questões de desenvolvimento que as teorias ortodoxas não conseguiram tratar. François Perroux desenvolve os conceitos de espaços econômicos e espaços geonômicos (espaços geográficos banais). Os primeiros são espaços abstratos, configurados por um conjunto de relações referentes aos variados fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos interdependentes, não sendo necessariamente contíguos. (HADDAD, 1989). Os espaços econômicos são classificados em três categorias:

- a) espaço econômico definido por um plano ou programa de ação – área na qual suas partes são dependentes de uma decisão central;
- b) espaço econômico como um campo de forças – espaço polarizado constituído por focos de concentração de atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas, inter-relacionado com outros pontos do espaço por uma relação de dominação; e
- c) espaço econômico como um agregado homogêneo – constituído por elementos que apresentam características semelhantes.

Destes conceitos, resulta que as regiões também podem ser classificadas em três categorias: homogêneas, polarizadas e de planejamento.

No Brasil, e mais especificamente no Nordeste, observa-se forte concentração de atividades em determinados espaços. Na região Nordeste as atividades econômicas concentram-se no seu litoral, podendo-se caracterizá-la como uma região polarizada. No intuito de redistribuir de forma mais homogênea as atividades econômicas pela região, partiu-se para uma política que identifique espaços a apresentarem certo dinamismo fora dos locais mais desenvolvidos, o que culminou nos pólos de desenvolvimento integrado. Sampaio, Vital e Costa (2003) citam alguns espaços no Nordeste que podem atrair novos investimentos fora do eixo tradicional, como as áreas de cerrados e as áreas irrigadas ao longo das bacias hidrográficas do Nordeste.

De acordo com Leite (1983, p. 158), “o pólo se define como um conjunto de unidades motrizes que criam efeitos de arraste sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico”. A unidade motriz, conforme identificou Perroux, é aquela que enseja efeitos positivos em determinado espaço econômico, proporcionando mudança de estrutura e conduzindo a elevadas taxas de crescimento sua área de influência. Na Figura 2, encontram-se esquematizados os efeitos das unidades motrizes nos pólos de crescimento.

Segundo Rossetti (1989, p. 344),

À medida que, numa região economicamente carente, são implantados pólos de crescimento, baseado em um conjunto de unidades motrizes, que aproveitam as potencialidades locais existentes, podem ser obtidos diversos efeitos positivos sobre a estrutura regional de produção e sobre o próprio comportamento da demanda global.

Os pólos de desenvolvimento têm como pontos centrais os espaços econômicos e geográficos. Os espaços econômicos não são analisados a partir da situação geográfica. Devem ser entendidos como sistemas em movimento, podendo-se encontrá-los em estado de crescimento, estagnação ou retração. (LEITE, 1983). Na região Nordeste do Brasil, o BNB identificou 12 sub-regiões com aquelas características citadas por Leite (1983), conforme Mapa I, Anexo A. Entre essas sub-regiões, encontra-se o PDA Cariri Cearense.

O programa Pólos de Desenvolvimento Integrado foi uma ação conjunta entre o BNB e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de “promover e potencializar o desenvolvimento local, com base na cooperação entre os diversos agentes econômicos, institucionais e sociais”. O que leva à formação do pólo é o dinamismo e as potencialidades socioeconômicas semelhantes dos municípios, com relação aos aspectos naturais, empresariais, tecnológicos ou

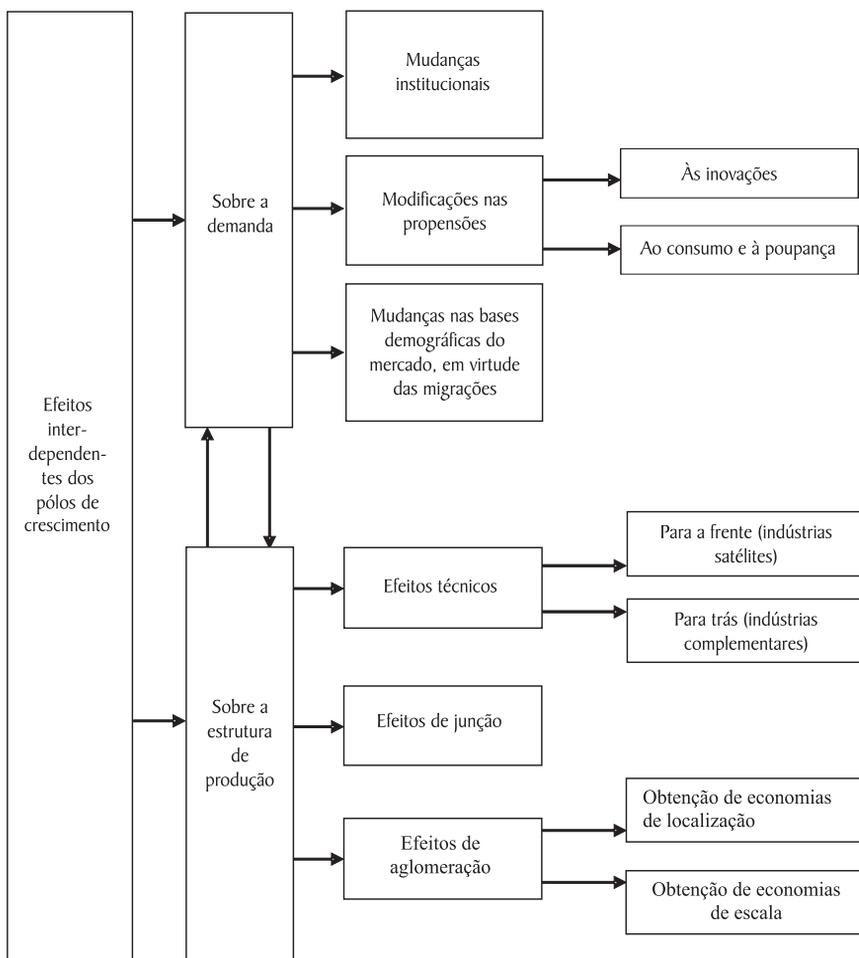


Figura 2 – Efeitos Possíveis da Implantação de Pólos de Crescimento sobre a Demanda e a Estrutura de Produção das Regiões

Fonte: Rossetti (1989).

de infra-estrutura. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2001b). Segundo Tonedo Junior (2004), os pólos de desenvolvimento integrado são políticas de desenvolvimento regional baseadas na idéia de *clusters*¹⁵ e capital social, em

¹⁵ O conceito de *Cluster* foi criado em 1990 por Michael Porter, significando um agrupamento ou aglomerado de empresas em torno de um negócio, assentado no conceito de vantagem competitiva. As empresas são diferentes, mas o negócio é o mesmo, com cada empresa responsável por uma parte do processo produtivo.

que se busca fortalecer esses *clusters* produtivos nas regiões selecionadas, com base na maior integração com o mercado e na acumulação de capital social nas regiões dos pólos.

A formação dos pólos teve a participação articulada de agentes de cada região específica, estando o BNB na função de coordenador do processo, realizando discussões na busca de soluções para problemas nas dimensões social, político-institucional, econômica, ambiental, de formação e do conhecimento. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2001b). Foram envolvidas instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal e a sociedade civil, sendo elas próprias responsáveis pela execução de suas atividades.

Estes agentes foram divididos em duas equipes de trabalho: uma de articulação e uma técnica. A primeira é responsável pelas discussões dos problemas e de viabilizar soluções, sendo encaminhadas para os órgãos competentes na resolução desses problemas. Esta equipe é formada pelos líderes locais (presidentes de associações e sindicatos, gerentes de instituições públicas e privadas etc). A segunda é constituída pelos técnicos das instituições públicas e privadas, com “[...] a função de realizar estudos e dar suporte técnico às ações empreendidas em toda a área de atuação do pólo”. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2001b).

Segundo o Banco do Nordeste do Brasil (2001a), o trabalho de formação do pólo contemplava sete fases:

- a) conhecimento da realidade do pólo;
- b) formulação da visão de futuro de cada pólo e identificação de projetos estruturantes;
- c) discussão de estudos técnicos por meio de *workshops* com lideranças locais;
- d) consolidação e sistematização dos dados e informações;
- e) realização de eventos de mobilização e levantamento de demandas na comunidade;
- f) negociação de projetos com os parceiros envolvidos na sua implantação; e
- g) gerenciamento dos projetos e ações desenvolvidas nos pólos.

Os resultados esperados pelo Programa eram bem ambiciosos e buscavam chegar a várias dimensões da população dos pólos, dentre as quais:

- a) aumento da renda e do nível de bem-estar;
- b) aumento da área cultivada e da produtividade das lavouras;
- c) redução da taxa de analfabetismo;
- d) implantação de infra-estrutura econômica e social suficiente para dar sustentação ao dinamismo econômico do pólo;
- e) integração horizontal e vertical das unidades produtivas;
- f) implantação de um complexo agroeconômico tracionado pelos setores da fruticultura, grãos e pecuária;
- g) inserção do pólo nos mercados consumidores nacional e internacional;
- h) projetos e empreendimentos sustentáveis, nos aspectos: econômico, social, ambiental e político, no horizonte de tempo adequado. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2001b).

Para a formação do PDA Cariri Cearense, buscou-se inicialmente classificar os municípios do sul do Estado do Ceará¹⁶ de acordo com um grupo de indicadores escolhidos. Em seguida, somaram-se as diversas posições (classificação ordinal) de cada município, para se obter um resultado final no estilo *score*. Posteriormente, os municípios foram classificados em ordem decrescente, considerando sua dispersão em torno da média observada para cada indicador. Foram escolhidos dois critérios para classificar os pretensos municípios a participantes do PDA Cariri Cearense: o fisiográfico (pertencer à região fisiográfica do Cariri) e o econômico, baseado nas médias das seguintes variáveis: número de propriedades irrigadas levantadas pelo IBGE; quantidade de *megawatts* consumidos na área rural; valor bruto da produção agropecuária (IBGE); número de estabelecimentos industriais; número de estabelecimentos comerciais e valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado. Por fim, foram selecionados os municípios que se encontravam com pontuação acima da média para o grupo de municípios. Estes seriam inseridos na primeira fase do projeto¹⁷. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2001a).

O Programa de pólos se insere no contexto de desenvolvimento local, no sentido de que busca arranjar as instituições locais utilizando ações contingentes

¹⁶ A inclusão dos municípios levou em consideração as sub-bacias hidrográficas do alto Jaguaribe e do rio Salgado, bem como o fato de eles estarem situados na região geográfica denominada Cariri.

¹⁷ O quadro com todos os municípios inseridos na avaliação encontra-se no Anexo B.

e características de cada pólo para alcançar resultados satisfatórios, o que abarca o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL). Britto (1999 apud NUNES et al., 2006) ressalta três propriedades básicas de um APL: o importante papel de “economias externas” específicas ao espaço territorial onde os agentes interagem, o que possibilita reproduzir e difundir os conhecimentos técnicos e qualificações profissionais especializadas no local, conferindo vantagens competitivas para os componentes do arranjo; a presença de uma combinação permanente de princípios de cooperação e competição entre firmas participantes e a existência de uma combinação entre regras de interação de agentes estritamente mercantis e regras de regulação social estabelecidas localmente, refletindo na criação de instituições dedicadas à resolução de problemas e ao reforço de valores e princípios de solidariedade¹⁸.

18 Para maiores esclarecimentos sobre APL, veja Nunes et al. (2006).

3 – METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, fez-se necessária uma metodologia de estudo, baseada primeiramente em um levantamento bibliográfico das principais obras sobre o tema. Posteriormente, foram levantados dados estatísticos junto às fontes oficiais e não oficiais. E, por fim, um trabalho de campo foi realizado para a obtenção de dados primários sobre os pontos a serem levantados, tendo como técnica utilizada a aplicação de questionário semi-estruturado e entrevistas informais.

3.1 – Área de Estudo

Em Economia Rural, o estudo tem como linha de pesquisa “Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável”. Esta escolha considerou a importância que o meio rural tem para o desenvolvimento sustentável, em virtude de se estudar o comportamento de alguns agentes deste meio, possibilitando sugerir mecanismos de manutenção do homem no campo mediante uma política mais direcionada ao perfil do público que se quer alcançar. Destarte, se poderia evitar o constante fluxo de populações de áreas rurais para as urbanas, atenuando o surgimento de problemas sociais.

Os pólos de desenvolvimento constituem instrumento de políticas governamentais no intuito de desenvolver determinadas regiões que apresentam dinamismo econômico para certas atividades, como grãos, fruticultura, pecuária leiteira e citricultura, por exemplo. Esta política foi implantada pelo BNB, a partir de 1997.

Alves; Valente Junior e Brainer (2006) realizaram estudo no PDA baixo Jaguaribe, com o objetivo de identificar as atividades não-agrícolas do pólo, obtendo informações que subsidiassem novas políticas para o meio rural nordestino, observando as novas características que então se mostravam. Seguindo essa linha de pensamento, surgiu o interesse em estudar outro pólo de desenvolvimento no Nordeste do País, a fim de se obter informações que viessem a corroborar o estudo anterior. Escolheu-se o PDA Cariri Cearense por questões práticas. O pólo possui perfil semelhante ao PDA baixo Jaguaribe, ou seja, apresenta condições propícias para o desenvolvimento da fruticultura irrigada. Observou-se, também, a existência de regulares centros urbanos que se relacionam fortemente com seu meio rural, como é o caso dos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Brejo Santo, o que poderia ser um fator para o surgimento de atividades não-agrícolas. E, por fim, considerou-se a distância entre a capital do Estado e o pólo, visando à viabilidade da pesquisa em tempo hábil e com os recursos disponíveis.

3.2 – População e Amostra

Utilizando os dados do Censo Agropecuário 1995/96, constata-se que existem 25.028 estabelecimentos familiares no PDA Cariri Cearense. Destes, tirou-se uma amostra representativa, conforme cálculo seguinte:

$$n = (z_{\alpha}/d)^2 \cdot p \cdot (1 - p) \quad (1)$$

Sendo,

n = tamanho amostral;

z_{α} = valor da variável aleatória normal-padrão z que deixa uma área de cauda à direita com valor $\alpha/2$, ou seja, $P(z \geq z_{\alpha}) = \alpha/2$;

d = erro amostral absoluto admitido;

p = a proporção populacional;

α = nível de significância e, conseqüentemente, $(1 - \alpha)$ = nível de confiança.

Para esta pesquisa, foram utilizados os seguintes parâmetros: nível de confiança $(1-\alpha)$ de 0,95; proporção populacional de 0,5¹⁹; e erro amostral de 0,10. Para $\alpha = 0,05$, $z_{\alpha} = 1,96$. Estes parâmetros indicam que existe a probabilidade, em 95,0% dos casos, de os resultados encontrados por meio da amostra selecionada estarem coincidentes com os da população, ou seja, está se trabalhando com elevado nível de confiança. De acordo com o cálculo, chegou-se a uma amostra de 96 estabelecimentos, nos quais foram aplicados os questionários.

A metodologia adotada na pesquisa de campo foi a mesma desenvolvida por Alves, Valente Junior e Brainer (2006), por ocasião de pesquisa sobre atividades não-agrícolas no PDA baixo Jaguaribe, a fim de obter instrumentos de comparação entre este trabalho e o realizado por aqueles autores. Foram realizadas entrevistas, com questionários semi-estruturados (Apêndice A), aplicadas junto às famílias extensas²⁰ dos domicílios rurais selecionados.

A seleção dos domicílios foi realizada em cinco etapas: cálculo do tamanho da amostra, seleção dos municípios, seleção dos setores amostrais (comunidades),

19 Geralmente dimensiona-se a amostra adotando-se $p = 0,5$, valor que torna máximo o tamanho amostral necessário. Dessa forma, ao fazer essa suposição, pode-se trabalhar com maior segurança estatística.

20 De acordo com Alves, Valente Junior e Brainer (2006, p. 23), "a família extensa inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados; exclui, dentre seus membros, os pensionistas e as empregadas domésticas e seus parentes".

distribuição da amostragem nas comunidades selecionadas e procedimentos de campo para a seleção das unidades amostrais (domicílios).

A determinação dos municípios levou em conta as economias mais dinâmicas a partir das seguintes variáveis:

- a) PIB Indústria + PIB serviços \geq 75% do PIB total do município;
- b) soma do número de estabelecimentos industriais + estabelecimentos de serviços do município \geq média dos estabelecimentos industriais e de serviços do pólo; e/ou
- c) município em que haja a presença de pelo menos 1 (um) núcleo/arranjo produtivo.

Foram consideradas essas variáveis porque dão condições de estudar comunidades onde poderia haver elevada presença de atividades não-agrícolas, em virtude do maior número de estabelecimentos industriais ou de serviços que, por sua vez, ensejam condições para a realização dessas atividades por parte da população rural.

De acordo com os dados IPEA, os municípios enquadrados no item *a* são: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Brejo Santo. Pelos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mediante a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o item *b* engloba dois municípios do pólo: Crato e Juazeiro do Norte. Quanto ao item *c*, esta informação foi levantada, mais detalhadamente, *in loco*, nas secretarias municipais. Já se sabia, porém, que os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha possuíam o arranjo produtivo de calçados, o município de Santana do Cariri possuía o arranjo produtivo de pedras ornamentais e, novamente, Juazeiro do Norte sediava o arranjo produtivo de jóias. Portanto, preliminarmente, foram escolhidos os municípios de Barbalha, Brejo Santo, Crato, Juazeiro do Norte e Santana do Cariri. Posteriormente, em visita à região, identificou-se o fato de que o município de Mauriti apresenta grande área de fruticultura irrigada em seu território. Portanto, como o PDA Cariri Cearense liga-se, principalmente, às atividades de fruticultura irrigada e turismo, achou-se pertinente a inclusão de mais este município.

Definidos os municípios a serem pesquisados, foram determinadas as comunidades a serem amostradas, limitando-se ao máximo de 3 (três) e ao mínimo de 2 (duas) por município, com o seguinte critério: seleção, por município, da comunidade rural com o maior número de atividades não-agrícolas (de acordo com informações obtidas junto às prefeituras e outras entidades ligadas aos

produtores rurais, com atuação nos municípios). As comunidades selecionadas estão classificadas por município e número de questionários aplicados, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da Amostra nas Comunidades Selecionadas, nos Respectivos Municípios do PDA Cariri Cearense

Município	Comunidade Selecionada	Número de Questionários
Barbalha	Caldas	10
	Arajara	04
	Distrito Estrela	04
Brejo Santo	Poço do Pau	03
	Sítio São Felipe	06
	Timbaúba	06
Crato	Santa Fé	08
	Monte Alverne	08
	Sítio Zabelê	02
Juazeiro do Norte	São Gonçalo	04
	Marrocos	03
	Sítio Sabiá	05
Mauriti	Quixabinha	09
	Umburanas	08
Santana do Cariri	Dom Leme	11
	Pontal da Cruz	01
	Araporanga	04
Total	17 Comunidades	96

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: A amostra foi distribuída proporcionalmente, considerando-se o número aproximado de estabelecimentos rurais de cada município, levantado no Censo Agropecuário de 1995/96, do IBGE. Em alguns municípios, contudo, não foi possível a aplicação deste critério por problemas de acesso às comunidades, sendo os questionários faltantes aplicados na comunidade seguinte.

Utilizou-se o Método do Passeio Aleatório para a seleção das unidades amostrais, conforme Neder (2004). Tal metodologia pode ser auxiliada com a seleção do ponto de partida através do mapa do setor. Neste caso, o pesquisador enumera diferentes pontos de referência nos limites do mapa e sorteia um deles juntamente com uma direção de percurso. Este procedimento possui vantagem no sentido de se pré-selecionar as referências antes que se saia em campo, reduzindo o risco de viés da pesquisa. Sua limitação consiste, no entanto, em que nem sempre o pesquisador possui um mapa de setores para auxiliá-lo, seja pela

indisponibilidade de tempo para coletar todos os mapas necessários ou pela inexistência desses utensílios.

Na pesquisa realizada aqui, como não se dispunha de mapas de setores, aplicou-se a segunda versão do Método de Passeio Aleatório, também descrita por Neder (2004), na qual o processo ocorreu da seguinte forma:

- a) foram escolhidos como ponto de partida do setor a sede de cada comunidade e uma direção do trajeto dentro da comunidade;
- b) foi entrevistado o domicílio mais próximo deste ponto de partida (sede da comunidade); e
- c) foram escolhidos os seguintes mais próximos domicílios na direção adotada, até que se completasse a quota de domicílios estabelecida para a comunidade.

3.3 – Método de Análise

Após aplicação dos questionários e das entrevistas informais e com os dados coletados, partiu-se para a análise e interpretação dos dados, com a finalidade de tratá-los e obter as respostas para o objetivo proposto. O método de análise foi a descritiva-tabular, em virtude da natureza dos dados.

3.4 – Variáveis

A análise dos indicadores se torna mais eficiente quando estes são categorizados de acordo com as informações que se tenciona obter. Para tanto, faz-se necessária a classificação das variáveis com as quais se pretende trabalhar.

Para identificar o perfil dos produtores rurais, utilizaram-se as variáveis sexo, faixa etária, nível de escolaridade, estado civil, número de filhos, agricultores familiares e agricultores não familiares.

Para a classificação dos produtores quanto à posse da terra, foram utilizadas as variáveis condição do produtor e tamanho da propriedade rural.

Quanto ao tipo de atividades, as variáveis foram: atividades agrícolas e atividades não-agrícolas.

Para a condição econômica, as variáveis foram: renda bruta média agrícola, renda bruta média não-agrícola, renda média de transferências governamentais, produção agrícola, produção não-agrícola e crédito (fontes de financiamento).

Quanto à produção e mercados, foram analisadas as variáveis aquisição de insumos, destino da produção, forma de comercialização e dificuldade de comercialização.

Quanto à existência do pólo de desenvolvimento e sua influência sobre a região a variável foi conhecimento do pólo.

No que diz respeito à capacitação e assistência técnica, foram apresentadas as variáveis participação em evento de capacitação e apoio técnico recebido.

Com relação à organização, planejamento e controle das atividades, as variáveis foram: área da atividade com planejamento, participação no planejamento, tipo de orientação recebida e área da atividade com controle gerencial.

3.5 – Fontes de Dados

Os dados primários foram coletados em pesquisa de campo, com aplicação de questionários semi-estruturados junto às famílias rurais, selecionadas, conforme metodologia, no item 3.2. A pesquisa ocorreu no período de 08 a 14 de fevereiro de 2006. O primeiro dia foi de traslado de Fortaleza a Juazeiro do Norte e contato com técnicos do BNB e órgãos municipais para obter informações sobre as comunidades da região. A aplicação dos questionários iniciou-se no dia 9 de fevereiro, no município de Juazeiro do Norte. Posteriormente, partiu-se para Barbalha (dia 10), Crato (dia 11), Santana do Cariri (dia 12), Mauriti (dia 13) e Brejo Santo (dia 14). Foram empregadas também entrevistas informais para coleta de informações mais abrangentes referentes à dinâmica de funcionamento das atividades locais e o comportamento dos agentes sociais, justamente para se ter maior compreensão do objeto de estudo.

Os dados secundários foram coletados junto aos órgãos dos governos: federal – o IBGE, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); estadual – a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (SEAGRI-CE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE); e municipal – as Secretarias de Agricultura, Secretarias de Planejamento.

4 – RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO E DISCUSSÕES

4.1 – Características Gerais do PDA Cariri Cearense

O PDA Cariri Cearense localiza-se no extremo sul do Estado do Ceará e corresponde aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Barbalha, Brejo Santo, Jardim, Santana do Cariri, Mauriti, Porteiras, Milagres e Abaiara, conforme Mapa 2, Anexo A. As atividades mais importantes no pólo são a agricultura irrigada e o turismo (religioso e ecológico). A agricultura irrigada, com uma área de 7.185ha, possui como principais produtos a banana, a manga e a uva. O Cariri possui, ainda, considerável potencial natural de recursos hídricos, minerais e edafoclimáticos que favorecem o desenvolvimento, tanto da agricultura diversificada, como da agroindústria, da exploração mineral e de indústrias de matérias-primas locais. O pólo destaca-se também como o maior produtor de grãos do Estado do Ceará, especialmente milho e feijão. Observa-se, portanto, que ele se caracteriza tanto pelo desempenho de atividades agrícolas como possui vocação e potencialidades para atividades não-agrícolas no meio rural.

Os municípios deste pólo possuem a população total de 571.542 habitantes, 7,71% da população do Estado, e ocupam uma área de 6.370km², com densidade demográfica de 90,12 hab/km² (Tabela 3). Juazeiro do Norte, apesar de apresentar a terceira menor área do pólo, possui a maior população (212.133 habitantes), 37,1%. Já o município de maior área, Crato, com 1.113km², possui a segunda maior população (104.646 habitantes). O menor município em área e população é Abaiara, com 182km² e 8.385 habitantes.

Tabela 3 – População, Área e Densidade Demográfica dos Municípios Pertencentes ao PDA Cariri Cearense

Informações	População (2000)	Área (km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²) (2000)
Ceará	7.417.402	146.348	50,68
Pólo Cariri Cearense	571.542	6.342	90,12
Abaiara	8.385	182	46,07
Barbalha	47.031	450	104,51
Brejo Santo	38.484	681	56,51
Crato	104.646	1.113	94,02
Jardim	26.414	499	52,93
Juazeiro do Norte	212.133	234	906,55
Mauriti	42.399	1.041	40,73
Milagres	26.959	618	43,62
Missão Velha	32.586	532	61,25
Porteiras	15.658	189	82,84
Santana do Cariri	16.847	803	20,98

Fonte: IBGE (2000).

Analisando o perfil da população desses municípios (Tabela 4), observa-se certo equilíbrio entre os sexos, com ligeira maioria de mulheres (51,9%). Essa tendência é verificada em dez municípios do PDA. Apenas Santana do Cariri possui maior número de homens (50,29%), porém uma diferença bem pequena. Essa relação sugere que neste pólo o êxodo masculino não é forte, como ocorre em diversas regiões interioranas do Nordeste. Já em relação ao estado do domicílio, o PDA apresenta-se eminentemente urbano, com 70,8% de sua população vivendo nessa área. Se, porém, forem excluídos os municípios de maiores populações, Juazeiro do Norte e Crato, percebe-se maior concentração da população na área rural (53,4%). Os maiores centros econômicos do pólo são justamente aqueles dois municípios que, atraindo as populações dos municípios próximos, expandiram seus centros urbanos. No que diz respeito à idade, nota-se que 66,5% da população está na faixa de 15 a 59 anos, 34,0% entre 0 e 14 anos e 6,7% entre 60 e 74 anos. Há, portanto, uma quantidade expressiva da população classificada como economicamente ativa.

Tabela 4 – Perfil da População dos Municípios do PDA Cariri Cearense, Censo Populacional 2000

Município	População (2000)							
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	De 0 a 14 anos	De 15 a 59 anos	De 60 a 74 anos
Abaiara	8.385	4.191	4.194	3.208	5.177	2.966	4.578	596
Barbalha	47.031	22.926	24.105	30.669	16.362	15.976	26.745	3.070
Brejo Santo	38.484	18.580	19.904	22.678	15.806	13.225	21.709	2.584
Crato	104.646	49.570	55.076	83.917	20.729	33.814	61.304	6.809
Jardim	26.414	12.944	13.470	7.358	19.056	9.492	14.404	1.743
Juazeiro do Norte	212.133	100.140	111.993	202.227	9.906	70.632	121.278	14.458
Mauriti	42.399	20.990	21.409	18.079	24.320	15.683	22.781	2.789
Milagres	26.959	13.189	13.770	11.291	15.668	9.002	15.203	1.982
Missão Velha	32.586	16.114	16.472	12.785	19.801	11.460	17.841	2.305
Porteiras	15.658	7.646	8.012	4.480	11.178	5.459	8.537	1.184
Santana do Cariri	16.847	8.473	8.374	8.178	8.669	6.643	8.582	1.126
Total	571.542	274.763	296.779	404.870	166.672	194.352	322.962	38.646

Fonte: IBGE (2000).

Observando os indicadores socioeconômicos da região (Tabela 5), verificam-se baixos índices, se comparados com outros municípios nordestinos. As taxas de analfabetismo²¹ variam de 40,86% (Mauriti) a 22,91% (Crato). O município com melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M²²) é Crato,

21 Percentual de pessoas analfabetas de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. (IBGE, 2006a).

22 O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classifica os países pelo IDH, em

com 0,716, enquanto Santana do Cariri apresenta o pior (0,609). Todos são classificados como municípios de desenvolvimento médio.

A proporção de pobres²³ no pólo é superior à metade da população (52,4%). Os pobres estão concentrados no meio urbano (62,3%). Novamente, os municípios de maiores populações apresentam as maiores proporções de pobres na zona urbana (93,0% para Juazeiro do Norte e 69,7% para Crato), o que distorce os dados, uma vez que o restante dos municípios apresenta proporções bem menores de pobres na zona urbana, sendo mais observados na zona rural. O município com maior proporção de pobres é Santana do Cariri, com 71,4% da sua população nessa categoria, coincidentemente o de menor IDH. Juazeiro do Norte apresenta a melhor situação, com 45,5% de sua população pobre, porém um índice elevado.

Tabela 5 – Dados Socioeconômicos dos Municípios do PDA Cariri Cearense

Município	Taxa Analfabetismo (≥ 15 anos) 2000 (1)	IDH-M 2000 (2)	Número de Pobres (2000) (3)			Taxa de Mortalidade Infantil 1998 (4)	PIB Per Capita (RS) Preços de Dez/1998 (5)
			Total	Na Área Rural	Na Área Urbana		
Abaiera	40,03	0,627	5.314	3.390	1.925	54,31	1.420,93
Barbalha	26,17	0,687	25.808	9.780	16.029	64,64	2.165,19
Brejo Santo	34,42	0,673	21.283	10.619	10.664	54,31	1.617,79
Crato	22,91	0,716	48.163	14.586	33.576	54,38	2.445,75
Jardim	35,27	0,642	17.536	13.599	3.937	64,64	850,88
Juazeiro do Norte	24,95	0,697	96.440	6.777	89.663	74,34	2.095,67
Mauriti	40,86	0,646	27.067	16.800	10.267	58,39	1.085,38
Milagres	34,12	0,641	16.866	10.339	6.527	54,31	1.492,42
Missão Velha	38,07	0,631	20.087	13.270	6.817	64,64	962,53
Porteiras	39,64	0,644	8.850	6.983	1.868	64,64	825,75
Santana do Cariri	39,31	0,609	12.024	6.739	5.285	64,64	1.383,28
Total	-	-	299.440	112.883	186.557	-	-

Fonte: IBGE (2003); PNUD (2006); Escritório... (2004); Brasil. Ministério da Saúde (2003) e IPEA (2001).

As taxas de mortalidade infantil demonstram a necessidade de investimentos na área social. (Tabela 5). Os valores são elevados, indo de 54,31 mortes por

desenvolvimento baixo (até 0,499), médio (de 0,500 a 0,799) e alto (de 0,8 a 1). Para maiores esclarecimentos consultar PNUD (2006).

- 23 Segundo Rocha (2003), a pobreza pode ser entendida como insuficiência de renda, considerando a abordagem de pobreza sob o aspecto da renda. Para a autora, as famílias pobres se caracterizam por possuírem renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza. Esta linha é definida de forma que reflita o custo de atendimento das necessidades básicas em determinado momento e lugar. Para maiores informações sobre pobreza consultar também Rocha (1997) e para esclarecimentos sobre as diversas metodologias adotadas pelos países da América Latina para o cálculo da linha de pobreza, consultar CEPAL (2006).

mil nascidos em Abaiara, Brejo Santo e Milagres a 74,34 em Juazeiro do Norte, mesmo este último apresentando o terceiro melhor Produto Interno Bruto (PIB²⁴) *per capita* do pólo (R\$ 2.095,67), ficando atrás apenas de Crato (R\$ 2.445,75) e Barbalha (R\$ 2.165,19).

Analisando os estabelecimentos rurais do PDA Cariri Cearense (Tabela 6), nota-se que estes somam 348.575ha, ou seja, 55,0% da área total do pólo, divididos em 26.655 unidades. Isto dá uma área média por estabelecimento de 13,08ha, porém essa distribuição é bem desigual. Os estabelecimentos patronais possuem área média de 102,62ha, enquanto os familiares possuem apenas 8,27ha. Dentro dessa categoria a diferença também é grande. Os estabelecimentos familiares de maiores rendas têm 41,84ha de área média. Já para os estabelecimentos familiares quase sem renda, sua área média é de 4,04ha, aproximadamente dez vezes menor. A estrutura fundiária da região é desigual, com a concentração de terras e a presença de muitos minifúndios. Essas condições inviabilizam uma produção agrícola rentável para os pequenos produtores que possa garantir o sustento de suas famílias. Neste ponto, já se percebe a necessidade de esses produtores rurais²⁵ partirem para desenvolver outras atividades não voltadas para os seus estabelecimentos, para garantir a reprodução de suas famílias.

Os estabelecimentos rurais do pólo são, em sua maioria, familiares (93,9%), porém, sua área representa apenas 59,4% da total. Este fator reduz as possibilidades de desenvolvimento, nesses estabelecimentos, de atividades que demandam áreas maiores. A atividade de fruticultura, apesar de exigir menores áreas, para uma produção economicamente viável, fica prejudicada pelas reduzidas áreas médias observadas na maioria dos estabelecimentos rurais (4,04ha). Estes representam 57,9% do número de estabelecimentos do pólo. Além disso, as produtividades de outras culturas como arroz, milho e feijão ficam prejudicadas. Percebe-se, com isso, menor Valor Bruto da Produção (VBP) nesses estabelecimentos. Embora a agricultura familiar represente 61,3% do VBP absoluto do pólo, sua representação relativa (considerando o número de estabelecimentos) é bem menor. Enquanto os estabelecimentos patronais apresentam um VBP médio de R\$ 17.468,29 anual (R\$ 1.455,70 mensal), os estabelecimentos familiares produzem apenas

24 “É o valor total da produção atual de produtos e serviços finais obtida em território nacional, em um determinado período de tempo”. (SACHS; LARRAIN, 2000). Aqui não se considera a nacionalidade dos agentes econômicos que geraram essas rendas, não se descontam as rendas enviadas ao Exterior nem se consideram as recebidas do Exterior.

25 O termo “produtor rural” é utilizado, neste trabalho, quando agrega, além de famílias agrícolas, outras categorias de produtores que trabalham em atividades agrárias.

Tabela 6 – Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção do PDA Cariri Cearense, Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	Mil Reais	%
Familiar	25.028	93,90	206.954	59,37	38.730	61,30
maiores rendas	1.190	4,46	49.787	14,28	13.907	22,01
renda média	3.708	13,91	59.304	17,01	10.231	16,19
renda baixa	4.914	18,44	36.316	10,42	6.301	9,97
quase sem renda	15.216	57,08	61.531	17,65	8.292	13,12
Patronal	1.356	5,09	139.146	39,92	23.687	37,49
Instituições religiosas	27	0,10	105	0,03	21	0,03
Entidades públicas	244	0,92	2.358	0,68	746	1,18
Não identificado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.655	100,00	348.575	100,00	63.184	100,00

Fonte: Elaboração do Autor com Base no Convênio INCRA/FAO.

R\$ 1.547,47 anuais, o que dá R\$ 128,96 mensalmente. Este valor não representa metade do salário mínimo vigente no País, em 2004.

Considerando o tipo de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais do pólo (Tabela 7), nota-se a maior representatividade dos estabelecimentos familiares. O pessoal ocupado nesses estabelecimentos representa 88,0% do total, sendo a maior parcela de mão-de-obra dos próprios estabelecimentos (83,6% caracterizam-se como mão-de-obra familiar). Ainda, nos estabelecimentos familiares, encontram-se 15,4% do seu pessoal ocupado como empregados permanentes, podendo indicar a inserção de alguns estabelecimentos familiares no mercado, principalmente com a atividade de fruticultura, a qual necessita de certa mão-de-obra externa. A maior proporção é observada nos estabelecimentos familiares de maiores rendas (36,4%). Os estabelecimentos patronais utilizam maior parcela dos seus trabalhadores como empregados permanentes (46,0%). Observa-se, também, forte uso da parceria (24,1%).

Quanto à produção agrícola do PDA Cariri Cearense, nota-se na Tabela 8 a importância dos produtos de subsistência. O milho e o feijão aparecem como os principais produtos em termos de valor. Em 2003, o valor da produção de milho foi de R\$ 46,82 milhões e a de feijão R\$ 18,86 milhões. Eles representam, também, as maiores áreas plantadas do pólo. O milho perde, em volume produzido, para a cana-de-açúcar, com 290.556t para esta última contra 126.004t para o milho. Já a produção de feijão (14.695t) é menor do que a de cana-de-açúcar e a de mandioca (19.768t). A fruticultura é outra importante atividade. Os principais

produtos – banana, manga e uva – respondem por 7,8% do valor das principais produções agrícolas do pólo.

Analisando a produção pecuária (Tabela 9), nota-se pouca representatividade dos rebanhos e dos produtos pecuários relativamente ao Estado do Ceará. Apesar de ser diversificado, apenas o plantel de codornas é expressivo, representando 44% do cearense. Os rebanhos ovinos e caprinos são os menos expressivos, sendo 1,1% e 1,5% dos rebanhos estaduais justificados pelo tipo de clima (mais úmidos) e relevos do pólo.

Tabela 7 – Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Rurais do PDA Cariri Cearense, Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal

Categorias	Número de Pessoas Ocupadas						
	Total	Familiar		Parceiros	Empregados		Outra Condição
		Maior 14 anos	Menor 14 anos		Permanentes	Temporários	
Familiar	93.400	64.699	13.408	1.330	13.105	345	513
maiores rendas	7.499	3.537	576	407	2.733	84	162
renda média	17.449	11.265	2.411	372	3.166	97	138
renda baixa	19.868	13.975	3.368	146	2.246	54	79
quase sem renda	48.584	35.922	7.053	405	4.960	110	134
Patronal	11.081	2.262	232	2.666	5.097	309	515
Instituições religiosas	78	51	1	19	6	1	0
Entidades públicas	1.569	640	165	115	502	6	141
Não identificado	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	106.128	67.652	13.806	4.130	18.710	661	1.169

Fonte: Elaboração do Autor com Base no Convênio INCRA/FAO.

Tabela 8 – Produção agrícola do PDA Cariri Cearense pelos Maiores Valores de Produção, Anos 2002 e 2003

Lavouras	Quantidade produzida		Valor da produção (Mil Reais)		Área plantada (Hectare)		Área colhida (Hectare)	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Milho (em grão) (tonelada)	106.457	126.004	31.581	46.826	74.725	75.186	74.725	75.186
Feijão (em grão) (tonelada)	11.242	14.695	7.312	18.868	37.620	36.751	37.620	36.751
Cana-de-açúcar (tonelada)	300.407	290.556	8.804	9.915	6.080	5.940	6.080	5.940
Banana (mil cachos)	14.402	14.604	3.812	4.740	1.839	1.916	1.839	1.916
Arroz (em casca) (tonelada)	5.285	6.506	3.040	4.428	3.582	3.134	3.582	3.134
Mandioca (tonelada)	14.123	19.768	769	4.394	1.372	1.895	1.372	1.895
Tomate (tonelada)	5.802	7.649	2.041	3.390	2.705	2.686	2.705	2.686
Manga (mil frutos)	6.879	6.723	1.497	1.495	568	569	568	569
Uva (tonelada)	570	720	855	1.152	16	18	16	18

Fonte: IBGE (2004a).

Tabela 9 – Produção Pecuária do PDA Cariri Cearense pelos Maiores Rebanhos, Anos 2002 e 2003

Tipo de animais (cabeças)	Ano		% Ceará (2003)
	2002	2003	
Galos, frangas, frangos e pintos	764.100	845.540	5,6
Galinhas	294.697	299.653	4,6
Bovino	148.498	150.411	6,7
Suíno	37.607	38.373	3,6
Ovino	19.631	20.341	1,1
Codornas	19.582	19.261	44,0
Caprino	12.136	13.077	1,5

Fonte: IBGE (2004b).

Nos produtos pecuários, além de ovos de codorna (36,3% do Estado), o mel apresenta boa representatividade, com 9,4% da produção cearense, ou seja, 177,45t. Os outros itens, como leite e ovos de galinhas, são pouco representativos. (Tabela 10).

Tabela 10 – Produtos de Origem Animal do PDA Cariri Cearense, Anos 2002 e 2003

Tipo de produto	Ano		% Ceará (2003)
	2002	2003	
Leite (mil litros)	23.456	23.938	6,8
Ovos de galinha (mil dúzias)	2.054	2.084	2,3
Ovos de codorna (mil dúzias)	234	131	36,3
Mel de abelha (quilograma)	184.732	177.453	9,4

Fonte: IBGE (2004b).

Pelos dados analisados, percebe-se que, excluindo os municípios de Juazeiro do Norte e Crato (que possuem populações predominantemente urbanas), há no pólo grande parte de sua população vivendo no meio rural. As condições de vida são mais precárias para estas pessoas. Os menores índices sociais são encontrados no meio rural. A concentração de renda e de terra é também um fator observado. A produção é concentrada naqueles estabelecimentos de maiores rendas (familiares) e nos patronais, assim como as maiores áreas são observadas também nestes estabelecimentos. Mais da metade dos estabelecimentos possui área média menor do que 5ha. Essas condições dificultam o sustento destas unidades apenas com atividades agrícolas.

4.2 – Perfil dos Entrevistados

Segundo a pesquisa de campo realizada no PDA Cariri Cearense, os entrevistados se classificaram majoritariamente como agricultores, representando 55,2%, mais da metade das respostas (53), conforme dados da Tabela II. Em seguida, aparece dona de casa, com 12 pessoas e comerciante, com 10 pessoas. Os 15,6% restantes se distribuem numa gama de ocupações. Alguns entrevistados classificaram-se em dupla ocupação, sendo sempre uma delas, a de agricultor. Se for considerado este fato, o percentual de agricultores eleva-se para 60,4%. Isto denota a importância que a atividade agrícola tem para os entrevistados.

Tabela 11 – Classificação dos Entrevistados quanto à Profissão/Ocupação

Profissão/Ocupação	Quantidade	Percentual
Agricultor	53	55,2
Dona de casa	12	12,5
Comerciante	10	10,4
Professora	3	3,1
Artesão	2	2,1
Motorista/agricultor	2	2,1
Comerciante/agricultor	2	2,1
Estudante	2	2,1
Outros	10	10,4
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: Na categoria “Outros”, encontram-se: tratorista/produtor rural, desempregado, radialista, auxiliar de serviços, motorista, apicultor, gari, garçonete, costureira e aposentado.

Levantando o estado civil dos entrevistados, observou-se que 64,6% são casados e 16,7% solteiros. (Tabela 12). Ainda foram declarados 7,3% como divorciados, 6,3%, viúvos e 5,2% dos entrevistados residindo em união consensual. Nota-se, ainda, que o perfil demográfico dos moradores da zona rural vem mudando. A maioria dos entrevistados tem até três filhos, 39,6%. Isoladamente, foram as famílias com nenhum filho e as com apenas dois filhos as mais frequentes, com 19,8% das respostas cada uma.

A faixa etária encontra-se distribuída proporcionalmente, com 37,5% das pessoas entre 41 e 60 anos e 22,9% entre 31 e 40 anos. (Tabela 13). O restante distribui-se equitativamente entre 15 e 30 anos e acima de 60 anos, com 19,8% cada uma. Desagregando por gênero, tanto os homens quanto as mulheres situam-se com maior frequência na faixa de 41 e 60 anos, com 47,6% e 29,6%, respectivamente. Nota-se, portanto, certa tendência ao envelhecimento dos habitantes do meio rural. É a consequência, neste caso, das migrações dos mais jovens para os

Tabela 12 – Estado Civil e Número de Filhos dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense

Caracterização	Quantidade	% Total
Estado Civil	96	100,0
Casado	62	64,6
Solteiro	16	16,7
Em união consensual	5	5,2
Viúvo	6	6,3
Divorciado	7	7,3
Número de Filhos	96	100,0
0	19	19,8
1 a 3	38	39,6
4 a 6	22	22,9
7 a 9	10	10,4
10 ou mais	7	7,3

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 13 – Distribuição dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense por Faixa Etária e Gênero

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Entre 15 e 30 anos	6	14,3	13	24,1	19	19,8
Entre 31 e 40 anos	7	16,7	15	27,8	22	22,9
Entre 41 e 60 anos	20	47,6	16	29,6	36	37,5
Acima de 60	9	21,4	10	18,5	19	19,8
Total	42	100,0	54	100,0	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

centros urbanos cearenses ou para outros estados, principalmente Pernambuco e São Paulo, geralmente os filhos do sexo masculino, conforme foi levantado nas entrevistas. Isto fica evidenciado pelo maior percentual de mulheres, com 56,3% contra 43,8% de homens.

A escolaridade observada no PDA Cariri Cearense denota a precariedade do sistema de ensino no meio rural, conforme se verifica pelos dados da Tabela 14. Dos entrevistados, mais da metade estudou apenas até o Ensino Fundamental, sendo que 46,9% nem chegaram a concluí-lo. Encontram-se ainda 15,6% sem qualquer instrução. Apenas 20,8% possuem o Ensino Médio completo e 3,1% concluíram o Ensino Superior e, dentre estes, uma pessoa fez pós-graduação. Se for considerado o gênero, vê-se maior escolaridade entre as mulheres, das quais 24,1% concluíram o Ensino Médio, contra 16,7% dos homens, e 5,6% chegaram

a terminar o Ensino Superior (somado à pós-graduação), contra nenhum dos homens entrevistados. Mesmo assim, a maioria das mulheres apresenta baixo nível de escolaridade, pois 48,1% não concluíram o Ensino Fundamental e 9,3% não possuem qualquer instrução, perfil semelhante observado entre os homens.

Tabela 14 – Escolaridade dos Entrevistados do PDA Cariri Cearense, segundo o Gênero

Nível de Escolaridade	Masculino		Feminino		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Sem instrução	10	23,8	5	9,3	15	15,6
Alfabetizado	1	2,4	0	0,0	1	1,0
Ensino Fundamental incompleto	19	45,2	26	48,1	45	46,9
Ensino Fundamental completo	5	11,9	5	9,3	10	10,4
Ensino Médio incompleto	0	0,0	2	3,7	2	2,1
Ensino Médio completo	7	16,7	13	24,1	20	20,8
Superior incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Superior completo	0	0,0	2	3,7	2	2,1
Pós-graduação	0	0,0	1	1,9	1	1,0
Total	42	100,0	54	100,0	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

4.3 – Informações sobre a Família Extensa

Os membros das famílias extensas entrevistados distribuem-se equitativamente quanto ao gênero, com ligeira maioria de mulheres, de 50,7%, ou 219 pessoas, contra 49,3% de homens, ou 213. (Tabela 15). Tanto homens quanto mulheres se concentram na faixa etária de 15 a 30 anos, com 32,9% dos homens e 32,0% das mulheres. Em seguida, aparece a faixa entre 0 e 14 anos, com 23,9% dos homens e 23,7% das mulheres. Observa-se, ainda, certo envelhecimento dessa população, cuja faixa acima de 60 anos concentra 9,9% dos homens e 10,0% das mulheres, índices superiores ao observado para o Estado do Ceará (9,5%) e para o Brasil (9,7%) como um todo. (IBGE, 2006a).

Para a realização de suas tarefas no meio rural, os produtores devem estar preparados para desempenhá-las, seja por meio dos conhecimentos adquiridos ao longo das gerações, seja mediante a educação formal, conforme já indicava Schultz (1965), a respeito da importância do investimento em educação para a melhoria do rendimento do trabalhador do campo. Analisando a escolaridade dos moradores rurais do PDA Cariri Cearense, percebe-se a precariedade do ensino no meio rural da região, pois mais da metade das pessoas não chegaram a concluir o Ensino Fundamental, com 56,3% delas distribuídas em 59,5% dos homens e

53,0% das mulheres²⁶. Vale destacar que, apesar deste percentual incluir pessoas em idade regular de estudo, ainda assim o percentual de pessoas que não estão no nível de escolaridade correspondente a sua faixa etária é alto.

As mulheres apresentam maior tempo de estudo. Delas, 20,5% estudaram até o Ensino Médio, contra 15,0% dos homens. Quanto ao Ensino Superior, 1,4% dos membros da família extensa chegaram a concluí-lo, distribuídos em igual proporção entre os sexos.

Tabela 15 – Faixa Etária e Escolaridade dos Membros das Famílias Extensas do PDA Cariri Cearense, Segundo o Gênero

Faixa Etária/Escolaridade	Gênero				Total	%
	Masculino	%	Feminino	%		
Faixa Etária						
Entre 0 e 14 anos	51	23,9	52	23,7	103	23,8
Entre 15 e 30 anos	70	32,9	70	32,0	140	32,4
Entre 31 e 40 anos	27	12,7	31	14,2	58	13,4
Entre 41 e 60 anos	42	19,7	42	19,2	84	19,4
Acima de 60 anos	21	9,9	22	10,0	43	10,0
Não Respondeu	2	0,9	2	0,9	4	0,9
Escolaridade						
Sem instrução	25	11,7	16	7,3	41	9,5
Alfabetizado	2	0,9	7	3,2	9	2,1
Crianças em idade não escolar	10	4,7	11	5,0	21	4,9
Creche/pré-escola	5	2,3	3	1,4	8	1,9
Ensino Fundamental incompleto	95	44,6	90	41,1	185	42,8
Ensino Fundamental completo	21	9,9	17	7,8	38	8,8
Ensino Médio incompleto	12	5,6	19	8,7	31	7,2
Ensino Médio completo	32	15,0	45	20,5	77	17,8
Superior incompleto	4	1,9	5	2,3	9	2,1
Superior completo	3	1,4	3	1,4	6	1,4
Pós-graduação	0	0,0	1	0,5	1	0,2
Não respondeu	4	1,9	2	0,9	6	1,4
Total de Pessoas	213	49,3	219	50,7	432	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A situação dos componentes da família quanto à habitação mostra que 94,0% das pessoas residem no domicílio da família (406), conforme apresentado na Tabela 16. Apenas 6,0% delas não se encontram nesta situação (26), isto é, as pessoas que se mudaram para os centros urbanos próximos ou para outros estados em busca de emprego. Os estados mais procurados pelos moradores dessa região são Pernambuco e São Paulo.

26 Dentre as crianças, foram consideradas somente aquelas em idade escolar.

Sobre o sustento da família, 52,0% (171 pessoas) acima de 14 anos disseram possuir renda para tal finalidade. É importante destacar o fato de que, dentre as respostas, parcela significativa dos entrevistados informou adquirir essa renda de benefícios previdenciários ou transferências governamentais (68,8% das famílias rurais recebem algum tipo de benefício social ou transferência governamental), o que torna aquele percentual bem inferior, se for considerada apenas a renda advinda da produção, tanto agrícola quanto não-agrícola, dos membros das famílias extensas²⁷.

Outro ponto a considerar é o elevado percentual de informalidade dos trabalhadores do meio rural do PDA Cariri Cearense. Do total, apenas 11 pessoas (3,3%) com idade acima de 14 anos possuem carteira de trabalho assinada, indício da elevada presença de estabelecimentos familiares, os quais utilizam, em sua maioria, a mão-de-obra familiar para as tarefas diárias.

Nota-se que a renda média mensal das famílias rurais é de R\$ 660,76, o que dá um valor *per capita* de R\$ 146,83, pouco superior ao levantado pelo IBGE (2006a), para as áreas rurais do Nordeste e do Ceará, que foram de R\$ 143,00 e R\$ 127,00²⁸, respectivamente. Os valores encontrados para o PDA Cariri Cearense, porém, estão subestimados, como será verificado adiante. Por ter sido uma resposta automática e imediata, o produtor não considerou todas as suas fontes de renda, como as transferências governamentais, aposentadorias (poucos casos) e trabalhos considerados menos importantes e vistos como não geradores de renda monetária, como é o caso da produção destinada à subsistência.

A situação das mulheres é mais precária, cuja representatividade no cálculo da renda dos trabalhadores residentes no meio rural é de 33,8% contra 66,2% dos homens. Neste caso, diferentes fatores contribuem para a renda inferior obtida pelas mulheres. Algumas agricultoras não contabilizam a renda proveniente do seu trabalho no campo no somatório da renda familiar, considerando-a como do chefe da família²⁹. A multiplicidade de tarefas é outro agravante, pois os serviços domésticos não são contabilizados a título do cálculo da renda das famílias. Tanto é verdade que, das mulheres que se declaram como donas de casa, apenas 15,8%

27 Segundo estudo de Paiva; Ansiliero e Passos (2005), o recebimento de transferências previdenciárias por famílias de baixa renda contribui para a redução da pobreza no Brasil. Para os autores, 31,71% das famílias brasileiras tinham Renda Domiciliar *Per Capita* (RDPC) inferior a R\$ 120,00, em 2003. Caso fossem excluídos estes pagamentos, a proporção dessas famílias seria de 43,64%.

28 Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

29 Em muitas entrevistas, não se tinha como distribuir a renda total das famílias pelos seus membros, principalmente as mulheres, pois se calculavam apenas a produção total (no caso agrícola) e a renda auferida com as vendas. Nestes casos, a renda era contabilizada para o chefe da família, geralmente um homem.

(3 pessoas) dizem possuir renda para o sustento da família. Mesmo assim, essas rendas são provenientes de pensões e aposentadorias. O terceiro fator observado foi a baixa remuneração em consequência da atividade desempenhada por algumas mulheres, como é o caso das empregadas domésticas, diaristas, sacoleiras etc.

Tabela 16 – Situação dos Membros da Família Extensa quanto ao Domicílio, à Renda e Carteira de Trabalho

Situação		Gênero				Total	%
		Masculino	%	Feminino	%		
Habita no domicílio?	Sim	197	92,5	209	95,4	406	94,0
	Não	16	7,5	10	4,6	26	6,0
	Total	213	100,0	219	100,0	432	100,0
Possui renda para o sustento da família? (*)	Sim	93	57,4	78	46,7	171	52,0
	Não	69	42,6	89	53,3	158	48,0
	Total	162	100,0	167	100,0	329	100,0
Possui carteira de trabalho assinada? (*)	Sim	5	3,1	6	3,6	11	3,3
	Não	157	96,9	161	96,4	318	96,7
	Total	162	100,0	167	100,0	329	100,0
Valor da renda média mensal da família extensa (R\$)		437,13	66,2	223,64	33,8	660,76	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (*) Nestes casos, não foram consideradas as pessoas inseridas na faixa etária de 0 a 14 anos.

A pluriatividade é observada nas famílias rurais do PDA Cariri Cearense e, também, entre seus membros, conforme fica evidente pelos dados da Tabela 17. Por ter a opção de apontar mais de uma atividade, observou-se maior número de respostas referentes às atividades desempenhadas do que o número total de membros das famílias (453 atividades diferentes contra 432 pessoas). No geral, a atividade agrícola é a mais significativa, com 35,6% dos entrevistados exercendo-a, ou 154 pessoas, corroborando o estudo realizado por Mattei (2006), o qual observou que no Nordeste ainda prevalece esse tipo de atividade no meio rural, diferentemente do que é verificado para outras regiões estudadas do País, onde a população rural ocupada exclusivamente em atividades agrícolas vem se reduzindo. Graziano da Silva (1997) assinala que isto acontece porque não se desenvolveram no Nordeste, ainda, as principais forças que levam à inserção de atividades não-agrícolas no meio rural.

A agricultura é majoritária tanto para os homens (99 – 46,5%) quanto para as mulheres (55 – 25,1%). Em seguida, aparecem os estudantes, que representam 19,7% dos homens e 23,7% das mulheres. O comércio é outra atividade bastante observada, principalmente entre os homens, com 6,1% deles. (Foto 1). Já para as mulheres, a atividade de dona de casa representa 8,7% das respostas. Apesar de não ser atividade produtiva, a categoria “aposentado(a)” é bastante representativa,

com 3,8% dos homens e 6,8% das mulheres. Outras atividades importantes para os homens são a de motorista (4,2%) e dono de bar (1,9%) e para as mulheres são a de professora (5,0%), agente de saúde (1,8%) e empregada doméstica (1,8%).

Nota-se, nessas atividades, a necessidade dos praticantes em exercê-las em complementaridade à atividade principal. Como exemplo, tem-se o agricultor que põe uma mercearia ou bar, um comerciante que é pecuarista, motorista ou arrenda a terra, uma agricultora que presta serviços como diarista, ou aposentadas que praticam o artesanato. Por outro lado, existem pessoas que exercem apenas uma atividade, por exemplo, a maioria das professoras e as agentes de saúde. Verifica-se, portanto, que as forças que levam à inserção de atividades não-agrícolas no meio rural, apesar de não serem dominantes, ensaiam uma remodelação deste espaço, fato observado no Cariri cearense.

Cabe diferenciar aqui quais atividades se destacam para a nova configuração das unidades rurais familiares, haja vista que a prática de pluriatividade é uma característica inerente à agricultura familiar, segundo Carneiro (1999). Observa-se



Foto 1 – Algumas Atividades Não-Agrícolas Desempenhadas no PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 17 – Classificação das Atividades Desempenhadas e Categorias dos Membros das Famílias Extensas no PDA Cariri Cearense

Classificação	Gênero				Total	% de membros
	Masculino	% de membros ⁸	Feminino	% de membros		
Agricultor(a) (1)	99	46,5	55	25,1	154	35,6
Estudante	42	19,7	52	23,7	94	21,8
Aposentado(a)	8	3,8	15	6,8	23	5,3
Dona de casa	0	0,0	19	8,7	19	4,4
Comerciante (2)	13	6,1	6	2,7	19	4,4
Professor(a)	1	0,5	11	5,0	12	2,8
Motorista (3)	9	4,2	0	0,0	9	2,1
Dono de bar	4	1,9	2	0,9	6	1,4
Agente de saúde/PSF	1	0,5	4	1,8	5	1,2
Empregada doméstica/diarista (4)	0	0,0	4	1,8	4	0,9
Pecuarista (5)	3	1,4	0	0,0	3	0,7
Vigia	2	0,9	0	0,0	2	0,5
Mototaxista	2	0,9	0	0,0	2	0,5
Pensionista	1	0,5	2	0,9	3	0,7
Artesão(ã) (6)	0	0,0	2	0,9	2	0,5
Vendedora	0	0,0	2	0,9	2	0,5
Outras (7)	14	6,6	10	4,6	24	5,6
Sem atividade	31	14,6	39	17,8	70	16,2
Total	230	-	223	-	453	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) 6 agricultores exercem mais de uma atividade, sendo 2 comerciantes, 1 tratorista, 1 dono de bar, 1 comerciante e pecuarista e 1 pescador e dono de bar; (2) 5 comerciantes exercem mais de uma atividade, sendo 2 agricultores, 1 pecuarista, 1 motorista e 1 arrendatário de terras e agricultor; (3) 1 motorista exerce mais de uma atividade, sendo também agricultor; (4) a diarista exerce dupla atividade, sendo também agricultora; (5) bovino, suíno e aves; (6) uma das artesãs é aposentada e a outra também é vendedora; (7) outras atividades: homens – tratorista, ajudante, caixeiro, torneiro mecânico, gari, cabeleireiro, fundidor, auxiliar de serviços, auxiliar de expedição, serviços gerais, arrendatário, pescador, radialista e militar; mulheres – bibliotecária, cabeleireira, costureira, diretora de escola, enfermeira, garçonete, merendeira, sacoleira, secretária de escola e servente; (8) o percentual foi calculado sobre o número total dos membros da família extensa (separando por gênero) e não sobre o total de atividades.

o surgimento de atividades não relacionadas às atividades agrícolas das comunidades rurais e que caracterizam uma nova forma de ocupação pelas famílias rurais. É o caso das seguintes atividades elencadas na pesquisa, dentre outras: donos de bar, vigias e mototaxistas. São atividades que vêm diferenciar o que seria aquela pluriatividade particular ou intrínseca das unidades familiares³⁰ da pluriatividade, que identifica uma nova inserção das famílias rurais na economia local.

30 Podem ser apresentadas como exemplo aquelas atividades que os produtores realizam para o complemento da renda ou por ter tempo disponível, mas que estão relacionadas de alguma forma à atividade agrícola, como consertos de cercas em propriedades vizinhas, criação de pequenos animais etc.

Tabela 18 – Fontes de Renda dos Membros das Famílias Extensas do PDA Cariri Cearense, em 2005

Fonte de Renda	Número de Respostas					
	Masculino	% de membros ⁷	Feminino	% de membros	Total	% de membros
Agricultura (1)	46	21,6	18	8,2	64	14,8
Aposentadoria	20	9,4	29	13,2	49	11,3
Governo Municipal	6	2,8	16	7,3	22	5,1
Comércio (2)	11	5,2	8	3,7	19	4,4
Pensão	2	0,9	8	3,7	10	2,3
Outros serviços (3)(5)	3	1,4	4	1,8	8	1,9
Transferências sociais	6	2,8	2	0,9	8	1,9
Bar	7	3,3	0	0,0	7	1,6
Transporte	7	3,3	0	0,0	6	1,4
Governo Estadual	2	0,9	3	1,4	5	1,2
Pecuária	2	0,9	0	0,0	3	0,7
Artesanato (4)	0	0,0	2	0,9	2	0,5
Indústria rural	2	0,9	0	0,0	2	0,5
Indústria urbana	1	0,5	0	0,0	1	0,2
Pesca	1	0,5	0	0,0	1	0,2
Nenhuma (6)	58	27,2	79	36,1	137	31,7

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) 9 agricultores possuem mais de uma fonte de renda, sendo também 1 no comércio, 1 na pecuária e bar, 5 em bares, 1 em serviços de diarista e 1 com arrendamento de terra; (2) 4 comerciantes possuem mais de uma fonte de renda, sendo também 1 na agricultura, 2 de aposentadoria e 1 na pecuária; (3) 1 prestador de serviços possui mais de uma fonte de renda, sendo também na agricultura; (4) 1 artesã possui mais de uma fonte de renda, sendo também da venda de cosméticos; (5) outros serviços: homem - 1 radialista, 1 militar e 1 cabeleireiro; mulher – 1 diarista, 2 empregadas domésticas e 1 garçonete; (6) não foram incluídas as pessoas com idade até 14 anos; (7) o percentual foi calculado sobre o número total dos membros da família extensa (separando por gênero) e não sobre o total de atividades.

A principal fonte de renda dos membros das famílias extensas entrevistadas advém da agricultura, com 64 pessoas ou 14,8% do total, conforme identificado na Tabela 18. Em seguida, aparece a aposentadoria, com 11,3% (49 pessoas), demonstrando a importância da política de aposentadoria rural na região. Os governos locais também são importantes na consecução da renda pelos moradores da zona rural, principalmente em atividades como professores, serviços gerais e de saúde, dentre outros. O Governo Municipal representa 5,1% das fontes de renda totais. Comprova-se, portanto, a afirmação de Graziano da Silva (1997, p. 12), para quem “é sintomático o crescimento da ocupação de funcionários públicos e dos serviços do setor público no meio rural, com destaque para as áreas de saúde e educação”.

Desagregando por gênero, percebe-se que, para os homens, as fontes de renda mais importantes, por ordem decrescente, são: agricultura – 21,6%, aposentadorias – 9,4%, comércio – 5,2% e bar e transporte, com 3,3% cada. Já para as mulheres, as fontes de renda mais importantes são: aposentadorias – 13,2%, agricultura – 8,2%, Governo Municipal – 7,3% e comércio e pensão, com 3,7% cada. Importante é salientar que 31,7% ou 137 pessoas não possuem qualquer fonte de renda para seu sustento ou da família³¹. Esta situação é mais observada entre as mulheres, das quais 36,1% não possuem fonte de renda, contra 27,2% dos homens.

4.4 – Caracterização das Famílias Rurais quanto à Propriedade da Terra

A pesquisa no PDA Cariri Cearense identificou que os entrevistados são, em sua maioria, proprietários dos estabelecimentos rurais onde trabalham. (Tabela 19). Deles, 42,7% se dizem proprietários. Os arrendatários respondem por 29,2% (Foto 2), enquanto os que não possuem propriedades rurais representam 18,7%. Ainda constaram seis entrevistados que trabalham na terra de parentes, geralmente os pais, três meeiros e dois diaristas. Vale destacar que dois entrevistados se caracterizaram em duas condições. O primeiro, por possuir sua terra, onde cultiva milho e feijão, produtos de sua subsistência, e arrenda outra parcela de terra para o plantio de amendoim, destinado ao mercado. O outro diz arrendar terras e ser meeiro em outro estabelecimento. São estratégias que as famílias utilizam para garantir melhor retorno do seu trabalho e sustento.

Os entrevistados que não possuem propriedade rural são geralmente aqueles que exercem atividades na própria comunidade, como professores, comerciantes, motoristas etc, não ligados às atividades agrícolas ou, simplesmente, não exercem qualquer atividade. Estes últimos são os que vivem de transferências governamentais, como bolsa-família³², bolsa-escola e vale-gás, ou benefícios

31 A quantidade maior de pessoas declarantes de não possuírem rendas na Tabela 16 advém do fato de a pergunta ser relacionada à renda para o sustento da família. Na Tabela 18, mais pessoas declararam possuir fontes de renda, uma vez que independia dessas fontes terem condições de sustentar sua família.

32 O Programa Bolsa-Família tem por finalidade a unificação dos procedimentos da gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. (BRASIL. LEI Nº 10.836, 2006).



Foto 2 – Estabelecimento Rural Arrendado para a Atividade de Bar, Localidade de Quixabinha, Município de Mauriti, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

previdenciários, como as aposentadorias e pensões, ou sobrevivem da ajuda de pessoas conhecidas.

Quanto ao tamanho da propriedade, 62,5% trabalham em estabelecimentos de até dez hectares e 9,4%, de onze a trinta hectares. Apenas 7,3% dos entrevistados possuem propriedades acima de trinta hectares. Outros 20,8% se classificaram como não possuidores de propriedade rural. Na região, apenas os proprietários cultivam em terras superiores a dez hectares, os outros tipos de produtores geralmente cultivam pequenas parcelas de terras, por não possuírem condições suficientes para aumentar essas áreas. Com a redução do tamanho médio da família e a migração por parte dos mais jovens, torna-se difícil manter maiores áreas de terras cultivadas. Alguns dos entrevistados com idade avançada simplesmente desistiram de trabalhar na lavoura, deixando as terras por conta dos filhos que ainda se encontram no local, vendem ou arrendam, passando a viver da aposentadoria.

Tabela 19 – Condição das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense por Tamanho da Propriedade Rural

Tamanho da Propriedade Rural	Condição							Total
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Diarista	Sem propriedade rural	Outras	
Família sem propriedade rural	-	3	-	-	-	18	1	20
Até 10 hectares	25	25	-	-	2	-	8	60
De 11 a 30 hectares	9	-	-	-	-	-	-	9
De 31 a 50 hectares	2	-	-	-	-	-	-	2
51 a 100 hectares	3	-	-	-	-	-	-	3
De 101 a 200 hectares	1	-	-	-	-	-	-	1
De 201 a 500 hectares	1	-	-	-	-	-	-	1
Acima de 500 hectares	-	-	-	-	-	-	-	0
Total	41	28	0	0	2	18	9	96

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: Com relação à condição, o total não fecha em 96 pelo fato de dois entrevistados terem se classificado em duas categorias simultaneamente.

4.5 – Identificação das Atividades

Quando perguntado sobre a principal atividade que o entrevistado desempenha, 51,1% deles responderam que têm como principal atividade a agrícola, conforme indicado na Tabela 20. Outros 36,4% confirmaram ser a atividade não-agrícola sua principal ocupação, enquanto 8,3% se disseram indiferentes e 4,2% não exercem qualquer atividade produtiva. Estes vivem de aposentadorias ou de ajuda de terceiros. Um entrevistado encontrava-se desempregado no momento da pesquisa, sustentando sua família com recursos do vale-gás, de R\$ 15,00, e com a ajuda dos pais.

Vale lembrar que, apesar de se classificarem nessas duas modalidades, agrícolas ou não-agrícolas, não significa que entrevistados não exercem ambas as atividades simultaneamente, priorizando uma delas. Outro ponto é que, mesmo exercendo essas atividades, não há a certeza de elas garantirem o seu sustento, sobrevivendo, em muitos casos, das transferências governamentais, benefícios previdenciários ou da ajuda de parentes.

As atividades agropecuárias desenvolvidas no PDA Cariri Cearense apresentam-se bem diversificadas. Vários fatores contribuem para essa diversificação. Dependendo da disponibilidade de terras, das condições do solo, dos recursos financeiros, do conhecimento pré-adquirido e da mão-de-obra disponível, os produtores optam pelas atividades que podem desempenhar nos estabelecimen-

Tabela 20 – Principal Atividade Produtiva Desempenhada pelos Entrevistados do PDA Cariri Cearense

Tipos de Atividades	Quantidade	Percentual (%)
Agrícola	49	51,0
Não-agrícola	35	36,5
Indiferente	8	8,3
Não exercem atividades produtivas	4	4,2
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

tos rurais. Dentre os entrevistados, 77 famílias ou 80,2% afirmaram praticar atividades agrícolas. Apenas 19 famílias ou 19,8% não exercem a agropecuária, conforme dados da Tabela 21.

A produção de grãos se destaca no pólo, onde 85,7% das famílias entrevistadas que disseram praticar a atividade agrícola cultivam algum tipo de grão. É o resultado da estratégia que eles utilizam para manter sempre uma quantidade de grãos como reserva, considerando que grande parte desta produção se destina ao consumo da família. Os grãos produzidos que se destacam na região, conforme a ordem, são o milho, o feijão, o arroz, o amendoim (Foto 3), a fava e o andu³³.

A fruticultura aparece em seguida na preferência dos produtores, com 18,2% de famílias plantadoras. O destaque é conferido para a banana (Foto 4) e a manga irrigadas, o limão, o abacaxi, a uva irrigada, a laranja e a tangerina. Ultimamente a produção de algumas dessas frutas tem se reduzido, como é o caso do abacaxi. Problemas climáticos e de mercado foram os principais responsáveis por esta queda. A cultura da uva foi introduzida recentemente e é cultivada por poucos produtores. Na pesquisa, apenas uma família disse praticar esse cultivo.

A bovinocultura é praticada por 16,9% das famílias rurais. Na maioria dos casos, o rebanho torna-se uma reserva de valor para os produtores. O gado é criado de forma extensiva, nos próprios pastos ou em áreas alugadas. Geralmente, o aluguel é de R\$ 10,00/cabeça/mês. Só vendem quando há a necessidade de obter recursos monetários. Apenas em um povoado do município do Crato observou-se o abate do gado de forma regular para abastecer os açougues locais, geralmente do próprio dono do gado.

33 Também conhecido por guando (*Cajanus cajan*), planta da família das leguminosas, provavelmente nativa da África e cultivada em várias regiões, pelas vagens lineares, forrageiras e em especial pelas sementes. É usado como alimento básico por diversos povos, e tem inúmeros usos medicinais. O nome da planta é anduzeiro ou guandeiro.



Foto 3 – Serviço de Cata do Amendoim pelas Produtoras Rurais, Localidade de Monte Alverne, Município de Crato, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.



Foto 4 – Cultivo da Banana Irrigada na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

O cultivo da mandioca é realizado por 15,6% das famílias praticantes de atividades agrícolas. A produção é destinada para o autoconsumo e fabricação de farinha, que é vendida na própria comunidade. A horticultura é praticada por aqueles produtores de menores áreas, geralmente inferiores a 1ha. As culturas são produzidas em regime familiar, com a divisão da produção entre os membros da família. Cada um tira seu quinhão e vende a atravessadores, no local, ou levam para feiras nas cidades próximas. A produção de hortaliças é praticada por 7,8% das famílias agrícolas.

Praticamente toda a produção de aves, suínos e ovinos/caprinos é para o consumo da família. Raramente se vende o animal, apenas em caso de emergência, quando há a necessidade de dinheiro para a aquisição de outros bens. Existem poucas granjas na região. Na pesquisa, foi identificada apenas uma. Juntas, estas três atividades representam 18,2% das famílias agrícolas. Outro produto de importante valor econômico é a cana-de-açúcar, destinada ao fabrico de rapadura e cachaça, apesar de apenas 1,3% das famílias agrícolas entrevistadas praticar essa atividade.

Tabela 21 – Atividades Agropecuárias Praticadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Atividades Agropecuárias	Quantidade	(%) Número de Famílias Entrevistadas	(%) Famílias que Praticam Atividades Agrícolas
Produção de grãos	66	68,7	85,7
Fruticultura	14	14,6	18,2
Bovinocultura	13	13,5	16,9
Mandioca	12	12,5	15,6
Avicultura	5	5,2	6,5
Suinocultura	5	5,2	6,5
Horticultura	4	4,2	5,2
Ovinocaprinocultura	4	4,2	5,2
Alho	2	2,1	2,6
Batata	2	2,1	2,6
Pesca	1	1,0	1,3
Cana-de-açúcar	1	1,0	1,3
Arrendamento do pasto	1	1,0	1,3
Nenhuma	19	19,8	-
Total de famílias que praticam atividades agropecuárias	77	80,2	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: O total dos percentuais não fecha em 100%, em virtude de existirem famílias que praticam mais de uma atividade agropecuária.

As características físicas, econômicas e sociais do PDA Cariri Cearense levam os produtores a desempenharem outras atividades além da produção agrícola. É o caso dos produtores familiares, cujos diferentes membros, na maioria das vezes, desempenham mais de uma atividade produtiva. A pluriatividade é uma característica observada nas famílias agrícolas da região. Ora a agricultura é tida como atividade principal, ora são as atividades não-agrícolas que desempenham tal papel, principalmente quando a agricultura não garante o sustento da família.

Das 96 famílias entrevistadas, apenas 32 afirmaram não desempenhar atividades não-agrícolas, ou 33,3%. (Tabela 22). A atividade de maior frequência é o comércio, com 25,0% das 64 famílias rurais que exercem atividades não-agrícolas. Em seguida aparecem as atividades de professor e assalariado no meio rural, com 12 famílias ou 18,8% cada uma. Depois, artesanato e transporte, com 10 famílias ou 15,6% cada qual. Pelo fato de a atividade em bar ser desempenhada geralmente à tarde, esta é outra opção bastante observada no pólo, na qual 14,1%

Tabela 22 – Atividades Não-Agrícolas Desempenhadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Atividades Não-Agrícolas e Outras Categorias	Quantidade	(%) Número de Famílias Entrevistadas	(%) Famílias que Praticam Atividades Não-Agrícolas
Bodega/mercearia	16	16,7	25,0
Magistério [professor (a)]	12	12,5	18,7
Assalariado no meio rural	12	12,5	18,7
Artesanato	10	10,4	15,6
Transporte/fretes	10	10,4	15,6
Bar/restaurante	9	9,4	14,1
Confecções	5	5,2	7,8
Turismo rural	4	4,2	6,2
Empregada doméstica	4	4,2	6,2
Assalariado no meio urbano	4	4,2	6,2
Pequena ou média indústria rural	3	3,1	4,7
Revendedor de cosméticos	3	3,1	4,7
Construção civil	2	2,1	3,1
Extrativismo	2	2,1	3,1
Cabeleireiro	2	2,1	3,1
Açougue	2	2,1	2,1
Outras (1)	5	5,2	7,8
Não exerce atividade não-agrícola	32	33,3	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) a categoria "Outros" engloba radialista, intermediário comercial, militar, empregado em indústria rural e caixeiro; (2) o total dos percentuais não fecha em 100%, em virtude de existirem famílias que praticam mais de uma atividade não-agrícola.

das famílias estão inseridas (9). Os agricultores trabalham pela manhã na lavoura e à tarde ocupam-se com o bar.

Observam-se, ainda, com frequência, trabalhos de confecção (5 – 7,8%), turismo rural (4 – 6,3%), empregadas domésticas (4 – 6,3%) e o assalariamento dos membros da família no meio urbano (4 – 6,3%), dentre outros.

No geral, as famílias rurais estão assim distribuídas: 28,1% exercem apenas atividades agrícolas, 15,6% exercem apenas atividades não-agrícolas e mais da metade das famílias (52,1%) exercem os dois tipos de atividades, ou seja, são pluriativas. Neste caso, foram identificadas ocorrências dos dois tipos de pluriatividade, tanto a clássica ou intersectorial, quanto a de base agrária. Existem, ainda, 4,2% das famílias que não exercem atividades produtivas.

4.6 – Informações sobre as Atividades Não-Agrícolas

Diversos fatores levam os moradores do meio rural a desempenharem atividades não-agrícolas, conforme dados disponíveis na Tabela 23. Dentre eles, o principal motivo é o complemento da renda familiar, a qual se encontra em patamar reduzido, conforme visto anteriormente. Das pessoas que disseram desempenhar atividades não-agrícolas, 44 afirmaram que as fazem por esse motivo, o que representa 68,7% das respostas. A indisponibilidade de terras para o cultivo e não

Tabela 23 – Motivos que Levam as Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense a Desempenhar Atividades Não-Agrícolas

Motivo	Quantidade	(%) Número de Famílias Entrevistadas	(%) Famílias que Praticam Atividades Não-Agrícolas (2)
Para complementar a renda familiar	44	45,8	68,7
Não possui terra para praticar a agricultura	4	4,2	6,2
Não gosta do trabalho agrícola	4	4,2	6,2
Escolha pessoal	3	3,1	4,7
Sempre trabalhou em atividade não-agrícola	3	2,1	4,7
Por lazer	2	2,1	3,1
Oportunidade de emprego que surgiu	2	2,1	3,1
Diversificar as atividades (investimento)	2	2,1	3,1
Para ter sua própria renda	2	2,1	3,1
Outros (1)	4	5,2	7,8

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) A categoria “Outros” engloba o produtor é doente, não podendo exercer atividades agrícolas, a atividade não-agrícola é referente a programa do município para ajudar crianças da comunidade, falta de pessoas para ajudar na lavoura, cansou de trabalhar na roça; (2) o total dos percentuais não fecha em 100%, em virtude de existirem famílias que apresentaram mais de um motivo.

gostar de praticar atividades agrícolas vêm em seguida, com 4 respostas (6,2%) cada uma. Outros motivos foram: escolha pessoal e porque sempre trabalhou em atividade não-agrícola (3 – 4,7% cada uma), por lazer, oportunidade de emprego que surgiu, diversificar as atividades (investimento) e para ter a própria renda (2 – 3,1%, para os quatro) e outros (5 – 7,8%).

Pelos dados observados na Tabela 24, evidencia-se que as atividades não-agrícolas são práticas que as famílias rurais desenvolvem há bastante tempo, conforme resposta de 60,9% deles (39 pessoas). Estes disseram praticar atividades não-agrícolas há mais de cinco anos. Já 26,6% deles responderam praticar essas atividades há mais de um ano e até cinco (17 pessoas) e apenas 12,5% praticam essas atividades há menos de um ano (8 pessoas). Pela pesquisa, evidenciou-se que grande número dos entrevistados exerce essas atividades há mais de 10 anos.

Outro ponto importante observado na pesquisa diz respeito ao tempo gasto nas atividades não-agrícolas pelos moradores da zona rural. A maioria (ou 68,8% deles) disse exercer a atividade acima de 30 horas semanais (44 pessoas). Se se considerar os dias de trabalho de segunda-feira a sábado, seriam 5h diárias de trabalho, no mínimo, uma vez que grande parte dos entrevistados nessa categoria informou trabalhar bem mais de 30 horas semanais.

Dentre os problemas enfrentados pelos entrevistados, o principal é a falta de financiamento para a atividade, conforme indicaram 17,2% das famílias que

Tabela 24 – Tempo e Periodicidade de Prática de Atividades Não-Agrícolas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Prática de Atividades Não-Agrícolas	Quantidade	(%) Famílias que Praticam Atividades Não-Agrícolas
Tempo de Prática		
Até 1 ano	8	12,5
Acima de 1 e até 5 anos	17	26,6
Mais de 5 anos	39	60,9
Total	64	100,0
Periodicidade		
Até 12 horas semanais	10	15,6
De 13 a 18 horas semanais	1	1,6
De 19 a 24 horas semanais	1	1,6
De 25 a 30 horas semanais	8	12,5
Acima de 30 horas semanais	44	68,7
	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

praticam atividades não-agrícolas. (Tabela 25). Falta de pessoal auxiliar, fornecimento de matéria-prima, canal de comercialização deficiente e inadimplência dos clientes foram problemas identificados, cada qual, por 4,7% dos entrevistados. Pouca clientela, sobrecarga de atividades, não-recebimento dos salários e risco inerente à atividade também representam, cada um, problemas para 3,1% dos entrevistados. Outros problemas encontrados foram: falta de treinamento, o produtor rural encontrar-se doente, falta de serviço, baixo retorno da atividade, hábito dos moradores de comprarem na cidade, concorrência e problemas com os alunos.

Na pesquisa, constatou-se que mais da metade dos entrevistados não vêem dificuldades para exercer a atividade não-agrícola, ou seja, 53,1% deles.

Quando questionados se a atividade não-agrícola prejudicava de alguma forma a atividade agrícola do produtor, apenas quatro entrevistados responderam positivamente, ou 6,3%, como demonstrado pelos dados da Tabela 26. Os motivos alegados foram: a necessidade, às vezes, de se parar os serviços na lavoura para desempenhar a atividade não-agrícola de vendas; a impossibilidade de trabalhar

Tabela 25 – Principais Problemas Encontrados pelas Famílias Rurais para Desenvolverem suas Atividades Não-Agrícolas no PDA Cariri Cearense

Problemas	Quantidade	(%) Famílias que Praticam Atividades Não-Agrícolas (2)
Falta de financiamento	11	17,2
Falta de pessoal auxiliar	3	4,7
Fornecedores de matéria-prima	3	4,7
Canal de comercialização deficiente	3	4,7
Inadimplência dos clientes	3	4,7
Pouca Clientela	2	3,1
Sobrecarga de atividades	2	3,1
Não-recebimento dos salários	2	3,1
Risco inerente à atividade	2	3,1
Outros (1)	7	10,9
Não tem problemas	34	53,1
Total de famílias que praticam atividades não-agrícolas	64	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) outros problemas – falta de treinamento, o produtor rural encontrar-se doente, falta de serviço, baixo retorno da atividade, hábito dos moradores de comprarem na cidade, concorrência no momento da venda do produto e problemas com os alunos (relatados por uma professora); (2) o total dos percentuais não fecha em 100%, em virtude de existirem famílias que apresentaram mais de um problema.

Tabela 26 – Opinião sobre o Prejuízo que a Atividade Não-Agrícola Poderia Ocasionalmente à Atividade Agrícola das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

A atividade Não-agrícola Prejudica a Produção Agrícola?	Quantidade	(%) Famílias que Praticam Atividades Não-agrícolas
Sim	4	6,3
Não	45	70,3
Não se aplica	15	23,4
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

em duas áreas ao mesmo tempo; a redução no tempo de trabalho na lavoura e a dificuldade de conciliar as tarefas. A maioria, ou 70,3%, afirmou que as atividades não-agrícolas não prejudicam seu desempenho agrícola, enquanto para 15 pessoas (23,4%) a pergunta não se aplica por elas desempenharem apenas uma das atividades.

Diversos motivos explicam o porquê das atividades não-agrícolas não prejudicarem as agrícolas, conforme Tabela 27. A principal explicação foi com relação aos horários. Doze entrevistados (27,9%) disseram que os horários reservados para as atividades são diferentes, o que não interfere na prática de mais de uma delas. Outro motivo é a divisão de tarefas dentro da unidade familiar. Oito famílias (18,6%) disseram que as tarefas são divididas, com alguns membros em

Tabela 27 – Motivos pelos quais as Atividades Não-Agrícolas não Prejudicam as Atividades Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Motivos pelos quais as Atividades Não-Agrícolas não Prejudicam as Atividades Agrícolas	Quantidade	(%) das Respostas
Os horários das atividades são diferentes	12	27,9
Existe uma divisão de tarefas entre os membros da família	8	18,6
Contratam pessoas, temporariamente, como ajudantes	6	14,0
Há número suficiente de membros da família para ajudar na lavoura	3	7,0
Pratica a atividade não-agrícola somente nos finais de semana	3	7,0
Pára com a atividade não-agrícola para trabalhar na lavoura	3	7,0
Pratica a atividade não-agrícola no tempo livre	2	4,7
Quem exerce a atividade não-agrícola não trabalha na lavoura	2	4,7
A atividade agrícola só é realizada em um período do ano	1	2,3
Ajuda na atividade agrícola somente quando tem tempo	1	2,3
A sua atividade agrícola não demanda muita mão-de-obra	1	2,3
Não respondeu	3	7,0
Total	45	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

atividades não-agrícolas e outros em atividades agrícolas. Neste caso, pode haver a mudança de papel de alguns membros da família, ora trabalhando na atividade não-agrícola ora na agrícola. A contratação de pessoas temporariamente como ajudantes nos serviços da lavoura é observada em 14,0% das respostas. Outras explicações dadas pelos entrevistados que não vêm empecilhos em praticar ambas as atividades foram: a existência de pessoas suficientes para ajudar na lavoura, a prática da atividade não-agrícola somente nos finais de semana e a paralisação da atividade não-agrícola quando há a necessidade de trabalhar na lavoura, com 7,0% cada uma.

4.7 – Operações Bancárias

Constatou-se pela pesquisa realizada que a maioria dos produtores da zona rural não dispõe de apoio creditício para o desenvolvimento de suas atividades, conforme fica evidente pelos dados da Tabela 28. Das famílias entrevistadas, 57 ou 59,4% não dispõem de financiamento. O BNB foi o banco que mais financiou as atividades rurais na região, com 33,3% das famílias, seguido pelo Banco do Brasil, com 10,4%. A ajuda de amigos e os recursos próprios foram outras fontes de financiamento das atividades, com 3,1% e 1,0%, respectivamente.

Quanto ao tipo de atividade financiada, observa-se o maior número de financiamentos para as atividades agrícolas, tanto por parte do BNB quanto do Banco do Brasil, com 20 e 9 financiamentos, respectivamente. As atividades não-

Tabela 28 – Principais Fontes de Financiamento das Atividades Exercidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Fontes de Financiamento	Quantidade		Total (1)	(% Número de Famílias Entrevistadas)
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-Agrícolas		
BNB	20	12	32	33,3
BB	9	1	10	10,4
Amigos	2	1	3	3,1
Apenas recursos próprios	1	0	1	1,0
Outros bancos	0	0	0	0,0
Crédito informal	0	0	0	0,0
ONG's	0	0	0	0,0
Cooperativas de crédito	0	0	0	0,0
Fornecedor da matéria-prima	0	0	0	0,0
Comprador do produto	0	0	0	0,0
Não dispõe de financiamento	-	-	57	59,4
Não soube responder	-	-	1	1,0
Total de famílias entrevistadas	-	-	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) o total não fecha em 96, em virtude de seis entrevistados possuírem mais de uma fonte de financiamento, sendo quatro BNB e BB, 1 BNB e amigo e 1 recursos próprios e amigo. Há casos também de o entrevistado possuir a mesma fonte de financiamento para os dois tipos de atividades.

agrícolas financiadas pelo BNB ocorreram por meio do Programa Crediamigo, com 12 financiamentos.

O investimento na atividade agrícola foi a principal finalidade dos financiamentos adquiridos, com o total de 20 ou 51,3%, conforme identificado pelos dados da Tabela 29. Em seguida, aparecem a aquisição de capital de giro para a atividade não-agrícola e o custeio agrícola, com 33,3% cada qual. Apenas um entrevistado adquiriu financiamento para investir em sua atividade não-agrícola.

Tabela 29 – Finalidade do Financiamento Adquirido pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Finalidade do Financiamento	Quantidade (1)	(%) das Famílias Adquirentes de Financiamento (39)
Investimento (atividade agrícola)	20	51,3
Investimento (atividade não-agrícola)	1	2,6
Capital de giro para atividade não-agrícola	13	33,3
Custeio agrícola	13	33,3
Total de Famílias Adquirentes de Financiamento	39	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) algumas famílias rurais foram financiadas em mais de uma finalidade.

Segundo a avaliação dos entrevistados, os financiamentos adquiridos, em sua maioria, foram adequados, suficientes e oportunos, de acordo com a Tabela 30. Em termos de adequação, 86,8% dos adquirentes de financiamentos os consideram adequados contra 13,2% de inadequação. Quanto à suficiência, a satisfação foi menor, mas ainda em um patamar considerado elevado, pois 84,2% dos entrevistados consideram seus financiamentos suficientes contra 15,8% que disseram o contrário. Já quanto à oportunidade, esta obteve o mesmo nível de satisfação comparada a adequação, com 86,8% dos entrevistados.

Caso os produtores do PDA Cariri Cearense tivessem a oportunidade de adquirir novos financiamentos, eles continuariam investindo em atividades agrícolas, de acordo com 38,6% das famílias que gostariam de adquirir novos financiamentos e 22,9% do número total de famílias entrevistadas. (Tabela 31). Capital de giro para atividade não-agrícola aparece em seguida, com 28,1% das famílias interessadas em novos financiamentos e 16,7% do total das famílias entrevistadas. Outras finalidades para novos financiamentos foram o custeio agrícola (II respostas), o custeio pecuário (I) e outros (6). Mais de 33,0% dos entrevistados não se mostraram interessados em adquirir novos financiamentos, ou 40,6% das famílias entrevistadas.

Tabela 30 – Opinião sobre a Fonte de Financiamento quanto a Adequação, Suficiência e Oportunidade das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Opiniões sobre a fonte de financiamento		Quantidade	(%) das Famílias Adquirentes de Financiamento
Adequação	Adequada	33	86,8
	Inadequada	5	13,2
	Total	38	100,0
Suficiência	Suficiente	32	84,2
	Insuficiente	6	15,8
	Total	38	100,0
Oportunidade	Oportuna	33	86,8
	Inoportuna	5	13,2
	Total	38	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 31 – Finalidades de Novos Financiamentos para as Atividades das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Finalidades de Novos Financiamentos	Quantidade (2)	(%) das Famílias que Gostariam de Obter Novos Financiamentos	(%) Número de Famílias Entrevistadas
Investimento (atividade agrícola)	22	38,6	22,9
Investimento (atividade não-agrícola)	8	14,0	8,3
Custeio agrícola	11	19,3	11,5
Custeio pecuário	1	1,8	1,0
Capital de giro para atividade não-agrícola	16	28,1	16,7
Outros (1)	6	10,5	6,3
Não gostaria de obter financiamento	39	-	40,6
Total	96	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) um entrevistado informou ter interesse em investir na área de saúde. As outras respostas mostravam o interesse dos entrevistados, mas dependeria muito das condições de financiamento, não tendo uma finalidade específica; (2) os entrevistados puderam escolher mais de uma opção de resposta.

Os motivos apresentados pelos entrevistados para não adquirirem novo financiamento foram os mais diversos, como indicado pelos dados da Tabela 32. O não-interesse foi a resposta mais observada, com 10,3%, seguido pelas pessoas que diziam não ter condições para adquirir novos financiamentos, com 7,7%. Para alguns, o financiamento contraído já é o suficiente (5,1%), mesmo número de respostas dadas pelos que disseram não contrair novos financiamentos por

Tabela 32 – Justificativa das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense pela qual não Adquiririam Novos Financiamentos

Justificativa para Não Adquirir Novos Financiamentos	Quantidade	(%) Respostas
Não tem interesse	4	10,3
Não tem condições	3	7,7
O financiamento contraído é suficiente	2	5,1
Ocorreram problemas com o financiamento anterior	2	5,1
Medo de contrair financiamento	1	2,6
Não tem necessidade	1	2,6
Medo dos juros altos	1	2,6
Considera-se idoso para adquirir financiamento	1	2,6
Não confia no sistema financeiro	1	2,6
A atividade não comporta um financiamento	1	2,6
Considera as condições atuais não atraentes	1	2,6
Não responderam	21	53,8
Total	39	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

problemas com o anterior. Dentre as outras respostas, encontra-se o medo de contrair novos financiamentos, a não-necessidade, o medo dos juros elevados, a desconfiança no sistema financeiro, dentre outras.

4.8 – Organização, Planejamento e Controle das Atividades

As atividades desenvolvidas pelos produtores rurais do PDA Cariri Cearense, em sua maioria, são executadas sem qualquer planejamento, conforme as respostas identificadas na Tabela 33. Fica evidente também na Foto 5 a falta de planejamento e de recursos, na qual se observa a precariedade da estrutura e o gado pastando naquele local. Do total de famílias entrevistadas, 75 não realizam atividades de planejamento. Isto representa 81,5% das famílias entrevistadas que exercem alguma atividade produtiva. Apenas 17 entrevistados afirmaram planejar suas atividades, distribuídos nas áreas de produção, comercialização e aquisição de insumos. O planejamento da comercialização ocorre mais nas atividades não-agrícolas, com 10 entrevistados, seguido de produção em atividades agrícolas e comercialização em atividades não-agrícolas, com seis entrevistados cada qual. Ainda foram observados planejamento na área de produção e aquisição de insumos para atividades não-agrícolas.

Mesmo quando planejam suas atividades, os produtores, em sua maioria, o fazem isoladamente, conforme se constata pelos dados da Tabela 34, com aproximadamente metade deles (47,1%). Quando não fazem dessa forma, plane-

Tabela 33 – Áreas em que as Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Realizam Planejamento de suas Atividades

Áreas em que são realizadas atividades de planejamento	Quantidade		Total (1)	(% das Famílias que Exercem Atividades Produtivas (2))
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-Agrícolas		
Produção	6	1	7	7,6
Comercialização	6	10	16	17,4
Aquisição de insumos	0	1	1	1,1
Não realiza atividade de planejamento	-	-	75	81,5
Não exerce atividade produtiva	-	-	4	4,2
Total	12	12	96	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) Os entrevistados puderam responder em mais de uma opção; (2) 92 famílias.

Tabela 34 – Quem Participa do Planejamento das Atividades Rurais das Famílias Agrícolas do PDA Cariri Cearense

Quem Participa do Planejamento	Quantidade	(%) das Famílias que Planejam suas Atividades
O produtor isoladamente	8	47,1
O produtor juntamente com a família	7	41,2
SEBRAE	0	0,0
Associação/cooperativa	0	0,0
ONG 's	0	0,0
Outros	2	11,8
Total das famílias que planejam suas atividades	17	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: A opção "Outros" é composta de um contador contratado e de um grupo que gerencia determinado empreendimento.

jam as atividades com sua família, de acordo com 41,2% desses produtores. Na pesquisa, identificou-se, ainda, um produtor que contratava um contador para ajudá-lo no planejamento e um grupo de pessoas responsáveis pelo planejamento de seu empreendimento.

Apenas quatro dos 17 produtores que realizam atividades de planejamento recebem algum tipo de orientação, como visto na Tabela 35. Para as atividades agrícolas, as orientações para os produtores advieram da Ematerce e do fornecedor de insumos. Já para as atividades não-agrícolas, as orientações foram dadas por um escritório de projeto, pela Prefeitura e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às



Foto 5 – Pequena Indústria de Produção de Rapadura na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 35 – Entidades que Oferecem Orientação para o Planejamento das Atividades das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Entidades	Quantidade		Total	(% das Famílias que Planejam suas Atividades)
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-agrícolas		
Cooperativa/associação	0	0	0	0
Escritório de projeto/profissional autônomo	0	1	1	5,9
EMATERCE	1	0	1	5,9
Prefeitura	0	1	1	5,9
Outros	1	1	2	11,8
Não existe orientação	-	-	13	76,5
Total	2	3	17	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: Um dos entrevistados informou ter o apoio de duas entidades para a mesma atividade.

Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A maioria não recebeu qualquer orientação, com 76,5% das famílias que realizam algum tipo de planejamento.

Relacionado ao controle gerencial de suas atividades, observou-se que o maior número das famílias realiza o controle gerencial dos custos, dos estoques e dos preços, com 23,5%, respectivamente. (Tabela 36). Apenas um produtor

disse realizar controle gerencial quanto à qualidade dos produtos e à qualidade dos serviços, representando 5,9%, respectivamente. O controle gerencial foi mais observado entre as atividades agrícolas do que nas não-agrícolas.

Tabela 36 – Áreas em que São Realizadas Atividades de Controle Gerencial das Atividades Exercidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Áreas de Controle Gerencial	Quantidade		Total (1)	(% das Famílias que Planejam suas Atividades)
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-agrícolas		
Custos	2	2	4	23,5
Estoques	2	2	4	23,5
Preços	2	2	4	23,5
Qualidade dos produtos	1	0	1	5,9
Qualidade dos serviços	1	0	1	5,9
Não faz controles	-	-	13	76,5
Total	8	6	17	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) Os entrevistados puderam escolher mais de uma opção.

4.9 – Produção e Mercados

A comercialização do produto agrícola ou não-agrícola pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense é a etapa de maior dificuldade, haja vista o baixo nível de organização dos produtores. Já na aquisição de insumos ou matérias-primas para a realização de suas atividades, as famílias rurais disseram não ter dificuldades em adquiri-las, conforme respostas de 54,2% delas. Apenas um terço das famílias, aproximadamente, disse ter alguma dificuldade na aquisição dos seus insumos e matérias-primas. (Tabela 37).

Tabela 37 – Condições para a Aquisição de Insumos/Fornecimento de Matérias-Primas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Facilidade em Adquirir Insumos / Matéria-Prima	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim	52	54,2
Não	31	32,3
Não se aplica ao entrevistado	13	13,5
Total de famílias	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A maior dificuldade que as famílias rurais encontram para adquirir seus insumos e matérias-primas é a falta ou escassez de capital, de acordo com respostas de 48,4% das famílias que encontram algum tipo de dificuldade. (Tabela

38). A dificuldade de transporte é outro problema para essas famílias, com 25,8% das respostas. Nota-se pela Foto 6, o péssimo estado de conservação das estradas de acesso a algumas comunidades. Outras dificuldades encontradas foram: aquisição de matéria-prima nas cidades próximas, o preço dessas matérias-primas, a burocracia de algumas instituições em liberar os insumos e a falta de fornecedores no local.

Tabela 38 – Dificuldades Encontradas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense para Aquisição dos Insumos e Matérias-Primas

Dificuldades na Aquisição dos Insumos/Matérias-primas	Quantidade	(%) das Respostas
Escassez de capital para aquisição da matéria-prima	15	48,4
Dificuldade de transporte	8	25,8
Dificuldade em adquirir a matéria-prima nas cidades próximas	3	9,7
As matérias-primas são caras	3	9,7
Burocracia de algumas instituições	1	3,2
Falta de fornecedores no local	1	3,2
Total	31	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Pelos dados apresentados na Tabela 39, percebe-se a preocupação que as famílias rurais têm em cultivar ou produzir aqueles produtos mais necessários à sua alimentação. O feijão é a cultura plantada pelo maior número de famílias rurais, com 56 do total. Mesmo assim, o milho foi considerado o produto mais importante, conforme respostas de 17 famílias, contra 10 do feijão. Em ordem de importância, seguem a atividade de mercearia (10), o cultivo de mandioca (8), os cultivos de arroz, amendoim e banana (5), a bovinocultura (4), o artesanato (4) e a atividade de transporte (4). Outras atividades praticadas pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense são o cultivo da fava e do andu, o crochê, as atividades de bar, a suinocultura, a caprinocultura e serviços gerais (servente), dentre outras.

Torna-se evidente, pelos dados da Tabela 40, que as famílias rurais estão preocupadas em manter sua sustentação e reprodução. Boa parte dos produtos gerados por essas famílias é utilizada para o consumo próprio, de acordo com respostas de 68,8% das famílias entrevistadas. Estudos realizados por Lamarche (1993) demonstraram a mesma situação na sub-região do Cariri paraibano. Schneider (2006) e Gazolla e Schneider (2006) informaram que o autoconsumo reduz a vulnerabilidade das unidades familiares ante o aumento da mercantilização do consumo de alimentos da agricultura familiar.

As famílias encontram-se bem inseridas no mercado, já que 71,9% delas produzem também para vender ou atendem ao mercado local. Outro destino dos

Tabela 39 – Principais Produtos Agrícolas e Atividades Produtivas Realizadas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, por Ordem Crescente de Importância

Ordem	Quantidade de Respostas por Produto/Atividade								
	Feijão	Milho	Arroz	Mandioca	Mercearia	Artesanato	Amendoim	Fava	Banana
1º	10	17	5	8	10	4	5	0	5
2º	22	18	5	1	1	1	2	1	2
3º	16	14	6	2	0	1	1	3	1
4º	8	2	5	0	0	2	1	3	0
5º	0	1	2	0	2	3	1	2	0
6º	0	0	0	2	0	0	0	0	1
Total	56	52	23	13	13	11	10	9	9

Ordem	Bovino	Andu	Bar	Transporte	Suíno	Caprino	Servente	Salão de Beleza	Outros (1)
1º	4	0	3	4	0	0	2	1	10
2º	2	3	0	0	1	2	0	1	10
3º	1	4	0	0	0	0	0	0	7
4º	0	1	1	0	2	0	0	0	5
5º	1	0	0	0	0	1	0	0	2
6º	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	8	4	4	3	3	2	2	34

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: A categoria "Outros" engloba leite, limão, manga, abacaxi, alho, rapadura, hortaliças, batata, maxixe e pimentão, farinha de mandioca, peixes, uva, tomate, cebola, granja, laranja e tangerinas, aluguel do pasto, revenda de produtos de beleza, mototaxista, costura e venda de confecções, atividades extra-propriedades, fundição, extrativismo, serviços domésticos, intermediação comercial, restaurante e churrascaria.

Tabela 40 – Destino da Produção das Atividades Desenvolvidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Destino da Produção	Quantidade (1)	(%) das Famílias Entrevistadas
Consumo da família	66	68,8
Mercado local (no próprio município)	69	71,9
Outros municípios do Estado	10	10,4
Capital do Estado	1	1,0
Mercado regional (Nordeste)	3	3,1
Mercado nacional (resto do País)	1	1,0
Mercado externo	0	0,0
Total	96	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) a maioria das famílias informou ter mais de um destino para seus produtos.

produtos são os municípios do próprio Estado do Ceará, em geral os mais próximos (10,4%) e para a Capital (1,0%). O mercado regional e o nacional também são escoadouros da produção do PDA Cariri Cearense, mas em menor proporção (3,1% e 1,0%, respectivamente).



Foto 6 – Condições das Estradas de Acesso às Propriedades, na Localidade de Caldas, Município de Barbalha, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quando não produzem para o consumo próprio (68,8%), as famílias rurais se vêem obrigadas, na maioria das vezes, a vender para intermediários, de acordo com 45,8% das respostas observadas na Tabela 4I. A venda direta ao consumidor, em um ponto de venda próprio, só é realizada por 38,5% das famílias. Isto demonstra a pouca organização que as famílias rurais do PDA Cariri Cearense possuem para comercializar seus produtos, pois, em muitos casos, esse ponto de venda próprio nada mais é que a sua residência, sem qualquer estrutura comercial. Outras formas de comercialização encontradas foram: venda direta ao consumidor (na feira local), venda de porta em porta, lojistas, e um entrevistado que repassa suas peças de bordado para uma irmã vender em Brasília.

Estudos realizados sobre a agricultura familiar e comercialização (KIYOTA; GOMES, 1999; ZABALETA, 1998) evidenciam o prejuízo causado aos produtores quando estes vendem seus produtos por meio da intermediação comercial. Os intermediários sempre foram agentes presentes na comercialização realizada pelos pequenos produtores nordestinos. O resultado é o menor valor recebido por estes e maiores ganhos para os intermediários. Em alguns casos, o produtor fica tão dependente do intermediário que não tem condições de discutir seus

Tabela 41 – Formas de Comercialização dos Produtos das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Formas de Comercialização	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Subsistência da família	66	68,8
Venda direta ao consumidor, em ponto de venda próprio	37	38,5
Venda direta ao consumidor, na feira local	3	3,1
Intermediários	44	45,8
Lojistas	1	1,0
Venda de porta em porta	3	3,1
Repassa para um parente revender em outro Estado	1	1,0
Total	96	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: As famílias rurais têm mais de uma forma de comercializar seu produto, sendo que muitas delas, antes de levarem seus produtos ao mercado, deixam uma parcela para o consumo próprio.

preços ou as formas de recebimento, podendo, às vezes, ter prejuízos quando a venda não se realiza, pois recai todo o ônus para o produtor. Formas de superar essa limitação seriam a maior união e a organização dos produtores, no intuito de levar seus produtos diretamente aos consumidores finais, através das feiras locais, ou às redes varejistas, sem a necessidade da intermediação. Melhores canais de comercialização poderiam ser conseguidos com a elaboração de contratos entre produtor e varejistas (para aqueles que possuem regularidade na produção), abrangendo todo o processo de distribuição do produto ou com a criação de postos de vendas, como mercados ou feiras locais, quando se vende diretamente para o consumidor final (para aqueles que vendem apenas seu excedente).

Apesar de todos os problemas identificados para a comercialização dos produtos das famílias rurais, a metade delas disse não ter qualquer dificuldade em comercializar seus produtos, conforme evidenciado pelos dados da Tabela 42. Quanto às dificuldades encontradas, a maior reclamação diz respeito aos preços baixos, com 9,4% das famílias entrevistadas, o que está diretamente relacionado à ação dos intermediários. O produto não é valorizado pelos compradores. Outro problema enfrentado é a baixa qualidade dos produtos (5,2%). Estes não seguem uma padronização, o que dificulta na melhoria da qualidade. A falta de clientes também é outra reclamação. Como grande parte das famílias vende diretamente ao consumidor, no local, estes são insuficientes para o escoamento de todos os seus produtos. Outras dificuldades encontradas pelas famílias rurais foram: canais de comercialização inadequados; concorrência acirrada; inadimplência dos clientes; a quantidade insuficiente do produto; a irregularidade na entrega do produto; a precariedade das estradas e a dependência da renda dos aposentados. Interessante é observar que geralmente uma dificuldade leva a outra. Por

Tabela 42 – Dificuldades Encontradas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense na Comercialização de seus Produtos

Dificuldades na Comercialização	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Preços baixos	9	9,4
Reclamação sobre a baixa qualidade do produto	5	5,2
Insuficiência de clientes	4	4,2
Canais de comercialização inadequados	3	3,1
Concorrência acirrada	2	2,1
Inadimplência dos clientes	2	2,1
Reclamação sobre a quantidade insuficiente do produto	1	1,0
Reclamação sobre a irregularidade na entrega do produto	1	1,0
Estradas	1	1,0
Dependência de clientes aposentados	1	1,0
Tarifas e impostos elevados	0	0,0
Falta de veículo e representantes	0	0,0
Impossibilidade de participar de feiras	0	0,0
Não tem dificuldades	48	50,0
Não comercializa	39	40,6

Fonte: Pesquisa de Campo.

exemplo, a insuficiência de cliente que leva à concorrência acirrada e os preços baixos, em razão, algumas vezes, da baixa qualidade do produto e da ação dos intermediários, dentre outros. Algumas famílias não chegam a comercializar seus produtos, por conta da baixa produção, guardando-os apenas para o sustento da família. Outros, simplesmente não desempenham atividades produtivas.

4.10 – Capacitação e Assistência Técnica

Como observado anteriormente, as famílias rurais recebem pouco apoio quanto à organização de suas atividades. Esse apoio poderia vir também na forma de capacitação e assistência técnica. Como fica evidente pelos dados da Tabela 43, porém, é baixa a participação das famílias rurais em reuniões, cursos, seminários ou congressos. As maiores participações observadas foram em reuniões de associações e sindicatos, com 12,5% e 24,9%, respectivamente. Essas reuniões, geralmente, são mensais, no entanto, nem sempre elas afetam a atividade produtiva das famílias. Algumas delas participam de eventos de Organizações Não-Governamentais (ONG) e de organizações do governo e universidades. Houve casos, ainda, de capacitação por parte do BNB, no âmbito do Programa Crediamigo.

O número de famílias que receberam algum apoio técnico é reduzido, pois somente 31 entrevistados afirmaram recebê-lo. Mais da metade, ou 67,7% das fa-

Tabela 43 – Participação das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em Reuniões, Cursos, Seminários e Congressos no Ano de 2005

Entidades	Quantidade de Eventos (1)								Famílias Entrevistadas
	0	(%)	1	(%)	2	(%)	3	(%)	
Cooperativa / associação	84	87,5	0	0,0	1	1,0	11	11,5	96
Sindicatos / partidos	72	75,0	1	1,0	1	1,0	22	22,9	96
Organizações Não-Governamentais	95	99,0	0	0,0	1	1,0	0	0,0	96
Organizações Governamentais	89	92,7	5	5,2	2	2,1	0	0,0	96
Escolas / universidade	94	97,9	2	2,1	0	0,0	0	0,0	96
Outros	93	96,9	2	2,1	1	1,0	0	0,0	96

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) Classificação dos eventos: 0 – Nenhum evento; 1 – Até um evento anual; 2 – De dois a quatro eventos anuais; 3 – Acima de cinco eventos anuais.

mílias, não receberam qualquer tipo de apoio técnico. Isto pode estar relacionado à baixa participação e ao pouco interesse dos produtores em capacitações oferecidas (reuniões, cursos, seminários etc) ou à pouca oferta por parte das instituições.

As atividades agrícolas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense foram as mais assistidas em termos de apoio técnico recebido, com 83,9% das famílias que receberam alguma forma de apoio técnico (31), de acordo com dados da Tabela 44. A assistência técnica na área de produção foi a mais observada, com 24 famílias em atividades agrícolas e quatro em atividades não-agrícolas, totalizando 29,2% das famílias entrevistadas. Ainda foram observadas: assistência técnica na área

Tabela 44 – Formas de Apoio Técnico Recebidas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Formas de Apoio Técnico	Quantidade		Total (1)	(% das Famílias Entrevistadas)
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-Agrícolas		
Assistência técnica na área de produção	24	4	28	29,2
Assistência técnica na área gerencial	0	1	1	1,0
Comercialização	1	1	2	2,1
Capacitação técnica/productiva	0	1	1	1,0
Capacitação em gestão e administração	1	1	2	2,1
Outros (citar)	0	0	0	0,0
Não recebe(u) apoio técnico	-	-	65	67,7
Total	26	8	96	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: (1) 31 famílias rurais receberam algum tipo de apoio técnico; um dos entrevistados informou receber mais de uma forma de apoio técnico (quatro, no caso).

gerencial para atividade não-agrícola; apoio à comercialização, para ambos os tipos de atividades; apoio em capacitação técnica/produzida para atividade não-agrícola e capacitação em gestão e administração para ambas as atividades.

4.11 – Conhecimento dos Produtores Rurais a respeito do PDA Cariri Cearense

A política de pólos de desenvolvimento parece não ter afetado a rotina das famílias rurais do PDA Cariri Cearense, pois a maioria das famílias entrevistadas não tem conhecimento dela, com 91,7% das respostas. Apenas 8,3% das famílias informaram ter ouvido falar do PDA Cariri Cearense (Tabela 45), porém, esse conhecimento é vago, pois nenhuma soube responder o que significava essa política e qual o seu objetivo.

Tabela 45 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Têm Conhecimento sobre a Política de Pólos de Desenvolvimento

Conhecimento do PDA Cariri Cearense	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim	8	8,3
Não	88	91,7
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

4.12 – Organização Social

A participação das famílias rurais do PDA Cariri Cearense em organizações sociais engloba diferentes tipos, conforme observado nos dados da Tabela 46. Das famílias entrevistadas, 42,7% informaram participar de alguma organização associativa. Destas, 25,0% são filiadas a algum sindicato de produtores rurais, 8,3% a alguma associação de produtores rurais, 3,1% a associações de moradores e 2,1% ao Sindicato do Servidor Público. Existem, ainda, filiações ao Sindicato dos Radialistas, a uma cooperativa, a uma associação desportiva e a uma associação de apicultores.

No entanto, a maioria das famílias entrevistadas não participa de nenhuma organização associativa, com 57,3% das respostas. Os motivos são diversos, com maior destaque para o desinteresse das famílias (14,6%), a falta de organização na comunidade (7,3%) e o não-funcionamento da organização a contento (6,3%). Algumas famílias disseram que ainda pretendem se filiar, porém ainda não o fizeram (4,2%). Alguns chefes de família já se aposentaram ou não exercem atividades produtivas (4,2% cada um).

Tabela 46 – Participação em Organizações Associativas pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense e Motivos pelos quais não Participam

Participação em Organização Associativa	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim (Quais?)	41	42,7
Sindicato dos Produtores Rurais	24	25,0
Associação dos Produtores Rurais	8	8,3
Associação de Moradores	3	3,1
Sindicado do Servidor Público	2	2,1
Outras (1)	4	4,2
Não (Motivos)	55	57,3
Não há interesse	14	14,6
Não existe organização associativa na comunidade	7	7,3
Não funciona a contento	6	6,3
Ainda pretende se associar	4	4,2
Já se aposentou	4	4,2
Não exercem atividades produtivas	4	4,2
Falta de organização interna	2	2,1
Mudança de endereço do produtor	2	2,1
Desistiu de participar	2	2,1
Sem condições de pagar a mensalidade	2	2,1
Outros (2)	8	8,3

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) a categoria "Outras" engloba Sindicato dos Radialistas, cooperativa, associação desportiva e associação de apicultores; (2) a categoria "Outros" engloba o não-conhecimento; a participação nas reuniões, mesmo não sendo filiado; em razão das intrigas internas; porque iniciou agora a atividade agrícola; e não existe motivo aparente.

Alguns dos motivos dizem respeito diretamente ao funcionamento da organização associativa, como é o caso da falta de organização por parte dos membros, o não-funcionamento e a desistência em participar.

Mesmo para aquelas famílias filiadas a algum tipo de organização associativa, não há garantia de que receberão contribuições por parte delas. Das 41 pessoas filiadas a alguma organização, 21 delas ou 51,2% não recebem qualquer contribuição. Das famílias que recebem apoio, 13,5% são de assistência técnica, 3,1% de capacitação, 2,1% de acesso ao crédito e 4,2% de outros tipos de contribuição. As atividades agrícolas foram mais assistidas do que as não-agrícolas, conforme se evidencia pelos dados da Tabela 47.

Nota-se a inter-relação da capacitação com a assistência técnica recebida pelos produtores e a sua organização social. Em virtude da baixa organização social, principalmente por motivo de desinteresse, os produtores têm poucas oportunidades de participação em capacitações e recebem pouca assistência técnica que melhore suas atividades produtivas. Dos motivos apresentados pelos

Tabela 47 – Formas de a Organização Associativa Contribuir para o Sucesso do Negócio da Família Rural do PDA Cariri Cearense

Formas de Contribuição	Quantidade		Total (2)	(% das Famílias Entrevistadas)
	Atividades Agrícolas	Atividades Não-agrícolas		
Facilitando/oferecendo assistência técnica	12	1	13	13,5
Facilitando/oferecendo capacitação	2	1	3	3,1
Realizando/intermediando a comercialização do produto	0	0	0	0,0
Facilitando o acesso ao crédito	2	0	2	2,1
Outros (1)	2	2	4	4,2
A organização associativa não contribui para o sucesso do negócio agrícola	-	-	21	21,9
Não se aplica	-	-	55	57,3
Total de famílias	18	4	96	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) a categoria "Outros" engloba facilidade na compra de insumos/ferramentas; disponibilidade de infra-estrutura para a comunidade, o que afeta a atividade produtiva; o pagamento para arar a terra e a prestação de serviços jurídicos e de saúde; (2) dois entrevistados informaram que suas organizações associativas contribuem em mais de uma forma de apoio.

produtores para a sua não-participação em organizações associativas, evidenciam-se problemas relacionados à formação e funcionamento destas, bem como à sua inexistência. Como consequência, as organizações associativas tornam-se inoperantes, não contribuindo para melhorar o processo produtivo, a tecnologia utilizada e a comercialização dos produtos das famílias rurais.

4.13 – Emprego e Renda

Em relação ao pagamento de algum tipo de previdência, um terço das famílias do PDA Cariri Cearense paga a alguma instituição para fins de aposentadoria. (Tabela 48). Dentre elas, destacam-se o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o Sindicato Rural. Há grande preocupação por parte das famílias rurais em pagar a esta última instituição, haja vista sua obrigatoriedade para a

Tabela 48 – Quantas Famílias do PDA Cariri Cearense Pagam a Alguna Instituição para Fins de Aposentadoria

Paga Instituição para fins de Aposentadoria	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim	32	33,3
Não	64	66,7
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

aposentadoria do produtor rural. Das 66,7% famílias que não pagavam a alguma instituição para se aposentar, muitas se diziam preocupadas com essa situação e que procurariam, assim que tivessem condições, se filiar a um sindicato rural.

A situação no meio rural nordestino é bastante precária, como confirmaram estudos sobre o Nordeste (MONTEIRO, 1995; ROCHA, 2000, 2003) e se evidencia na Foto 7. Na região do Cariri, não é diferente, com muitas famílias vivendo abaixo da linha de pobreza³⁴, apenas com a produção de seu roçado ou com ajuda de terceiros. Para reduzir a situação de insegurança alimentar, o Governo Federal instituiu programas que alcançassem essa população. No PDA Cariri Cearense, das famílias entrevistadas, mais de dois terços (68,8%) recebem algum benefício previdenciário ou transferência do governo, o que demonstra a situação de precariedade de renda da região, conforme visualizado nos dados da Tabela 49.



Foto 7 – Condições de Moradia e Infra-Estrutura na Comunidade de Quixaba, Município de Mauriti, PDA Cariri Cearense

Fonte: Pesquisa de Campo.

³⁴ Veja Rocha (2003), para definição de linha de pobreza.

Paiva; Ansiliero e Passos (2005) asseveram que, embora o nível de pobreza no Brasil seja significativo, a situação poderia ser pior, caso não tivessem sido implantadas determinadas políticas sociais para a população rural, tais como a aposentadoria rural para pessoas de baixa renda com 65 anos ou mais e/ou com necessidades especiais. Para se ter uma idéia da importância da Previdência Rural para as famílias entrevistadas, apenas 31,3% delas não recebem este benefício.

Tabela 49 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Recebem Benefícios Previdenciários e Transferências Governamentais

Recebe Benefício ou Transferência	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim	66	68,8
Não	30	31,3
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A aposentadoria rural é o principal benefício recebido pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense, com 47,0% das famílias assistidas e 32,3% do total de famílias entrevistadas. Em muitos casos, essa é a única fonte de renda da família. O programa de transferência de renda governamental Bolsa-Família aparece em seguida, com 25 famílias ou 26,0% do total dos entrevistados. Outras transferências para as famílias são: o Bolsa-Escola (5,2%), a pensão (4,2%), o vale-gás (4,2%) e o vale-alimentação (2,1%), como identificados nos dados da Tabela 50.

Tabela 50 – Quais os Benefícios e Transferências Recebidos pelas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Tipo de Benefício	Quantidade (1)	(%) das Famílias Assistidas	(%) das Famílias Entrevistadas
Aposentadoria	31	47,0	32,3
Bolsa-Família	25	37,9	26,0
Bolsa-Escola	5	7,6	5,2
Pensão	4	6,1	4,2
Vale-gás	4	6,1	4,2
Bolsa-alimentação	2	3,0	2,1
Famílias assistidas	66	100,0	68,8

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) Cinco entrevistados informaram receber mais de um tipo de benefício.

Estes benefícios originam uma renda constante para algumas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense. Outra constância na renda advém dos empregos nas prefeituras e no Estado. Do total, 38,5% das famílias entrevistadas afirmaram ter sua renda constante, conforme dados da Tabela 51. A maioria (61,5%), porém,

Tabela 51 – Quantas Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense Possuem Renda Constante durante o Ano

Renda Constante durante o Ano	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Sim	37	38,5
Não	59	61,5
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

informou não dispor de renda constando durante o ano. É o caso dos produtores rurais, dos comerciantes e dos prestadores de serviços, dentre outros.

A principal causa na inconstância na renda das famílias rurais está nas oscilações ocorridas na produção agrícola, informada por 42,4% das famílias que não possuem renda constante, como observado nos dados da Tabela 52. Em seguida, aparecem a escassez e a oscilação na oferta de serviços, com 20,3%. As oscilações nas vendas também representam 20,3% das respostas dessas famílias. As sazonalidades das atividades não-agrícolas e agrícolas são causas de inconstância de renda para 5,1% e 3,4% das famílias, respectivamente.

Tabela 52 – Causas de Oscilações das Rendas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense

Causas de Oscilações das Rendas das Famílias Rurais	Quantidade (1)	(%) das Respostas
Oscilações na produção agrícola	25	42,4
Escassez e oscilação na oferta de serviços	12	20,3
Oscilações nas vendas	12	20,3
Sazonalidade da atividade não-agrícola	3	5,1
Sazonalidade da atividade agrícola	2	3,4
Outros	3	5,1
Não informaram	12	20,3
Total de famílias sem renda constante	59	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Nota: (1) Alguns entrevistados informaram mais de uma causa para a oscilação em suas rendas.

Para muitas famílias do PDA Cariri Cearense, as atividades não-agrícolas servem como complemento às atividades agrícolas. Pelos dados da Tabela 53, identifica-se qual a percepção que as famílias rurais têm do percentual que as atividades não-agrícolas representam na sua renda total. Pouco mais de um terço das famílias apresentam apenas um tipo de fonte de renda (34,4%), o que não se aplica à pergunta. Para as famílias entrevistadas, a renda não-agrícola representa até 20% do total para 16,7% delas. A faixa de renda não-agrícola de 21% a 40%

Tabela 53 – Percepção da Representatividade da Renda Não-Agrícola na Renda Total pela Família Rural do PDA Cariri Cearense

Representação da Renda Não-Agrícola na Renda Total	Quantidade	(%) das Famílias Entrevistadas
Até 20%	16	16,7
De 21% a 40%	9	9,4
De 41% a 60%	4	4,2
De 60% a 80%	5	5,2
Maior que 80%	12	12,5
Não se aplica	33	34,4
Não soube informar	17	17,7
Total	96	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

foi respondida por 9,4% das famílias. Para 12,5% das famílias, a renda advinda da atividade não-agrícola é bem mais significativa, representando mais de 80% da renda auferida.

Conforme dados apresentados na Tabela 54, as atividades desempenhadas no meio rural do PDA Cariri Cearense ocupam, em sua maioria, mão-de-obra familiar, com 55,4% da força de trabalho. Os outros tipos de mão-de-obra somam 44,5%, concentrados na faixa salarial menor do que um salário mínimo (41,5%). Do pessoal ocupado permanentemente, 81,4% são familiares e 14,0% são contratados que recebem menos de um salário mínimo. Do pessoal ocupado temporário, quase a totalidade é de contratados que recebem menos de um salário mínimo. Nota-se, portanto, a maior proporção de estabelecimentos familiares e a precariedade do

Tabela 54 – Número de Pessoal Ocupado Permanente e Temporário em Atividades Não-Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, por Faixa Salarial

Classificação	Pessoal Ocupado Permanentemente		Pessoal Ocupado Temporariamente		Total	(%)
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)		
	Mão-de-obra familiar	35	81,4	1		
Mão-de-obra não remunerada	1	2,3	0	0,0	1	1,5
Menos de 1 SM	6	14,0	21	95,5	27	41,5
Entre 1 até 2 SM	1	2,3	0	0,0	1	1,5
Acima de 2 até 5 SM	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acima de 5 SM	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	43	100,0	22	100,0	65	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

trabalho e da renda para os empregados do meio rural do PDA Cariri Cearense; poucos se situaram entre um e dois salários mínimos. Cabe salientar, também, que o número de pessoas apresentadas como mão-de-obra familiar encontra-se subestimado, pois os entrevistados não informaram aqueles membros da família que não trabalham direta e integralmente na atividade, prestando, às vezes, serviços esporádicos.

Quando analisada a origem das rendas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense em 2005, nota-se que 46,4% advêm de atividades não-agrícolas, somando R\$ 40,35 mil mensais, seguidas pelas atividades agropecuárias (29,2%), somando R\$ 25,36 mil, conforme observado no Gráfico I. Os benefícios previdenciários e as transferências governamentais também são importantes fontes de renda. Eles representam 24,4% do montante global de renda mensal dessas famílias, o que significa R\$ 21,2 mil³⁵.

Comparado à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), os valores referentes às transferências, as quais englobam os benefícios previdenciários e excluem as transferências governamentais, segundo o IBGE (2006b), representam 15,0% dos rendimentos das famílias brasileiras e 18,4% das famílias nordestinas. No caso do Cariri cearense, o percentual encontrado foi de 22,6% (benefícios previdenciários menos transferências governamentais), valor bem superior ao observado para o meio rural brasileiro, de 16,3%.

As rendas agrícolas adquiridas pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense aqui analisadas referem-se ao total produzido por elas. Mesmo aquela produção não vendida foi considerada para o cálculo da renda agrícola. Portanto, a análise é feita sobre o somatório das rendas monetárias e não monetárias das famílias rurais.

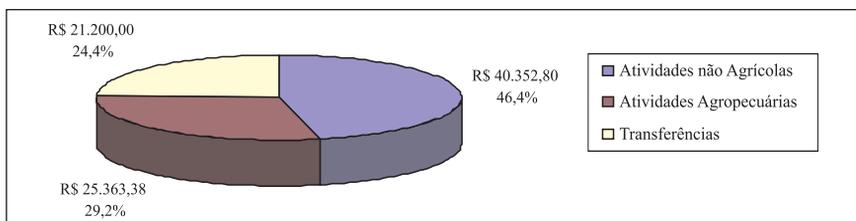


Gráfico 1 – Origem das Rendas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005, Valores Mensais

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

35 Neste trabalho, as rendas agrícolas e não-agrícolas são dadas em valores brutos, não descontando as despesas que os produtores rurais contraem para desenvolver suas atividades. Deste modo, os benefícios previdenciários e as transferências governamentais tornam-se ainda mais representativos se forem comparados com as rendas líquidas oriundas das atividades agrícolas e não-agrícolas.

Analisando separadamente as origens das rendas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense, nota-se que as atividades mais importantes, em termos de número de famílias, são as produções de milho e feijão, conforme dados apresentados na Tabela 55. Essas duas atividades produzem renda para 42 famílias, com valores brutos mensais de R\$ 1.835,92 e R\$ 1.558,75, respectivamente. Distribuindo pelo número de famílias, as rendas brutas médias mensais com as duas atividades ficam em R\$ 43,71 para as famílias produtoras de milho e R\$ 37,11 para as de feijão. A produção de arroz vem em seguida, na geração de renda para as famílias produtoras, com total de 13 famílias e renda bruta mensal de R\$ 789,17, o que dá R\$ 60,71 por família. A mandiocultura também é outra fonte de renda

Tabela 55 – Rendas Brutas Oriundas de Atividades Agropecuárias das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Atividades Agropecuárias	Número de famílias (2)	Renda Bruta Anual (R\$)	Renda Bruta Mensal (R\$)	Renda Bruta Mensal por Família
Venda de galinhas	2	122.784,00	10.232,00	5.116,00
Venda de animais bovinos	6	43.600,00	3.633,33	605,56
Venda de uva	1	26.600,00	2.216,67	2.216,67
Produção de milho	42	22.031,00	1.835,92	43,71
Produção de feijão	42	18.705,00	1.558,75	37,11
Venda de amendoim	9	18.640,00	1.553,33	172,59
Venda de leite	4	10.337,50	861,46	215,36
Produção de arroz	13	9.470,00	789,17	60,71
Venda de hortaliças	3	8.360,00	696,67	232,22
Venda de banana	7	7.132,00	594,33	84,90
Venda de mandioca	10	6.195,00	516,25	51,63
Venda de suínos	3	2.920,00	243,33	81,11
Venda de limão	2	2.160,00	180,00	90,00
Venda de animais caprinos	3	1.740,00	145,00	48,33
Venda de peixe	1	1.584,00	132,00	132,00
Venda de manga	1	1.000,00	83,33	83,33
Produção de fava	5	620,00	51,67	10,33
Produção de andu	7	282,00	23,50	3,36
Venda de abacaxi	1	100,00	8,33	8,33
Venda de batata	1	100,00	8,33	8,33
Total	77	304.360,50	25.363,38	-
Média por família (1)	-	3.952,73	329,39	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) a média foi calculada sobre as 77 famílias que exercem atividades agropecuárias; (2) o número de famílias por atividades não coincide com a Tabela 39, por apresentar aqui apenas aquelas famílias que conseguiram auferir alguma renda com sua produção agropecuária, excluindo aquelas que produziram, mas não colheram ou não venderam (no caso do gado) ou não souberam quantificar.

bastante observada entre os produtores agrícolas do Cariri cearense, ensejando renda para 10 famílias, com média bruta mensal familiar de R\$ 51,63. Percebe-se que as atividades mais praticadas são aquelas que dão maior segurança alimentar às famílias, a elas possibilitando o sustento durante parte do ano. Os valores conseguidos por elas, no entanto, são baixos, em virtude do pouco valor que esses produtos alcançam no mercado.

As atividades de maiores valores de renda bruta mensal gerada no PDA Cariri Cearense são a avicultura (galinhas) e a bovinocultura, segundo a pesquisa de campo. A atividade avícola produz renda mensal de R\$ 10.232,00, praticamente para única família, em virtude de a outra família conseguir apenas R\$ 32,00 mensais com a venda de galinhas³⁶. A bovinocultura origina renda bruta média mensal familiar de R\$ 605,56. Esta atividade perde para a avicultura e a viticultura, em termos de rendas brutas médias mensais familiares, com valores de R\$ 5.116,00 e R\$ 2.216,67, respectivamente.

Agrupando em classes de renda bruta, observa-se pelo Gráfico 2 que 30 famílias não possuem qualquer renda agrícola, ou 31,2% das entrevistas. Consi-

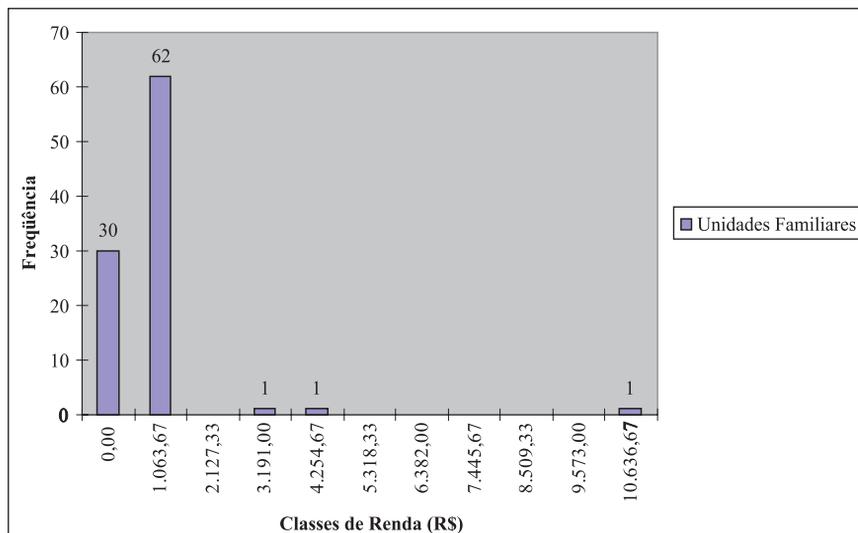


Gráfico 2 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

³⁶ Acontece pelo fato de a primeira família possuir uma granja, a qual lhe garante renda mensal de R\$ 10.200,00.

derando que 19 famílias não praticam atividades agropecuárias, tem-se um total de 11 famílias que declararam praticar atividades agrícolas, mas não geraram renda para seu sustento em 2005. A maioria das famílias encontra-se na classe de renda bruta de até R\$ 1.063,67, com 62 observações. Apenas três famílias possuem rendas superiores a esta classe.

Distribuindo as famílias em classes de menores rendas, com valor de corte de R\$ 1.000,00, como verificado no Gráfico 3, nota-se maior concentração de famílias com rendas brutas agrícolas de até R\$ 200,00, com 79 observações, sendo que 30 destas não possuem qualquer renda. Oito famílias possuem renda bruta entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00, cinco famílias possuem renda bruta entre R\$ 401,00 e R\$ 600,00 e uma família possui renda bruta entre R\$ 601,00 e R\$ 800,00.

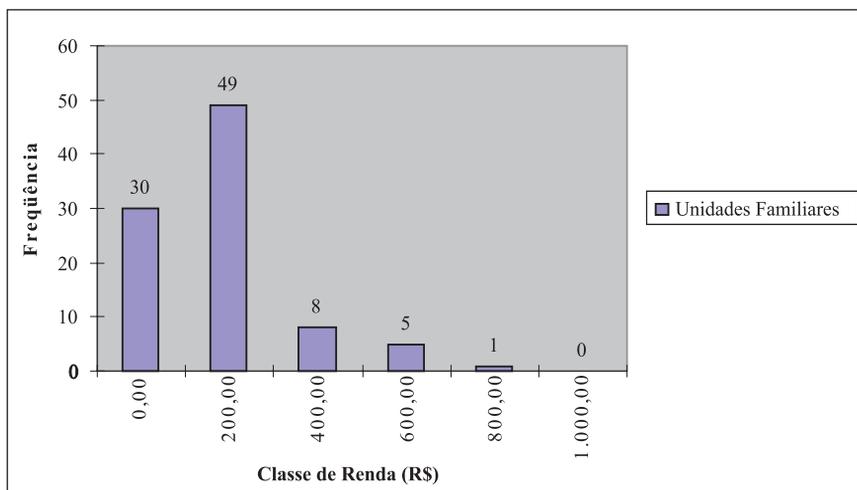


Gráfico 3 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005, com Corte de Renda de R\$ 1.000,00

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

Pelos dados do Gráfico 4, observa-se a forma de dispersão das rendas brutas agrícolas mensais geradas pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense. Nota-se maior concentração de renda entre valores de R\$ 10,00 e R\$ 100,00, sendo que o menor valor de renda bruta mensal agrícola observado foi de R\$ 2,50, referente à produção de feijão. As maiores rendas brutas agrícolas mensais observadas foram: R\$ 10.636,67, referente à venda de aves e à produção de milho e hortaliças; R\$ 3.328,13, relativa à venda de gado bovino e leite e à produção de milho, feijão e

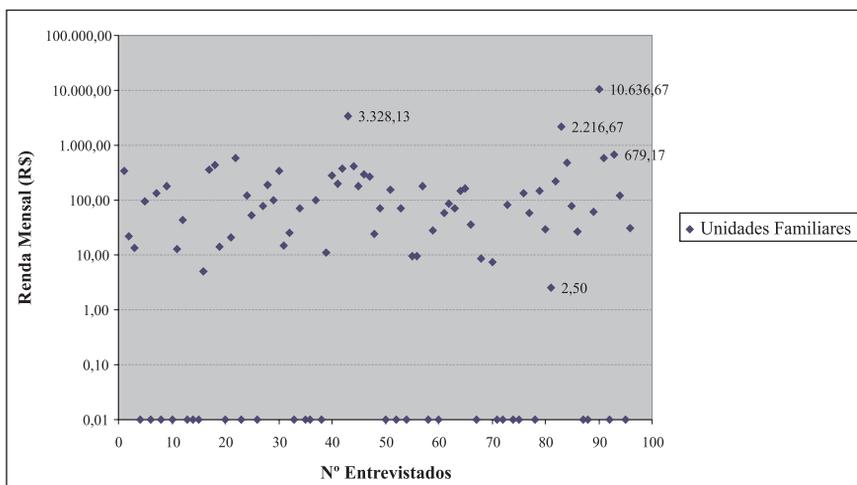


Gráfico 4 – Dispersão das Rendas Brutas Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

amendoim, e R\$ 2.216,67, correspondente à produção de uvas. Portanto, percebe-se forte concentração de renda agrícola, com 3,1% das famílias responsáveis por 63,8% da renda mensal produzida entre as famílias entrevistadas.

Pelos dados da Tabela 56, nota-se grande diversidade de atividades não-agrícolas desempenhadas pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense. Foram classificados 36 diferentes tipos de atividades não-agrícolas na pesquisa realizada. Como mencionou Carneiro (1997), os produtores pluriativos compõem uma categoria bastante heterogênea em sua origem e conformação, o que origina essa diversidade de atividades, todas demonstrando a versatilidade da família rural em buscar novas formas de sustento. A principal atividade não-agrícola desempenhada no PDA Cariri Cearense é a de venda em bodega/mercearia, com 14 famílias rurais praticantes e renda bruta mensal de R\$ 14.750,00, com média por família de R\$ 1.053,57. Esta renda média por família perde apenas para a venda de aguardente de cana, com valor bruto familiar de R\$ 1.187,50. Outras atividades não-agrícolas importantes são: serviços de frete/transporte, com nove famílias e renda bruta média mensal de R\$ 422,22; professor, com 10 famílias e renda bruta média mensal de R\$ 378,50, e vendas em bar/restaurante, com nove famílias e renda bruta média mensal de R\$ 287,22.

Os produtos de artesanato e de venda de porta em porta são os que auferem menores rendas para as famílias. Os artesanatos de palha e de tecido, por

Tabela 56 – Rendas Brutas Mensais Oriundas de Atividades Não-Agrícolas das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Atividades Não-agrícolas	Número de Famílias	Renda Bruta Mensal (R\$)	Renda Bruta por Família (R\$)
Venda na bodega/mercearia	14	14.750,00	1.053,57
Serviços de frete/transporte	9	3.800,00	422,22
Professor	10	3.785,00	378,50
Agente de saúde/PSF	3	2.850,00	950,00
Vendas no bar/restaurante	9	2.585,00	287,22
Venda de aguardente de cana	2	2.375,00	1.187,50
Empregado em estabelecimento rural	5	1.217,00	243,40
Auxiliar de serviços	3	900,00	300,00
Serviço militar	1	900,00	900,00
Radialismo	1	700,00	700,00
Assalariado em indústria rural	2	600,00	300,00
Vigia prefeitura	2	600,00	300,00
Assalariado no meio urbano	2	550,00	275,00
Venda de rapadura	1	420,00	420,00
Venda de confecções	2	400,00	200,00
Empregado doméstico	4	350,00	87,50
Arrendamento de terra	1	333,30	333,30
Serviço de fundição	1	330,00	330,00
Venda de crochê	5	325,00	65,00
Auxiliar de secretaria de escola	1	300,00	300,00
Serviço de intermediário	1	300,00	300,00
Merendeira	1	300,00	300,00
Salão de beleza/cabeleireiro	2	236,00	118,00
Serviço de pedreiro	2	215,00	107,50
Bibliotecária	1	200,00	200,00
Garçonete	1	200,00	200,00
Gari	1	198,00	198,00
Extrativismo	3	196,00	65,33
Aluguel de pasto	2	185,00	92,50
Venda de artesanato de palha	2	120,00	60,00
Venda de artesanato de tecido	2	80,00	40,00
Venda de bordado	1	40,00	40,00
Venda de produtos de beleza	1	12,50	12,50
Total	64	40.352,80	-
Média por Família (64)	-	630,51	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

exemplo, garantem renda bruta média familiar mensal de R\$ 60,00 e R\$ 40,00, respectivamente. Já a venda de produtos de beleza rende apenas R\$ 12,50 à família praticante.

A distribuição das faixas de renda mensal é menos concentrada nas atividades não-agrícolas, conforme observado no Gráfico 5. Pouco mais de um terço das famílias não possuem rendas não-agrícolas, 36,4%, mas, destas, somente 3,1% afirmaram desempenhar alguma atividade não-agrícola, porém não geradora de renda. 18,7% das famílias possuem renda bruta mensal de até R\$ 200,00, mesma proporção observada para rendas brutas mensais de R\$ 201,00 a R\$ 400,00 e 10,4% das famílias possuem renda bruta mensal entre R\$ 401,00 e R\$ 600,00. Os outros 15,6% das famílias distribuem-se nas classes de renda bruta mensal que vão de R\$ 800,00 a R\$ 8.000,00.

Pelo Gráfico 6, percebem-se melhores condições de distribuição de renda nas atividades não-agrícolas, comparadas às atividades agrícolas. Nota-se que a maior concentração acontece entre as faixas de rendas brutas mensais de R\$ 100,00 e R\$ 1.000,00, com 55,2% das famílias rurais. O maior valor observado foi de R\$ 6.560,00, referente às vendas na mercearia, complementado com salário de professor. Os outros dois maiores valores observados foram de R\$ 4.250,00, relativos à venda de aguardente de cana e às vendas na mercearia, e R\$ 2.785,00 correspondentes à vendas no restaurante, salário de agente de saúde e aluguel do pasto. O menor valor observado foi de R\$ 4,00, advindo da atividade de extrativismo. Como visto, nota-se menor amplitude entre as rendas

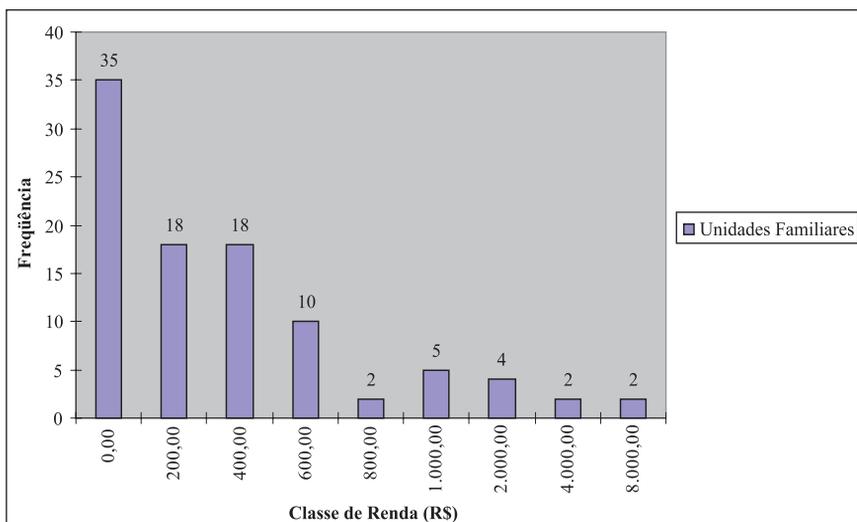


Gráfico 5 – Distribuição de Frequência das Rendas Brutas Não-Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense em 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

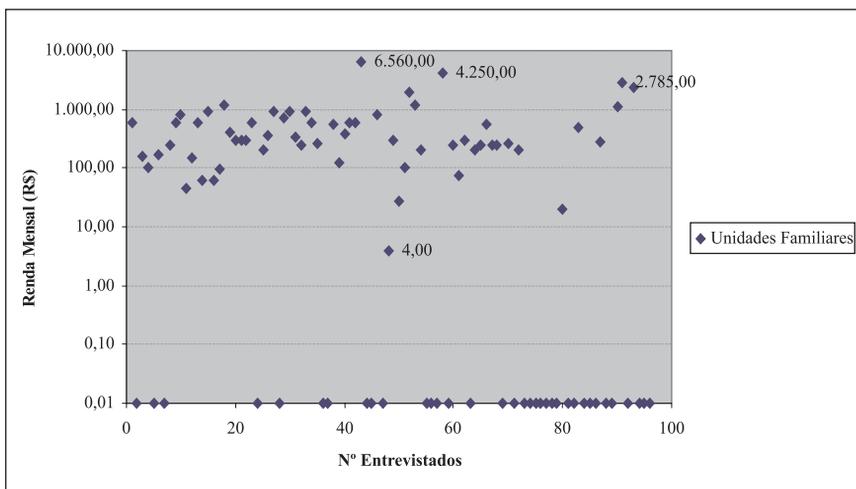


Gráfico 6 – Dispersão das Rendas Brutas Não-Agrícolas Mensais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

brutas não-agrícolas mensais auferidas pelas famílias rurais em relação às rendas brutas agrícolas mensais, bem como menor concentração de renda. A renda mensal não-agrícola gerada por 3,1% das famílias rurais representa 33,7% da renda não-agrícola mensal total gerada entre as famílias entrevistadas.

Outras fontes de renda importantes para as famílias rurais do PDA Cariri Cearense são as transferências governamentais e os benefícios previdenciários, conforme dados visualizados na Tabela 57. Juntas, representam 24,4% do total da renda mensal adquirida pelas famílias rurais. Das famílias entrevistadas, 40,6% informaram ter algum membro aposentado e 11,4% expressaram o recebimento de alguma pensão. O valor médio mensal recebido por família é de R\$ 397,44, para as aposentadorias, 32,5% superior ao salário mínimo vigente à época, e R\$ 373,64 para as pensões.

As transferências são menos representativas em termos de valor, sendo apenas 1,83% do total da renda mensal das famílias rurais para 29,6% do número de famílias. Se for, porém, considerado o valor médio recebido por famílias, percebem-se médias maiores do que as observadas para algumas atividades agrícolas. Por exemplo, o valor médio mensal recebido pelas famílias rurais por conta do Programa Bolsa-Família é superior às médias de rendas mensais recebidas pelas famílias nas seguintes atividades: produções de milho, feijão, arroz, mandioca,

Tabela 57 – Rendas Mensais Oriundas de Transferências Governamentais e Benefícios Previdenciários das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, em 2005

Transferências e Benefícios	Número de Famílias	Renda Mensal (R\$)	Renda por Família (R\$)
Aposentadoria	39	15.500,00	397,44
Pensão	11	4.110,00	373,64
Transferências	28	1.590,00	56,79
Bolsa-Escola	6	185,00	30,83
Bolsa-Família (1)	18	1.310,00	72,78
Cartão-Alimentação	1	65,00	65,00
Vale-gás	4	30,00	7,50
Total	-	21.200,00	-
Média por Família (2)	-	321,21	-

Fonte: Pesquisa de Campo.

Notas: (1) quatro famílias não informaram quais eram os valores recebidos do Programa Bolsa-Escola. As lacunas foram preenchidas considerando as faixas de valores pagos pelo Programa de acordo com o número de filhos inseridos nas exigências do Programa; (2) a média foi calculada sobre as 66 famílias que recebem algum tipo de transferência ou benefício.

fava, andu, abacaxi e batata e vendas de caprinos, sendo que a média mensal recebida pelas famílias por conta do Programa é de apenas R\$ 72,78 ou R\$ 13,50 *per capita*.

A composição das rendas das famílias rurais que recebem aposentadorias ou pensões está apresentada no Gráfico 7. Nota-se que 11,1% destas famílias vivem exclusivamente dos benefícios recebidos. Somando às famílias que, além da aposentadoria, recebem alguma transferência, esse percentual sobe para 15,5%. As outras famílias mesclam diversas atividades para o complemento das suas rendas advindas dos benefícios previdenciários. 35,5% dessas famílias possuem rendas também advindas de atividades agrícolas e não-agrícolas, 20,0% somente de atividades não-agrícolas e dos benefícios e 22,2% somente de atividades agrícolas e benefícios.

Rocha (2003) evidencia a importância que os benefícios previdenciários têm para diminuir o nível de pobreza na região Nordeste do País. Neste estudo, os resultados não são diferentes. Os benefícios previdenciários representam importante fonte de renda para as famílias do meio rural do Cariri cearense que os recebem. Quando analisadas as rendas dessas famílias, percebe-se que mais da metade provém destes benefícios, com 56,9% da renda. O restante distribui-se em 26,6% de renda não-agrícola, 15,8% de renda agrícola e apenas 0,8% de transferências. Outro fato que pode comprovar essa importância é a diferença entre as rendas médias dessas famílias quando analisadas com e sem a inclusão

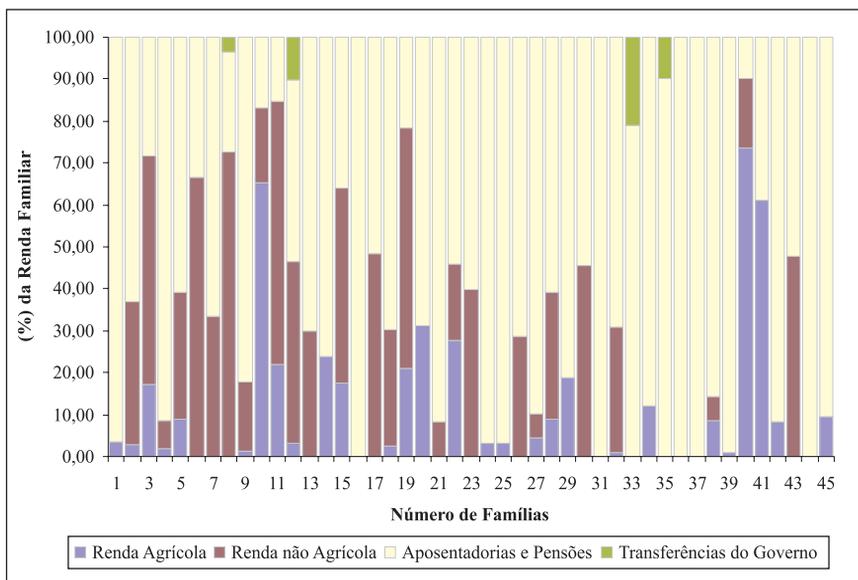


Gráfico 7 – Composição das Rendas, em Porcentagem, das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense que Receberam Aposentadorias e Pensões no Ano de 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

dos benefícios previdenciários. Caso fossem retirados os pagamentos com aposentadorias e pensões, a renda média mensal dessas famílias seria de R\$ 330,30 contra R\$ 766,10 do que é realmente, ou seja, a renda cairia 131,9%.

Quando analisada, agora, a composição das rendas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense que recebem alguma transferência governamental, nota-se que 3,6% delas vivem somente com este recurso, de acordo com o Gráfico 8. Pelo que foi levantando em campo, todavia, apesar de possuir renda apenas das transferências, esta família recebe apoio de outras pessoas, principalmente de parentes, pois não consegue se manter com o auxílio governamental. Outras 7,1% recebem, além das transferências, benefícios previdenciários. As famílias restantes desenvolvem algum tipo de atividade produtiva, complementando-as com as transferências recebidas. O mais observado é a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas pela mesma família (39,3%), seguida daquelas que realizam apenas atividades agrícolas (28,6%). Em seguida aparecem aquelas famílias que desenvolvem atividades não-agrícolas e complementam com as transferências (14,3%). Os outros casos são: adição da renda não-agrícola à aposentadoria e

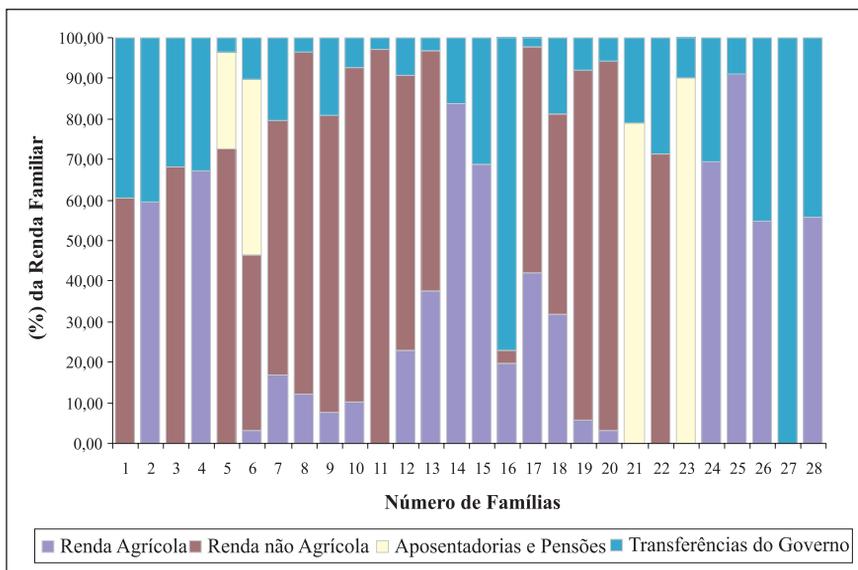


Gráfico 8 – Composição das Rendas, em Porcentagem, das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense que Receberam Transferências Governamentais, no Ano de 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

à transferência recebida (3,6%) e adição das rendas agrícolas e não-agrícolas à aposentadoria e à transferência recebida (3,6%).

A composição da renda das famílias que recebem transferência governamental está assim distribuída: 52,4% provenientes de atividades não-agrícolas, 21,0% de atividades agrícolas e 13,7% de transferências governamentais. Esta última fonte de renda ganha, em termos de valores, dos benefícios previdenciários (12,9%) na composição das rendas dessas famílias. Caso fossem retiradas as transferências governamentais, a renda média cairia 15,9%, passando de R\$ 414,87 para R\$ 358,08.

Pelos dados observados sobre as rendas das famílias rurais do PDA Cariri Cearense, nota-se a importância das atividades não-agrícolas em sua composição, fato comprovado quando observado o Gráfico 9, no qual a maioria das famílias pluriativas informaram ter o maior percentual de sua renda advinda de atividades não-agrícolas. Conforme observado, 26,0% disseram que de 81% a 100% de suas rendas provêm de atividades não-agrícolas, seguidas daquelas que afirmam ter de 61% a 80% de suas rendas provenientes de atividades não-agrícolas (18,0%).

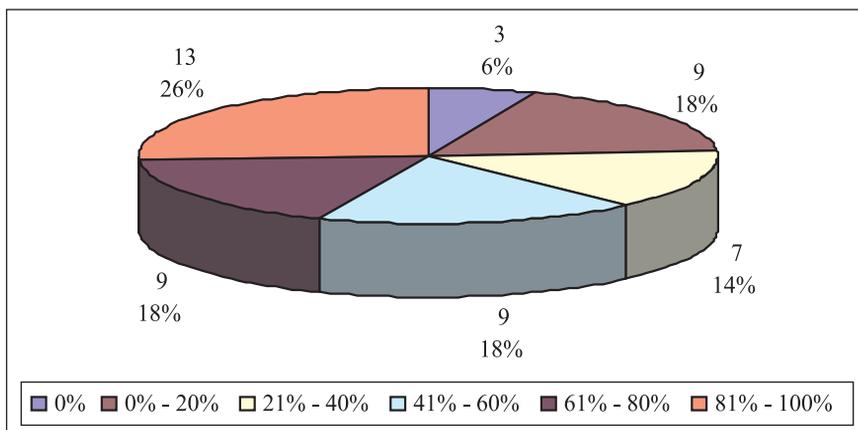


Gráfico 9 – Representatividade das Rendas Brutas Não-Agrícolas nas Rendas Totais das Famílias Rurais do PDA Cariri Cearense, Ano de 2005

Fonte: Cálculos do Autor com Base nas Pesquisas de Campo.

Nota: Aqui estão inseridas apenas as famílias pluriativas que recebem, em maior proporção, rendas de atividades produtivas (50 famílias), excluindo as que possuem o maior percentual de suas rendas provenientes de aposentadorias ou transferências.

A renda média proveniente das atividades não-agrícolas recebida pelas famílias rurais é de R\$ 630,61 mensais, valor 91,4% superior ao proveniente de atividades agrícolas realizadas pelas famílias rurais, de R\$ 329,39. Calculando a renda média mensal global das famílias entrevistadas, somando as rendas agrícola e não-agrícola, chega-se ao valor de R\$ 684,54, do qual 61,4% são representados pelas atividades não-agrícolas e 38,6% pelas atividades agrícolas³⁷.

Para se notar a importância das atividades não-agrícolas na composição das rendas das famílias rurais, serão comparadas as rendas das famílias pluriativas, famílias agrícolas e famílias não-agrícolas. Depreende-se que a renda média mensal das famílias pluriativas é de R\$ 1.315,38, bem superior ao encontrado para as famílias que exercem apenas atividades agrícolas, de R\$ 378,63, e daquelas que exercem apenas atividades não-agrícolas, de R\$ 662,43. Caso fossem retiradas as rendas não-agrícolas das famílias pluriativas, a renda média mensal ficaria em R\$ 644,14, ou seja, 49,0% da renda original. Como observado, as famílias que têm as maiores rendas mensais são aquelas que desenvolvem atividades não-agrícolas, sejam monoativas ou pluriativas. Estas informações corroboram estudo de Schneider (2004), pois este demonstra que novas formas de trabalho e produção no meio rural, como o assalariamento e as atividades não-agrícolas, permitem

³⁷ Nestes cálculos não estão inseridas as rendas de benefícios e transferências.

aos colonos, os quais o autor estudou (do Rio Grande do Sul), continuar vivendo em suas propriedades e em sua comunidade local.

5 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho se propôs a analisar como se manifesta a pluriatividade nas famílias rurais dos municípios pertencentes ao PDA Cariri Cearense, verificando o perfil dos produtores rurais, suas categorias e principais atividades; identificando e levantando as principais atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por produtores familiares dos municípios pertencentes ao pólo; analisando a contribuição que as atividades não-agrícolas dão à produção e à geração de renda nos estabelecimentos familiares do pólo e analisando até que ponto as políticas de desenvolvimento baseadas em pólos de desenvolvimento têm influência nas atividades das famílias rurais do PDA Cariri Cearense.

A hipótese básica de que as atividades não-agrícolas no PDA Cariri Cearense traçam um novo perfil para os produtores familiares, o de serem pluriativos, e que essas novas atividades levam ao incremento na renda dessas famílias se confirma. O seu complemento, porém, de que as atividades não-agrícolas reduzem a produção agrícola dessas famílias não se confirma. Verificou-se que a maioria das famílias rurais do PDA Cariri Cearense exerce atividades não-agrícolas juntamente com a atividade agrícola e que essa estratégia eleva a renda dessas famílias. Constatou-se, no entanto, que a pluriatividade não interfere no rendimento agrícola, em virtude de haver uma distribuição das tarefas entre os membros das famílias. Por outro lado, identificou-se também a existência da pluriatividade referente às estratégias que as famílias rurais utilizam para permanecer no campo e manter a unidade familiar.

Observou-se ligeira predominância de mulheres entre os pesquisados, além da maior concentração de pessoas na faixa etária de 15 a 30 anos e de 0 a 14 anos. Essa caracterização da população rural denota a importância de políticas públicas que visualizem a criação de empregos para a primeira faixa e a ampliação da educação para a segunda. Visualiza também opções de inserção da mulher em atividades mais rentáveis, porquanto as mulheres contribuem com apenas um terço da renda total da família, segundo a pesquisa.

Foi observada a precariedade do emprego rural, cuja concentração ocorre em atividades de baixo rendimento mensal, além de ser, em sua maioria, de caráter temporário. Apesar de 52,0% dos membros das famílias rurais afirmarem que possuem rendimento, estes são de baixo valor e alguns se configuram em benefícios previdenciários ou transferências governamentais. A aposentadoria é a segunda principal fonte de renda dos membros das famílias rurais do PDA Cariri Cearense, perdendo apenas para a agricultura. Observou-se, ainda, o baixo nível de

escolaridade da população pesquisada, em virtude de mais da metade não chegar a concluir o Ensino Fundamental. Precisa-se, pois, investir mais em educação para que a população tenha condições de desempenhar atividades mais especializadas, exigidas atualmente, tanto no meio urbano quanto no ambiente rural.

Os produtores rurais do PDA Cariri Cearense, em sua maioria, são proprietários dos estabelecimentos, porém com percentual ainda pequeno, pois esta condição é observada em menos da metade dos produtores. O restante distribui-se em outras modalidades, sendo a mais observada a de arrendatário. Quanto ao tamanho da propriedade, observa-se maior número de minifúndios, com área inferior a 10ha. Em aliança à falta de crédito suficiente, isto dificulta a realização de atividades mais especializadas e demandantes de novas tecnologias, em virtude de não existir escala de produção suficiente para cobrir os custos de produção. As famílias trabalham em atividades pouco rentáveis, garantindo apenas a subsistência da família. Novas estratégias de reforma agrária para inserir os produtores que não possuem terra e que desempenham não apenas atividades agrícolas devem ser pensadas.

A primeira hipótese levantada neste trabalho foi a de que as transformações ocorridas no meio rural do PDA Cariri Cearense estão levando os produtores familiares a desempenharem novas atividades não relacionadas à produção agrícola, tornando essas famílias pluriativas. Pela falta de opções de trabalho, alguns membros das famílias rurais partem para outros locais em busca de melhores oportunidades. Para aqueles que não querem ou não têm condições de sair do seu local de origem, a estratégia adotada é o desempenho de outras atividades não relacionadas à produção agrícola. As atividades agrícolas são ainda as mais importantes para as famílias rurais, com 36,3% dos membros a exercendo (agricultura + pecuária). Nota-se, no entanto, a crescente participação das atividades não-agrícolas, sendo desempenhadas por parcela significativa da população, como comércio, bar, transporte, educação, artesanato, vendas etc. Quando se compararam as famílias rurais, 36,4% delas informaram que têm como principal atividade produtiva a não-agrícola.

As limitações de terra e emprego encontradas no meio rural contribuem, de certa forma, para a diversificação das atividades desenvolvidas no PDA Cariri Cearense. Sem opções, os membros das famílias partem para desempenhar outras atividades no meio rural, além da agricultura. Conforme ficou evidente na pesquisa, a maioria das pessoas que exerciam atividades não-agrícolas (68,7%) as faziam para complementar a renda, evidenciando a limitação de emprego puramente agrícola. Os outros dois resultados da pesquisa corroboram a afirmação anterior,

pois 6,2% expressaram desempenhar atividades não-agrícolas por falta de terras para trabalhar, mesmo percentual de respostas para aquelas pessoas que buscam outras atividades por não gostarem do trabalho agrícola. Fica evidente o fato de que, se tivessem oportunidades, aquelas famílias rurais que tradicionalmente trabalham com agricultura e realizam atualmente outras atividades não-agrícolas optariam por desempenhar apenas as atividades agrícolas, caso fosse suficiente para o sustento de sua família. Já outras famílias inseridas em atividades não-agrícolas, por opção, prefeririam ter condições de melhorar suas rendas mediante a ampliação dessas atividades.

Percebe-se, portanto, que as modificações ocorridas na estrutura fundiária (*minifundização*) e no processo produtivo agrícola levam as famílias a buscar opções de emprego e renda. Sem o aumento do emprego rural, a alternativa viável é trabalhar em atividades não-agrícolas. Outro fator que modifica a estrutura rural é a maior inter-relação do urbano com o rural, que confere maiores oportunidades de ocupações à população rural. A facilidade de acesso às comunidades e de informações oferece novas opções de atividades, como o turismo rural, o ensino etc. Conclui-se, então, que a primeira hipótese é verdadeira. Porém, evidencia-se a existência de uma pluriatividade baseada na inserção de novas atividades no meio rural, bem como aquela baseada nas estratégias de permanência da família rural no campo.

A segunda suposição diz respeito à renda das famílias rurais. A busca de novas fontes de renda que não sejam apenas as agrícolas faz aumentar o nível de renda dos produtores familiares que desempenham atividades não-agrícolas no meio rural do PDA Cariri Cearense. Nota-se que a maior proporção da renda das famílias rurais do pólo é oriunda de atividades não-agrícolas (46,4%). Ainda assim, mais de 50,0% das rendas são oriundas de outras fontes, principalmente de atividades agrícolas (29,2%) e aposentadorias (24,4%).

Os benefícios previdenciários são importante fonte de renda para as famílias rurais do PDA Cariri Cearense, tanto que uma das preocupações destas famílias é estar associada a algum sindicato rural para ter direito à aposentadoria. Segundo a pesquisa, 68,8% das famílias do pólo têm algum de seus membros recebendo este benefício. A renda média recebida por estas famílias por conta da aposentadoria é de R\$ 397,44, superior ao observado para a média recebida pelas famílias por suas atividades agrícolas, que é de R\$ 329,39.

Apesar de ser uma das principais fontes de renda das famílias rurais do pólo, as atividades agrícolas produzem menor rendimento por família, principalmente

aquelas atividades relacionadas ao sustento familiar, como a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. Foi observado que as rendas médias auferidas pelas famílias para estas quatro atividades foram de R\$ 60,71, R\$ 37,11, R\$ 43,71 e R\$ 51,63, respectivamente; valores bem inferiores à média do ganho com aposentadoria. Outra consideração importante a ser feita sobre a renda agrícola, principalmente a advinda da pecuária, é que ela foi a mais concentradora dentre as rendas analisadas. Conforme pesquisa, 14,3% das famílias que praticam atividades agrícolas não conseguem adquirir rendas com essas atividades, enquanto apenas 3,9% das famílias praticantes de atividades agrícolas são responsáveis por 63,8% da renda agrícola produzida no pólo. A maior concentração de rendas familiares agrícolas sucede na faixa de R\$ 10,00 a R\$ 100,00, com 39,0% das famílias agrícolas.

As atividades não-agrícolas, além de serem geradoras de maiores rendas por família, também configuram como menos concentradoras. Segundo a pesquisa, a renda média familiar mensal com as atividades não-agrícolas é de R\$ 630,51, 91,4% superior à renda média familiar agrícola. Nota-se, ainda, maior distribuição da renda não-agrícola pelas classes de renda, com maior concentração de famílias rurais entre as rendas de R\$ 100,00 e R\$ 1.000,00, com 70,3% das famílias que praticam atividades não-agrícolas. Apenas 4,7% das famílias que praticam atividades não-agrícolas não conseguiram auferir rendas com suas atividades e 4,7% dessas famílias são responsáveis por 33,7% da renda não-agrícola originada no pólo, ou seja, há menor concentração de renda nas atividades não-agrícolas.

Outro ponto a favor das atividades não-agrícolas é o fato de que as famílias que as exercem têm maiores rendas médias mensais, comparativamente às famílias puramente agrícolas. Tanto as famílias monoativas não-agrícolas quanto as pluriativas possuem rendas médias superiores às famílias agrícolas, de 74,9% e 247,4%, respectivamente. Nota-se, portanto, a importância das atividades não-agrícolas, principalmente quando associadas às atividades agrícolas, na geração de renda para as famílias rurais do PDA Cariri Cearense. Percebe-se, com isso, a importância de se estimular a pluriatividade nos estabelecimentos familiares brasileiros; do ponto de vista da produção, a diversificação de culturas e atividades reduz os riscos, assegurando a reprodução da família. Já com relação ao território e à natureza, há a necessidade de se manter o trabalhador no seu espaço e aplicação de atividades relacionadas ao meio ambiente, como por exemplo, o turismo rural. Conclui-se, então, que a segunda hipótese também é verdadeira.

A terceira hipótese suscitada neste ensaio pretende que as atividades não-agrícolas prejudicam as atividades agrícolas, conseqüentemente reduzindo a

produção. Conforme respostas dos entrevistados, esta suposição é falsa, pois das famílias entrevistadas, apenas 6,3% informaram ter prejuízos na lavoura por conta das outras atividades desempenhadas. A maioria informou não ter dificuldade em desempenhar as duas atividades, em virtude dos horários serem diferentes ou de existir divisão de tarefas entre os membros da família. Outras, com maiores recursos, contratam pessoas para trabalhar na lavoura, enquanto desempenham as atividades não-agrícolas. Além disso, foram observados outros motivos que levam as famílias rurais à consideração de que as atividades não-agrícolas não prejudicam as atividades agrícolas.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelas famílias rurais para desempenhar as atividades agrícolas, no caso das atividades não-agrícolas, estas dificuldades reduzem-se substancialmente. Segundo informaram as famílias que desempenham atividades não-agrícolas, mais da metade não têm qualquer dificuldade (53,1%). A maior reclamação diz respeito à falta de financiamento. Apenas 21,9% das famílias tiveram acesso a recursos para financiar suas atividades não-agrícolas, praticamente todos oriundos do Programa Crediamigo, do BNB, com finalidade de capital de giro. Diferentemente das atividades não-agrícolas, as famílias tiveram mais acesso ao crédito rural, sendo que 62,5% oriundos do BNB, maior fonte de financiamento do meio rural naquele pólo. A principal finalidade foi para o investimento. Os produtores, mesmo com todas as dificuldades, continuam ampliando suas atividades. A maior reclamação dos adquirentes de financiamento é a insuficiência de crédito, pois gostariam de adquirir financiamentos mais vultosos, com finalidade de novos investimentos em suas atividades agrícolas. De resto, consideraram os créditos adequados e oportunos.

Mais de 50,0% das famílias entrevistadas não têm acesso ao crédito. Destas, 68,4% informaram que não querem realmente recursos financeiros para auxiliar em suas atividades. Os principais motivos são falta de interesse e de condições, financiamentos contraídos anteriormente suficientes e problemas ocorridos com estes, além do medo que alguns produtores têm de contrair financiamentos, em virtude dos altos juros e da desconfiança em relação ao sistema financeiro.

As características observadas nas famílias rurais do PDA Cariri Cearense levam-nas a desempenhar suas atividades de forma precária. A falta de educação e, conseqüentemente, de conhecimento técnico adequado prejudicam a produtividade da lavoura e a rentabilidade dos empreendimentos rurais. Poucas famílias realizam algum controle das suas atividades, concentradas apenas nas áreas de produção e comercialização. Quando o fazem, realizam isoladamente ou com a ajuda das famílias, que também não dispõem de conhecimento técnico

co suficiente para auxiliar corretamente nas atividades. A orientação externa é pouco observada, bem como a realização de controle gerencial. Quanto à sua capacitação, as famílias rurais participam somente de reuniões nos sindicatos e associações. Geralmente o apoio recebido pelas famílias rurais ocorre pela assistência técnica na área de produção. Estas informações são fornecidas pelos sindicatos, associações e empresas de assistência técnica locais. Raramente se observa a participação destas famílias em cursos ou seminários para ampliar os conhecimentos sobre as atividades. Das poucas famílias que recebem algum tipo de capacitação, existem aquelas que têm financiamento do Crediamigo, por ser uma exigência do próprio programa.

Diferentemente do que se poderia auferir, em sua maioria, as famílias rurais dizem não ter dificuldades em adquirir seus insumos produtivos. As dificuldades que as famílias disseram ter estão relacionadas à falta de recursos para a aquisição dos insumos, à dificuldade de transporte, à falta de matéria-prima em mercado próximo e ao preço.

Os principais produtos das famílias rurais estão relacionados à sua segurança alimentar. A maioria das famílias informou ter o feijão, o milho, o arroz e a mandioca como produtos principais. Esta situação fica evidente quando comparada ao destino destes produtos dado pelas famílias. Os principais destinos são o mercado local e o autoconsumo, com praticamente a mesma proporção. Percebe-se que a produção conseguida pelas famílias rurais do PDA Cariri Cearense, em sua maioria, é para o consumo local, seja no próprio estabelecimento ou comercializada no próprio município. Segundo a pesquisa, para as famílias que exercem atividades não-agrícolas, as mais importantes foram mercearia, transporte, bar, crochê, artesanato e serviços de servente.

Uma dificuldade encontrada pelas famílias rurais é a comercialização. Sem canais adequados, os produtores se vêem obrigados a vender para os intermediários, que geralmente pagam preços reduzidos pelos produtos. Por conta disso, a maior reclamação dos produtores é o baixo preço conseguido na venda de seus produtos, além da reclamação que recebem referente à baixa qualidade do produto. Algumas famílias realizam a venda diretamente ao consumidor, mas em menor proporção. Elas geralmente conseguem melhores preços para seus produtos. Estas dificuldades poderiam ser superadas, caso existisse maior organização, com trabalho em conjunto. Conforme a pesquisa, menos da metade das famílias rurais era associada a algum tipo de organização associativa. O sindicato dos produtores rurais é a instituição a que elas se filiam mais, porém nem sempre isso é certeza de que haverá apoio, pois das famílias que estão associadas às organizações, a

maioria informou destas não receber qualquer ajuda. Um dos motivos que leva as famílias rurais a se associarem ao sindicato rural é garantir sua aposentadoria, o que em nada se relaciona com suas atividades produtivas.

A quarta e última hipótese levantada neste trabalho foi supor que a política pública baseada no modelo de pólos de desenvolvimento influencia as atividades das famílias rurais do PDA Cariri Cearense. Conforme resultado da pesquisa, as famílias rurais do pólo não tinham conhecimento desta política, de acordo com 91,7% das respostas. Somente 8,3% tinham ouvido falar a respeito do PDA, mas de forma bastante superficial, pois nenhuma delas soube explicar o seu significado. Para as famílias entrevistadas, portanto, a política de pólo de desenvolvimento não trouxe qualquer alteração em suas atividades e, conseqüentemente, não dinamizou a economia na qual elas estão inseridas. Em entrevista com funcionários do BNB, porém, o pólo foi dinamizado nos últimos anos com a introdução de novas atividades agrícolas, como a fruticultura irrigada, o turismo rural e a extração de pedras, cujos financiamentos são oriundos desse Banco. Portanto, torna-se difícil distinguir até que ponto a política de pólo teve influência no dinamismo das atividades desempenhadas pelas famílias do pólo estudado, por conta de informações distintas. Sugere-se, pois, a realização de outra pesquisa, agora focada apenas nos clientes do BNB assistidos na região, com enfoque no pólo de desenvolvimento, a fim de se ter o real efeito desta política, embora se tenha notado que parcela significativa da população não teve acesso às benesses de tal política até o momento.

Pelos dados analisados até aqui, conclui-se que o meio rural do Cariri cearense apresenta características do novo rural brasileiro, com a inserção de novas atividades antes observadas apenas nas áreas urbanas dos municípios. Estas novas atividades engendram maior dinamismo ao campo, com a geração de renda para a população rural. Os empregos agrícolas estão se reduzindo, em virtude das transformações ocorridas no campo. A saída encontrada pelas famílias para se manter no meio rural é desempenhar atividades fora do contexto agrícola. As atividades não-agrícolas mostram-se importante fonte de renda para a população rural, contribuindo para sua manutenção no campo. O perfil das atividades não-agrícolas e o tipo de pluriatividade observados no pólo, no entanto, não são conseqüências, exclusivamente, de uma política de desenvolvimento local aplicada na região, mas também de estratégias que a população utiliza para melhorar sua condição de vida, apresentando características de transição de um tipo de pluriatividade observada em sociedades subdesenvolvidas e aquela observada em sociedades em desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento adotadas para o meio rural, visualizando apenas o lado agrícola, devem ser repensadas. Características importantes estão remodelando o perfil rural, como a pluriatividade e a maior aproximação com o meio urbano, o que introduz novas variáveis. Todas estas informações devem ser consideradas para que as novas políticas adotadas tenham efeito sobre todos os moradores do meio rural. Portanto, há necessidade de se mudar o modelo, direcionado apenas para uma característica do meio rural, ampliando as opções para o trabalhador do campo, considerando a multifuncionalidade da agricultura, abrindo mais oportunidades para a manutenção e o desenvolvimento de um espaço rural dinâmico. Nota-se que não existe, por parte dos governos, políticas adequadas abarcando essas características. O pouco que se observa são iniciativas contingentes, circunstanciais, desestruturadas e desorganizadas. Novas estratégias de reforma agrária para inserir os produtores que não possuem terra e que desempenham não apenas atividades agrícolas devem ser pensadas, bem como políticas sustentáveis de sua inclusão no mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ALVES, M. O. Pluriatividade como estratégia de sobrevivência no sertão nordestino: o caso de Tejuçuoca, Ceará. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, p. 114-121, jan./jun. 2002.

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. C. P. **Pluriatividade no espaço rural do Pólo Baixo Jaguaribe, Ceará**. Fortaleza: BNB, 2006. (Série Documentos do ETENE, v. 11).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Documento referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Cariri cearense**. Fortaleza, 2001a.

_____. **Pólos de desenvolvimento integrado**. Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Polos_Desenvolvimento/Polos/gerados/polos_inicio.asp>. Acesso em: 6 dez. 2004.

_____. **Projeto pólos de desenvolvimento integrado: balanço social 1998-2001**. Fortaleza, 2001b.

BARROS, A. C. N. de. **Análise econômica da agricultura familiar em áreas de assentamentos rurais no Estado do Ceará: um estudo de caso**. 2000. 89 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

BEZZON, L. C. (Org.). **Guia prático de monografias, dissertações de teses: elaboração e apresentação**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 9 mar. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Notícias agrárias**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2006.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS: informações de saúde.** Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php?area=359A1BOCODOE0F359G3H011Jd1L2MON&VInclude=../site/menuold.php>>. Acesso em: 6 jun. 2003.

BRASIL. Secretaria da Agricultura Familiar. **Balço do PRONAF 2004/2005.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>>. Acesso em: 8 jul. 2006.

BRITTO, J. **Características estruturais e modus operandi das redes e firmas em condições de diversidade tecnológica.** 1999. 360 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CARDIM, S. E. C. S.; VIEIRA, P. T. L.; VIÉGAS, J. L. R. **Análise da estrutura fundiária brasileira.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Parte 3, Cap. 13.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1997.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CEARÁ. Secretaria do Turismo. **Indicadores turísticos 1995/2005.** Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/setur/docs/estudos_e_pesquisas/indicadores_turisticos_2005.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2007.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CEPAL. **La construcción de líneas de pobreza en América Latina: metodologías y práctica.** Disponível em: <<http://www.eclac.cl/deype/mecovi/taller13.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2006.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La construcción de líneas de pobreza en América Latina: metodologías y práctica.** Disponível em: <<http://www.eclac.cl/deype/mecovi/taller13.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2006.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.

DI SABATTO, A. **Metodologia para caracterização do perfil da agricultura familiar e de seus principais sistemas de produção.** Brasília, DF: IBGE, 1999.

DUBEY, V. The definition of regional economics. In: MCKEE, D. L. et al. **Regional economics: theory and practice.** New York: The Free Press, 1970. p. 3-8.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE. **Central de informações econômicas sociais e tecnológicas.** Fortaleza: [s.n.], 2004.

_____. **Relatório de Avaliação de Resultados (RAR): PRONAF 2005.** Fortaleza: BNB, 2006. Documento de circulação interna.

GASSON, R. et al. The farm as a family business: a review. **Journal of Agricultural Economics**, v. 39, n. 1, p. 1-43, 1988.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. 1 CD-ROM.

GRAZIANO DA SILVA, J. Ainda precisamos de reforma agrária? **Revista Ciência Hoje**, São Paulo, v. 27, n. 170, p. 81-83, abr. 2001.

_____. Entrevista. **Revista OPS**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 10-15, inverno 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **Estimativas das famílias sem terra no Brasil: priorizando o combate à pobreza e ao desemprego: relatório final.** Campinas: NEAD, 2000.

_____. **A evolução das rendas e atividades não-agrícolas no Brasil.**

Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>.

Acesso em: 1 dez. 2004a.

_____. **O novo rural brasileiro:** uma atualização para 1992-98. Disponível

em <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 1 dez.

2004b.

GRAZIANO DA SILVA, J; HOFFMANN, R. **Caracterização do novo rural brasileiro: 1992/99: fase III.** Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/projetoc.htm>>. Acesso em: 13 out. 2005.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise.** Fortaleza: BNB, 1989. (Estudos Econômicos e Sociais).

HOOVER JUNIOR, E. M. The partial equilibrium approach. In: DEAN, R. D. et al. (Ed). **Spatial economic theory.** New York: The Free Press, 1970. p. 3-14.

IBGE. **Censo agropecuário 1995-96.** Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/censo/default.php>>. Acesso em: 2 jul. 2003.

_____. **Produção Agrícola Municipal: PAM.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2004a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2006a.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: POF 2002-2003.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2006b.

_____. **Produção Pecuária Municipal: PPM.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2004b.

INCRA. **Serviços:** conceitos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 8 ago. 2006.

IPEA. **IPEADData.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2001.

KAGEYAMA, A. **Características dos domicílios agrícolas no Brasil em 1992 e 1997**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução Otto Erich Walter Maas. Brasília, DF: Linha Gráfica, 1998. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O. Agricultura familiar e sua estratégia de comercialização: um estudo de caso no Município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná. **Revista de Organização da UFLA**, Lavras, v. 1, n. 2, p. 43-54. ago./dez. 1999.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

LEITE, P. S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais**. Fortaleza: UFC, 1983.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSDEN, T.; WHATMORE, S.; MUNTON, R. Uneven development and the restructuring process in british agriculture: a preliminary exploration. **Journal of Rural Studies**, v. 3, n. 4, p. 297-308, 1987.

MATTEI, L. Novas dimensões sócio-econômicas do espaço rural brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 1, p. 95-105, mar. 2006.

_____. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

MAYORGA, M. I. O. **Análise econômica da agricultura familiar no sertão semi-árido do Nordeste**. 1980. 130 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1980.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 195-207, maio/ago. 1995.

MUNHOZ, D. G. **Economia agrícola: agricultura: uma defesa dos subsídios.** Petrópolis: Vozes, 1982.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas.** 2005. 226 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2005.

NEDER, H. D. **Amostragem em pesquisas sócio-econômicas.** Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano/textos>>. Acesso em: 1 dez. 2004.

NIKOLITCH, R. Family-operated farms: their compatibility with technological advance. **American Journal of Agriculture Economics**, v. 51, n. 3, p. 530-545, ago. 1969.

NUNES et al. Arranjos Produtivos Locais em espaços rurais do Nordeste: o caso do Pólo de Desenvolvimento Integrado Assu-Mossoró (RN). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006, 1 CD-ROM.

PAIVA, L. H.; ANSILIERO, G.; PASSOS, A. F. dos. Impactos da Previdência Social sobre a Pobreza. **Informe de Previdência Social**, Brasília, DF, v. 17, n. 3, p. 1-20, mar. 2005.

PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/#>>. Acesso em: 6 jun. 2006.

ROCHA, S. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.

_____. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 720).

_____. **Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos: 1970-1999.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

ROSSETTI, J. P. **Política e programação econômicas.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SACHS, J.; LARRAIN, F. B. **Macroeconomia em uma economia global.** São Paulo: Makron Books, 2000.

SAMPAIO, Y.; VITAL, T.; COSTA, E. F. **Expansão e perspectivas do agronegócio no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2003.

SCHMIDT, W. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org.). **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

_____. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G; CRAVIOTTI, C. (Comp.). **Entre el campo y la ciudad: desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2005.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 35-62, 2005.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. In: JORNADAS DE INTERCAMBIO Y DISCUSIÓN: EL DESARROLLO RURAL EN SU PERSPECTIVA INSTITUCIONAL Y TERRITORIAL, 2005, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural: um estudo sobre as tendências recentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poço de Caldas. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1998.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Tradução J. C. Teixeira Rocha. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 41, n. 3, p. 97-115, jul./set. 2003.

SOARES, A. C. A Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, n. 87, p. 40-49, dez./fev. 2000/2001.

TONEDO JUNIOR, R. **Proposta para a avaliação dos pólos de desenvolvimento integrado**. Fortaleza: BNB, 2004.

ZABALETA, J. P. **Diagnóstico da agricultura familiar em São José do Norte - RS**. Pelotas: EMBRAPA, 1998. (EMBRAPA-CPACT. Documentos, 44).

APÊNDICES
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Data da Entrevista: ___/___/___ Questionário nº: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

Apelido: _____

Endereço do entrevistado: _____

Município: _____ Estado: _____ Telefone: () _____

Comunidade _____

I – INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO

1. Profissão/ocupação: _____

2. Estado civil: _____ 3. Nº de filhos: _____

4. Idade

1. Entre 15 e 30 anos
2. Entre 31 e 40 anos
3. Entre 41 e 60 anos
4. Acima de 60 anos

5. Sexo

1. Masculino
2. Feminino

6. Nível de Escolaridade

1. Sem instrução
2. Alfabetizado
3. 1º Grau Incompleto
4. 1º Grau Completo
5. 2º Grau Incompleto
6. 2º Grau Completo
7. Superior Incompleto
8. Superior Completo

III – IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

16. Qual a sua condição de produtor rural:

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. Proprietário | 5. Diarista |
| 2. Arrendatário | 6. Sem-terra |
| 3. Parceiro | 7. Outra _____ |
| 4. Ocupante | |

17. Qual o tamanho da propriedade rural?

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| 1. Família sem-terra | 5. De 51 a 100 hectares |
| 2. Até 10 hectares | 6. De 101 a 200 hectares |
| 3. De 11 a 30 hectares | 7. De 201 a 500 hectares |
| 4. De 31 a 50 hectares | 8. Acima de 500 hectares |

18. Qual (is) atividade(s) agropecuária(s) é (são) praticada(s) pelo entrevistado ou membros da família?

- | | |
|------------------------|------------------|
| 1. Produção de Grãos | 6. Avicultura |
| 2. Fruticultura | 7. Pesca |
| 3. Horticultura | 8. Outras: _____ |
| 4. Bovinocultura | 9. Nenhuma |
| 5. Ovinocaprinocultura | |

19. Qual (is) a (s) atividade (s) principal (is) dos membros da família?

- | | |
|-------------|-----------------|
| 1. Agrícola | 2. Não-agrícola |
|-------------|-----------------|

20. Qual (is) atividade (s) não-agrícola (s) é (são) praticada (s) pelo entrevistado ou membros da família?

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Pequena ou média indústria rural | 7. Caseiro (a) |
| 2. Turismo rural | 8. Construção civil |
| 3. Confecções | 9. Empregado (a) doméstico (a) |
| 4. Mineração | 10. Assalariado no meio urbano |
| Qual _____ | 11. Bodega/mercearia |
| 5. Artesanato | 12. Outras: _____ |
| Qual _____ | 13. Não exerce atividade não-agrícola |
| 6. Magistério [professor (a)] | |

Se 13, responder a partir da questão 30.

IV – INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE NÃO-AGRÍCOLA

21. Por que motivo se pratica atividade(s) não-agrícola(s) em sua família?

1. Para complementar a renda familiar
2. Não possui terra para praticar a agricultura
3. Não gosta do trabalho agrícola
4. Por lazer
5. Outros(citar): _____

Se o entrevistado marcou mais de uma atividade não-agrícola no item 10, responder a partir da questão 22.

Se o entrevistado marcou apenas uma atividade não-agrícola no item 10, responder a partir da questão 23.

22. Dentre as atividades mencionadas, apontar aquela considerada mais importante para a família.

Resposta: _____

As questões a seguir referem-se à única atividade não-agrícola mencionada no item 10, ou a atividade não-agrícola considerada mais importante no item 22.

23. Há quanto tempo se pratica essa atividade não-agrícola na sua família?

1. Até 1 ano
2. Acima de 1 e até 5 anos
3. Mais de 5 anos

24. Qual a periodicidade da prática da atividade não-agrícola?

1. Até 12 horas semanais
2. De 13 a 18 horas semanais
3. De 19 a 24 horas semanais
4. De 25 a 30 horas semanais
5. Acima de 30 horas semanais

25. Essa atividade não-agrícola é remunerada?

1. Sim
2. Não

Se 1, responder a partir da questão 27.

Se 2, responder a partir da questão 26.

26. Por que motivo a sua atividade não-agrícola não oferece remuneração?

1. Não há interesse em vender
2. Não consegue produzir em escala
3. Não há interesse pelo produto
4. O produto não tem qualidade para ser levado ao mercado
5. Outros (citar): _____

27. Quais os principais problemas no desenvolvimento da atividade não-agrícola?

1. Financiamento
2. Máquinas e equipamentos
3. Falta de organização
4. Falta de treinamento
5. Falta de profissionalismo
6. Falta de pessoal auxiliar
7. Fornecedores de matéria-prima
8. Canal de comercialização deficiente
9. Outros (citar): _____
10. Não tem problemas.

28. Como esse (s) problema(s) poderia(m) ser resolvido(s)? **(ver questão anterior)**

Problema do item 1: _____

Problema do item 2: _____

Problema do item 3: _____

Problema do item 4: _____

Problema do item 5: _____

Problema do item 6: _____

Problema do item 7: _____

Problema do item 8: _____

Problema do item 9: _____

29. A atividade não-agrícola prejudica a produção agrícola?

1. Sim Por quê? _____
2. Não Por quê? _____
3. Não se aplica

V – OPERAÇÕES BANCÁRIAS

30. Quais as fontes para o financiamento das atividades que a família dispõe?

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| 1. BNB | 8. Fornecedor da matéria-prima |
| 2. BB | 9. Comprador do produto |
| 3. Outros Bancos (Citar): _____ | 10. Apenas Recursos Próprios |
| 4. Crédito Informal | 11. Outros (citar): _____ |
| 5. ONGs | 12. Não dispõe de financiamento |
| 6. Cooperativas de crédito | Por quê? _____ |
| 7. Agiota | |

Se dispõe de alguma fonte de financiamento, responder a partir da questão 31.

Se conduz suas atividades sem financiamento, responder a partir da questão 34.

31. Quais atividades foram financiadas?

1. Agrícolas: _____ 2. Não-Agrícolas: _____

32. Qual(is) foi(ram) a(s) finalidade(s) do financiamento?

1. Insumos agrícolas
2. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas
3. Compra de matéria-prima (atividade não-agrícola)
4. Investimento (atividade não-agrícola)
5. Capital de giro da atividade não-agrícola
6. Outros(citar): _____

33. Com relação à fonte de financiamento, você considera:

- | | |
|------------------|-----------------|
| a) 1. Adequada | 2. Inadequada |
| b) 1. Suficiente | 2. Insuficiente |
| c) 1. Oportuna | 2. Inoportuna |

34. Se você gostaria de obter (novos) financiamento(s) para investir nas suas atividades, quais seriam as finalidades?

1. Aquisição de máquinas e equipamentos
2. Comprar matéria-prima
3. Investimento
4. Capital de giro da atividade não-agrícola
5. Outros(citar): _____
6. Não gostaria de obter financiamento

Justificar _____

VI – ORGANIZAÇÃO/PLANEJAMENTO/CONTROLE

35. Assinalar a(s) área(s) em que é (são) realizada (s) atividade (s) de planejamento para suas atividades:

1. Produção
2. Comercialização
3. Aquisição de insumos
4. Utilização máquinas/implementos
5. Armazenamento
6. Beneficiamento/Industrialização
7. Capacitação e Assistência Técnica
8. Propaganda e *Marketing*
9. Recursos Humanos e Materiais
10. Outros (citar): _____
11. Não realiza atividade de planejamento.

Especificar se tais procedimentos são para atividades agrícolas ou não: _____

Se realiza essa atividade, responder a questão 36.

Se não realiza essa atividade, pular para a questão 38.

36. Quem participa desse planejamento?

1. O produtor isoladamente
2. O produtor juntamente com a família
3. O produtor juntamente com a família e vizinhança/comunidade
4. Sebrae
5. Associação/Cooperativa
6. ONGs
7. Outros
8. (Citar): _____

37. A orientação para o planejamento das atividades é fornecida por:

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. Cooperativa/Associação | 5. Sindicato |
| 2. Escritório de Projeto/
Profissional Autônomo | 6. ONGs |
| 3. Ematerce | 7. Outros (citar): _____ |
| 4. Prefeitura | 8. Não existe orientação |

Especificar se tais procedimentos são para atividades agrícolas ou não: _____

38. Assinalar a (s) área (s) em que é (são) realizada (s) atividade (s) de controle gerencial

- | | |
|-------------|---------------------------|
| 1. Custos | 4. Qualidade dos Produtos |
| 2. Estoques | 5. Qualidade dos Serviços |
| 3. Preços | 6. Não faz controles. |

Especificar se tais procedimentos são para atividades agrícolas ou não: _____

VII – PRODUÇÃO E MERCADOS

39. Existe facilidade de aquisição de insumos / fornecimento de matéria-prima?

1. Sim 2. Não 3. Não se aplica ao entrevistado

Em caso negativo, qual o principal motivo?

40. Citar os produtos agrícolas e/ou não-agrícolas produzidos no domicílio rural pelo entrevistado e sua família em ordem decrescente de importância.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

As questões 41, 42 e 43 estão relacionadas com a questão 40.

41. Qual o destino da produção?

DESTINO DA PRODUÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Consumo da família								
Mercado local (no próprio município)								
Outros municípios do Estado								
Capital do Estado								
Mercado regional (Nordeste)								
Mercado nacional (resto do país)								
Mercado externo								

42. Como é feita a comercialização do produto?

COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO	1	2	3	4	5	6	7	8
Subsistência da família								
Venda direta ao consumidor, em ponto de venda próprio								
Venda direta ao consumidor, na feira local								
Intermediários								
Lojistas								
Cooperativa								
Outros (citar)								

43. Existem dificuldades na comercialização?

DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO	1	2	3	4	5	6	7	8
Não tem dificuldades								
Não Comercializa								
Reclamação sobre a baixa qualidade do produto								
Reclamação sobre a quantidade insuficiente do produto								
Reclamação sobre a irregularidade na entrega do produto								
Desconhecimento do mercado e dos compradores potenciais								
Concorrência acirrada								
Canais de comercialização inadequados								
Tarifas e impostos elevados								
Falta de veículo e representantes								
Impossibilidade de participar de feiras								
Estradas								
Outros (citar)								

VIII – CAPACITAÇÃO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

44. Participação em reuniões / cursos / seminários / congressos no ano de 2005:

ENTIDADE PROMOTORA	CAPACITAÇÃO ⁽³⁾
1. Cooperativa / Associação	
2. Sindicatos / Partidos	
3. Organizações Não-Governamentais	
4. Organizações Governamentais	
5. Escola / Universidade	
6. Outros (citar)	

NOTA: ⁽³⁾ Códigos de participação nos eventos: 0 - Nenhum evento

1 - Até 01 evento

2 - De 02 até 04 eventos

3 - Acima de 05 eventos

5. Produção de arroz (saca)			
6. Venda de animais bovinos (cabeça)			
7. Venda de animais caprinos (cabeça)			
8. Venda de animais ovinos (cabeça)			
9. Venda de galinhas (cabeça)			
10. Venda de leite (litro)			
11. Venda de frutas (unidade)			
12. Venda de peixe (kg)			
13. Venda de suínos (cabeça)			
14. Castanha de caju crua (kg)			
15. Outros (citar)			
16.			
17.			
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			

51. Assinalar a Renda Média Mensal Familiar da atividade não-agrícola, no ano de 2005:

Renda Média Mensal Familiar de Atividades não-agrícolas	Quantidade	Valor unitário	Valor em R\$
1. Venda de queijo (kg)			
2. Venda de doce (kg)			
3. Venda de polpa de frutas (kg)			
4. Venda da amêndoa da castanha de caju (kg)			
5. Venda de rede (unidade)			
6. Venda de artesanato de palha (unidade)			
7. Venda de artesanato de barro (unidade)			
8. Venda de labirinto (unidade)			
9. Venda de confecções			
10. Venda de mel de abelha (litro)			
11. Venda de aguardente de cana (litro)			
12. Venda de móveis de madeira (unidade)			
13. Venda na bodega/mercearia			
14. Frete			
15. Caseiro			

16. Serviço de pedreiro			
17. Serviço de electricista			
18. Professor			
19. Empregado doméstico			
20. Assalariado no meio urbano			
21. Guia turístico			
22. Outros (citar)			
23.			

52. Qual o percentual que a renda da atividade não-agrícola representa na renda total da família?

- | | |
|-----------------|------------------|
| 1. Até 20% | 4. De 60% a 80% |
| 2. De 21% a 40% | 5. Maior que 80% |
| 3. De 41 a 60% | |

53. Se o seu negócio não-agrícola emprega mão-de-obra além da sua própria, informar a **quantidade de empregados** (permanentes + temporários), de acordo com a faixa salarial abaixo:

FAIXA SALARIAL MENSAL	Quantidade de Empregados Permanentes no Ano de 2002	Quantidade de Empregados Temporários no Ano de 2002 (5)
1. Mão-de-Obra familiar		
2. Mão-de-Obra não remunerada ⁽⁴⁾		
3. Menos de 1 SM		
4. Entre 1 até 2 SM		
5. Acima de 2 até 5 SM		
6. Acima de 5 SM		

NOTA: ⁽⁴⁾ Considerar como mão-de-obra não remunerada troca de dias e mutirões

⁽⁵⁾ Fazer a conversão da diária para equivalente em salário mínimo.

X – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

54. O entrevistado ou alguém de sua família participa de alguma organização associativa?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

Em caso afirmativo, citar a(s) organização(ões) _____

Em caso negativo, especificar o motivo _____

55. De que forma a organização associativa contribui para o sucesso do seu negócio?

1. Facilitando/oferecendo assistência técnica
2. Facilitando/oferecendo capacitação
3. Realizando/intermediando a comercialização do produto
4. Facilitando o acesso ao crédito
5. Outros (Citar): _____
6. A organização associativa não contribui para o sucesso do meu negócio agrícola
7. Não se aplica

Especificar se tal negócio é atividade agrícola ou não: _____

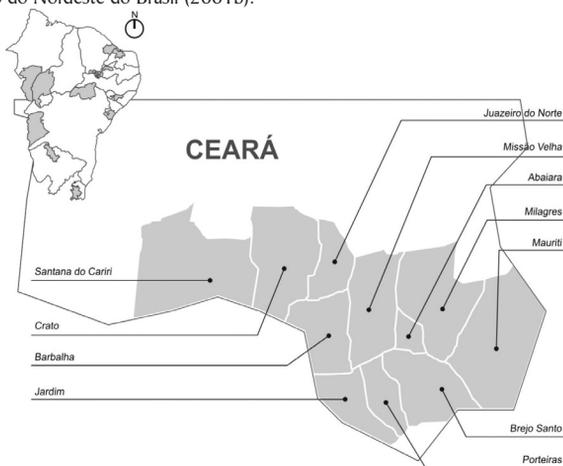
ANEXOS

ANEXO A – MAPAS CORRESPONDENTES A PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE AGRONEGÓCIOS DA REGIÃO NORDESTE



Mapa 1 – Pólos de Desenvolvimento de Agronegócios do Nordeste (PDA)

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2001b).



Mapa 2 – Municípios pertencentes ao Pólo de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2001b).

ANEXO B – TABELA GERAL COM A CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA INSERI-LOS NO PDA CARIRI CEARENSE

Quadro 1 – Classificação dos Municípios Cearenses para Inserir-los no PDA Cariri Cearense

Municípios	Critério Fisiográfico	Critério Econômico	Resultado
Crato	50,0	50,0	100,0
Juazeiro do Norte	50,0	45,2	95,2
Missão Velha	50,0	41,1	91,1
Barbalha	50,0	40,2	90,2
Brejo Santo	35,0	45,9	80,9
Jardim	35,0	29,2	64,2
Santana do Cariri	35,0	24,5	59,5
Mauriti	15,0	43,7	58,7
Porteiras	35,0	20,7	55,7
Milagres	15,0	38,3	53,3
Abaíara	35,0	15,7	50,7
Várzea Alegre	0,0	43,7	43,7
Nova Olinda	15,0	26,4	41,4
Cedro	0,0	40,5	40,5
Lavras da Mangabeira	0,0	40,2	40,2
Campos Sales	0,0	39,6	39,6
Aurora	0,0	32,3	32,3
Barro	0,0	31,4	31,4
Farias Brito	0,0	31,1	31,1
Assaré	0,0	29,5	29,5
Ipauimir	0,0	29,5	29,5
Araripe	0,0	26,4	26,4
Caririçu	0,0	25,4	25,4
Potengi	0,0	19,4	19,4
Penaforte	0,0	14,7	14,7
Umari	0,0	14,7	14,7
Antonina do Norte	0,0	14,4	14,4
Baixio	0,0	13,2	13,2
Salitre	0,0	13,2	13,2
Jati	0,0	12,5	12,5
Altaneira	0,0	11,9	11,9
Granjeiro	0,0	7,8	7,8
Tarrafas	0,0	7,5	7,5

Fonte: BNB (2001b).

Notas: 1) alguns municípios, embora tenham atingido a média, não foram selecionados por fazerem parte de outro pólo de desenvolvimento ou não;

Justificativa: Alguns pólos apresentam uma área, distante da área atualmente mais dinâmica, composta por outros municípios, que num segundo momento poderão formar um novo pólo de desenvolvimento;

2) alguns municípios, embora não tenham atingido a média, foram selecionados por estarem dentro da área dinâmica;

Justificativa: Na maior parte são municípios que possuem um considerável potencial de desenvolvimento, além de estarem geograficamente encravados no pólo, de forma que sua exclusão tornaria descontínua a área escolhida.

3) aqueles municípios contíguos aos pólos, com área de irrigação expressiva em início de operação, foram considerados como municípios do pólo, mesmo ficando abaixo da média geral.

ANEXO C – DADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Tabela 58 – Agricultores Familiares – Estabelecimentos, Área e VBP segundo as regiões

Categories	Estab. Total	% Estab. s/ Total	Área Total (ha)	% Área s/ Total	VBP (RS mil)	%VBP s/ Total	% FT s/ Total
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	25,3

Fonte: Guanziroli et al. (2001).

Tabela 59 – Agricultores Familiares – Percentual dos Estabelecimentos e Área segundo a Condição do Produtor

Região	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área
Nordeste	65,4	91,8	6,9	1,0	8,4	1,6	19,3	5,6
Centro-Oeste	89,8	93,6	3,4	2,7	1,3	0,4	5,6	3,2
Norte	84,6	94,2	0,7	0,3	1,4	0,4	13,2	5,1
Sudeste	85,7	92,2	4,1	3,8	5,2	1,5	5,0	2,5
Sul	80,8	87,8	6,4	5,4	6,0	3,2	6,7	3,7
Brasil	74,6	91,9	5,7	2,3	6,4	1,5	13,3	4,3

Fonte: Guanziroli et al. (2001).

Tabela 60 – Agricultores Familiares – Percentual de Estabelecimentos e Área segundo Grupos de Área Total

Região	Menos de 5 ha % Estab.	5 a - de 20 ha % Estab.	20 a - de 50 ha % Estab.	50 a - de 100 ha % Estab.	100 a - de 150 MR % Estab.
Nordeste	58,8	21,9	11,0	4,8	3,4
Centro-Oeste	8,7	20,5	27,3	18,8	24,6
Norte	21,3	20,8	22,5	17,9	17,4
Sudeste	25,5	35,6	22,7	9,9	6,3
Sul	20	47,9	23,2	5,9	2,9
Brasil	39,8	30,0	17,1	7,6	5,9

Fonte: Guanziroli et al. (2001).

Tabela 61 – Agricultores Familiares – Percentual do VBP em relação ao VBP Total do Produto, Produção Animal, Fruticultura e Cultura Permanente

Região	Área s/ Total%	Produção Animal, Fruticultura e Cultura Permanente							
		Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Suínos	Aves e Ovos	Banana	Café	Laranja	Uva
Nordeste	43,5	42,6	53,3	64,1	26,2	56,0	22,6	64,2	2,9
Centro-Oeste	12,6	11,1	50,8	31,1	29,4	55,9	62,8	29,8	62,9
Norte	37,5	26,6	67,0	73,8	40,3	77,4	93,8	66,5	51,9
Sudeste	29,2	22,5	37,5	21	17,8	43,4	22,8	16,6	37,4
Sul	43,8	35,0	79,6	68,6	61,0	82,8	42,8	77,8	81,3
Brasil	30,5	23,6	52,1	58,5	39,9	57,6	25,5	27,0	47,0

Fonte: Guanziroli et al. (2001).

Tabela 62 – Agricultores Familiares – Percentual do VBP em relação ao VBP Total do Produto, Culturas Temporárias

Região	Área s/ Total%	Cultura Temporárias								
		Algodão	Arroz	Cana-de-Açúcar	Cebola	Feijão	Fumo	Man-dioca	Mi-lho	Soja
Nordeste	43,5	56,3	70,3	7,5	57	79,2	84,5	82,4	65,5	2,7
Centro-Oeste	12,6	8,9	23,4	2,7	2,2	21,8	84,3	55,6	16,6	8,4
Norte	37,5	83,6	52,6	43,8	31,1	89,4	86,5	86,6	73,3	3,5
Sudeste	29,3	23,5	51,3	8,6	43,9	38,3	74,2	69,8	32,8	20,3
Sul	43,8	58,8	21,3	27,2	92,1	80,3	97,6	88,9	65,0	50,8
Brasil	30,5	33,2	30,9	9,6	72,4	67,2	97,2	83,9	48,6	31,6

Fonte: Guanziroli et al.(2001).

Tabela 63 – Agricultores Familiares – Percentual de Estabelecimentos Produtores entre os Agricultores da Categoria – Principais Produtos

Região	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Suínos	Aves e Ovos	Café	Arroz	Feijão	Man-dioca	Milho	Soja
Nordeste	17,5	22,1	22,0	60,9	1,5	19,3	56,4	22,1	55,1	0,0
Centro-Oeste	53,7	61,0	36,7	69,4	4,0	26,3	9,9	11,8	37,8	2,6
Norte	23,6	25,7	23,4	63,1	10,7	35	23,1	43,2	40,4	0,1
Sudeste	27,9	44,1	23,5	53,4	25,5	12,4	32,3	11,9	44,3	0,7
Sul	48,2	61,6	54,9	73,5	2,0	18,1	46,9	35,7	71,4	22,5
Brasil	27,8	36,0	30,1	63,1	6,2	19,7	45,8	25	55,0	5,2

Fonte: Guanziroli et al. (2001).

ANEXO D – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1995 como uma linha de crédito de custeio, mas somente a partir de 1996 o Pronaf adquiriu *status* de Programa Governamental. Porém, foi aprovado somente em 30 de outubro de 2001, pelo então vice-presidente da República, Marco Antônio de Oliveira Maciel, através do Decreto nº 3.991.

O Pronaf tem como finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania dos agricultores familiares” – Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), 2006. O Programa apóia tanto as atividades agrícolas quanto as não-agrícolas desenvolvidas pelos produtores familiares nos seus estabelecimentos ou aglomerados urbanos próximos.

As atividades que podem ser desenvolvidas através do Pronaf, de acordo com a SAF, são: negociar e articular políticas e programas junto aos órgãos setoriais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais que promovam a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias; promover a capacitação dos agricultores familiares com vistas à gestão de seus empreendimentos; disponibilizar linhas de crédito adequadas às necessidades dos agricultores familiares; contribuir para a instalação e melhoria da infra-estrutura pública e comunitária de apoio às atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares; apoiar as ações de assistência técnica e extensão rural e a geração de tecnologia, compatíveis com as características e demandas da agricultura familiar e com os princípios da sustentabilidade; estimular a agregação de valor aos produtos e serviços das unidades de base familiar, contribuindo para a sua inserção no mercado e a ampliação da renda familiar; e apoiar a criação de fóruns municipais e estaduais representativos dos agricultores familiares para a gestão integrada de políticas públicas.

Caracteriza-se como público-alvo do Pronaf todos aqueles produtores rurais que exploram ou gerenciam propriedades rurais, podendo ser proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, comodatários ou parceiros e que desenvolvam atividades agrícolas ou não-agrícolas. Estes devem também possuir simultaneamente as seguintes características: não possuir área superior a quatro módulos fiscais, de acordo com a legislação em vigor; fazer uso em maior proporção de mão-de-obra familiar nas atividades do estabelecimento; suas atividades no

estabelecimento devem gerar renda familiar maior que outras não oriundas do estabelecimento; e os produtores residam na propriedade ou local próximo.

O Pronaf é destinado aos produtores rurais enquadrados na categoria de estabelecimento familiar. Possui grupos divididos, de acordo com as características dos produtores rurais, a saber. (ESCRITÓRIO..., 2006):

- a) **PRONAF Grupo A** – Trata-se do primeiro crédito para os assentados da reforma agrária. Destina-se ao financiamento de projetos de estruturação inicial da parcela, implementação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos;
- b) **PRONAF Grupo B** – É a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$ 2 mil. Os créditos atendem as atividades agropecuárias e não-agropecuárias, geradoras de renda para a família. Até 35% do valor do projeto pode ser destinado a custeio associado³⁸;
- c) **PRONAF Grupo C** – Beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda anual familiar bruta superior a R\$ 2 mil e inferior a R\$ 14 mil;
- d) **PRONAF Grupo A/C** – Dirigida aos agricultores familiares egressos do Pronaf Grupo A. Refere-se ao primeiro crédito de custeio para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam o financiamento do Grupo A;
- e) **PRONAF Grupo D** – Beneficia, através do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda bruta anual familiar superior a R\$ 14 mil e inferior a R\$ 40 mil (PRONAF Alimentos);
- f) **PRONAF Grupo E** – Abrange os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 40 mil e R\$ 60 mil, para financiamento do custeio das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, bem como o financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Modalidades Especiais de Crédito (ESCRITÓRIO..., 2006):

- a) **Crédito de Custeio para Agroindústrias Familiares** – Modalidade que visa a atender as agroindústrias familiares organizadas como pessoas jurídicas

³⁸ Percentual de crédito de um financiamento de investimento destinado ao custeio. Os prazos de carência e de pagamento podem ser os mesmos definidos para o investimento.

e de pessoas físicas cujos agricultores familiares estejam, no mínimo, 90,0% enquadrados nos grupos B, A/C, C, D ou E, sendo que mais de 70,0% da matéria-prima a beneficiar ou industrializar seja de produção própria ou de associados/participantes;

- b) **Crédito para Integralização de Cotas-parte de Cooperativas de Crédito Rural** – Beneficia cooperativas de crédito rural em que, no mínimo, 90,0% dos associados ativos são compostos de agricultores familiares enquadrados nos Grupos B, A/C, C, D e E, que tenham um capital social de, no mínimo, R\$ 50 mil e máximo de R\$ 500 mil;
- c) **PRONAF Agroindústria** – Trata-se de crédito de investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural, inclusive em infra-estrutura, que vise ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, produtos florestais e de extrativismo, ou produtos artesanais, e à exploração de turismo rural, inclusive ampliação e modernização, destinados a pequenas e médias agroindústrias isoladas ou em forma de rede, bem como à estruturação de serviços e/ou de unidades de apoio técnico às agroindústrias em rede, para prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, divulgação, promoção e propaganda, aquisição, distribuição e comercialização da produção. São beneficiários agricultores familiares, pessoas físicas e cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas enquadrados nos grupos B, A/C, C, D e E;
- d) **PRONAF Florestal** – Estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais. Refere-se a crédito de investimento para a silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativa ecologicamente sustentável. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos B, C e D;
- e) **PRONAF Semi-Árido** – Trata-se de crédito de investimento para obras de infra-estrutura hídrica para os agricultores da região do semi-árido. Os agricultores terão recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos B, A/C, C e D;
- f) **PRONAF Mulher** – Linha de investimento dirigida às esposas ou companheiras que pertencem a unidades familiares de produção enquadradas nos grupos C, D e E. Visa ao atendimento de propostas de créditos relacionadas com projetos específicos de interesse da esposa ou companheira dos agricultores familiares sempre que o projeto técnico ou a proposta de crédito contemplar

atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar;

- g) **PRONAF Jovens** – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos grupos B, C, D e E, maiores de 16 anos e com até 25 anos de idade, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Visa a incentivar o desenvolvimento de novas atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar;
- h) **Outras Linhas de Crédito** – Referem-se a linhas de crédito específicas para comercialização tais como EGF, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural. Objetiva dar oportunidade de buscar melhores condições de vendas da produção quando os preços estão baixos.

Está previsto o financiamento de projetos de investimento dos programas de incentivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou outros programas, com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ou não, ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional. (ESCRITÓRIO..., 2006).

O Programa também busca incentivar a agroecologia, o turismo rural, a aquisição de máquinas e equipamentos e custeio de alimentos básicos, através de sobretetos e limites estabelecidos nos grupos (B, C, A/C, D, E). Ou seja, além do limite estabelecido em cada um destes grupamentos, foi estabelecido um sobreteto para o atendimento das atividades citadas anteriormente. (ESCRITÓRIO..., 2006).

Nota-se uma tendência crescente de financiamento da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, desde 2003. No período 1996/2005 o BNB, através do Pronaf, emprestou R\$ 4,2 bilhões a aproximadamente 1,8 milhão de famílias em toda a área de atuação do BNB (região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo), o que correspondeu a um total de 1,9 milhão de operações.

As tabelas 64, 65 e 66 referentes aos valores contratados no âmbito do Pronaf, para o Brasil por regiões, agentes informantes e grupos (neste caso, apenas para a área de atuação do BNB e recursos liberados por este banco).

Tabela 64 – PRONAF – Valores Contratados no Brasil, Período: 2001 a 2005

Região	Ano										Total	%
	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%		
Norte	77.311	3,6	155.131	6,4	450.592	11,8	687.392	12,0	342.745	6,0	1.713.171	8,7
Nordeste	317.829	14,8	369.573	15,4	591.962	15,5	1.048.224	18,2	1.450.419	26,0	3.778.007	19,2
Sul	1.220.679	56,7	1.336.730	55,6	1.785.350	46,9	2.687.458	46,6	2.368.427	42,5	9.398.644	47,7
Sudeste	340.341	15,8	354.731	14,8	682.142	18,0	979.419	17,0	1.035.285	18,6	3.391.918	17,2
Centro-Oeste	197.192	9,1	188.686	7,8	296.853	7,8	358.989	6,2	382.201	6,9	1.423.921	7,2
Total	2.153.352	100,0	2.404.851	100,0	3.806.899	100,0	5.761.482	100,0	5.579.077	100,0	19.705.661	100,0

Fonte: Brasil. Secretaria de Agricultura Familiar (2006) e Escritório... (2006).

Tabela 65 – PRONAF – Valores Contratados no Brasil, por Agente Informante, Período: 2001 a 2005

Agente Informante	Ano										TOTAL	%
	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%		
BB	1.429.876	66,4	1.734.692	72,1	2.981.385	78,3	3.849.239	66,9	4.080.196	73,1	14.075.388	71,5
BACEN	300.815	14,0	146.275	6,1	18.569	0,5	431.496	7,5	-	-	897.155	4,6
BNB	217.961	10,1	207.203	8,6	319.415	8,4	695.751	12,1	1.051.076	18,9	2.491.406	12,6
BANSICREDI	95.097	4,4	107.948	4,5	155.809	4,1	220.548	3,8	201.737	3,6	781.139	4,0
BNDES	79.420	3,7	137.339	5,7	77.647	2,0	120.683	2,1	103.313	1,9	518.402	2,6
BASA	20.591	1,0	58.761	2,4	233.058	6,1	401.688	7,0	61.739	1,1	775.837	3,9
BANCOOB	9.483	0,4	14.024	0,6	21.488	0,6	33.945	0,6	80.527	1,4	159.467	0,8
Total	2.153.243	100,0	2.406.242	100,0	3.807.371	100,0	5.753.350	100,0	5.578.588	100,0		100,0

Fonte: Brasil. Secretaria de Agricultura Familiar (2006) e Escritório... (2006).

Tabela 66 – PRONAF/BNB – Contratações⁽¹⁾ no PRONAF, Exercício de 2005

Valores em R\$ mil

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	51.183	3,3	247.380	23,7
PRONAF-Grupo B	1.279.737	83,1	424.685	40,6
PRONAF-Grupo C	148.095	9,6	219.808	21,0
PRONAF-Grupo D	30.126	2,0	109.122	10,4
PRONAF-Demais Grupos	31.350	2,0	45.021	4,3
Total (2)	1.540.491	100,0	1.046.016	100,0

Fonte: Escritório... (2006).**Notas:** (1) por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) neste caso, estão relacionadas apenas as contratações cuja fonte foi o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2008-04/2.778 - Tiragem: 1.500

ISBN 978-85-7791-019-9

